

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**  
**CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS, MÍDIA E ARTE**

Glauce Caroline Sandaniel da Cunha Gonçalves

**A mulher “sumida” e “desumanizada” na política brasileira:  
a recepção nas redes sociais de Marina Silva**

**CAMPINAS**

**2022**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**  
**CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS, MÍDIA E ARTE**

Glauce Caroline Sandaniel da Cunha Gonçalves

**A mulher “sumida” e “desumanizada” na política brasileira:  
a recepção nas redes sociais de Marina Silva**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguagens, Mídia e Arte da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência para a obtenção do título de mestre em Linguagens, Mídia e Arte.

Linha de pesquisa: Subjetivação, Mídia e Sentidos

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Doretto

**CAMPINAS**

**2022**

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423  
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

006.754  
G635m

Gonçalves, Glauce Caroline Sandaniel da Cunha

A mulher "sumida" e "desumanizada" na política brasileira: a recepção nas redes sociais de Marina Silva / Glauce Caroline Sandaniel da Cunha Gonçalves. - Campinas: PUC-Campinas, 2022.

151 f.: il.

Orientador: Juliana Doretto.

Dissertação (Mestrado em Linguagens, Mídia e Arte) - Programa de Pós-Graduação em Linguagens, Mídia e Arte, Centro de Linguagem e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Twitter (Rede social on-line). 2. Mulheres na política. 3. Silva, Marina, 1958-. I. Doretto, Juliana. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Linguagem e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Linguagens, Mídia e Arte. III. Título.

CDD - 23. ed. 006.754

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**  
**CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS, MÍDIA E ARTE**

**A mulher “sumida” e “desumanizada” na política brasileira:  
a recepção nas redes sociais de Marina Silva**

Dissertação defendida e aprovada em 27 de junho de  
2022 pela comissão examinadora:



---

**Profa. Dra. Juliana Doretto**  
Orientador e presidente da comissão examinadora.  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



---

**Profa. Dra. Cláudia Nonato**  
Universidade de São Paulo



---

**Prof. Dr. Tarcisio Torres Silva**  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

**CAMPINAS**

**2022**

*A todas as mulheres que encontrei pelo caminho nesse estudo: as autoras, pesquisadoras, as da história, as do sofrimento diário. A todas que insistem em continuar e, que mesmo sem saber, alargam um pouquinho o caminho de todas nós, as mulheres de agora e as mulheres que um dia virão. Vocês me emocionaram e moveram minha alma e meu coração.*

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe e ao meu pai, por serem extraordinários e terem dado muito do pouco que receberam: amor, carinho, cuidado, proteção, incentivo e oportunidades. Hoje, hoje mesmo, sei o peso de cada uma dessas coisas, e o que significam. Obrigada por impactarem a minha vida, pois vocês me fizeram uma mulher forte. Amo vocês.

À Silvina, minha grande amiga. Olhando para trás, vi que foi através de você que comecei a perceber de maneira mais consciente as diferenças de tratamento entre homens e mulheres, e o peso que isso tem. Você me maravilhou inúmeras vezes. Obrigada pelas milhares de horas de conversa. Coleciono boa parte delas.

À Samela, que não só fez excelente propaganda do programa PPG Limiar, mas também me incentivou no processo, sendo decisiva para que uma pessoa como eu encontrasse coragem para voltar a estudar depois de tantos anos. Obrigada, Samis.

Aos meus colegas do PPG Limiar; mesmo a pandemia tendo roubado bons momentos que viveríamos, vocês foram parceiros e me fizeram ter imensa saudade dos meus tempos de escola. Sinto muito por não conhecer melhor cada um de vocês.

Aos professores do PPG Limiar, de forma especial àqueles que dividiram seus conhecimentos comigo e foram muito importantes nesse percurso: professor Carlos Zanotti, professor João Paulo Hergesel, professora Paula Almozara, professora Eliane Azzari, professora Celeste Jannuzzi (*in memoriam*), professor Tarcisio Silva. Era sempre muito boa a hora da aula de cada um, mesmo que através de uma tela.

À professora Cláudia Nonato e ao professor Tarcisio Silva por aceitarem o convite e pela honra de suas presenças em minha banca. Suas contribuições foram muito necessárias a este trabalho.

À minha incrível orientadora professora Juliana Doretto. Você é a mestre que um dia eu sonhava em ter se fosse aprendiz de alguém. Sempre soube dar clareza aos caminhos que eu poderia seguir nessa pesquisa desde o primeiro encontro. Queria ter tido mais professores e professoras como você, competente, articulada, veemente, apaixonada pelo ensino. Queria também que todos tivessem na educação a experiência que tive nesses últimos anos sob sua orientação. Em tempos tão difíceis como os nossos, em que querem tirar a dignidade dos professores, ter coração bom é sinal de resistência. Obrigada, Ju, pela esperança e generosidade que você é. Que seus olhos bons sempre encontrem as flores pelo caminho...

Aos meus amigos, que estiveram comigo durante essa pandemia através do WhatsApp, de forma especial aos grupos “Massas e Maçãs”, “Santaniellas” e “Comunistas” que quase

que diariamente foram locais seguros para desabafos, indignações, troca de figurinhas e muitas risadas... essa convivência foi também sobrevivência necessária nesses tempos duros demais.

Ao Leo, meu amor, que se fez presente em todos os momentos dessa pesquisa. E fazendo uma das coisas que a gente mais gosta, conversar, me ajudava a avançar mais e mais nesse aprendizado. Sem você teria sido possível, mas muito mais difícil e menos prazeroso. Ter você como cúmplice da minha vida nos momentos mais ordinários é uma das coisas mais sagradas pelas quais sinto Deus se manifestar. Certamente, termos um ao outro nesses últimos anos, nossas tardes cheias de luz, me fazem sentir que vivemos uma fábula...

Levi, meu filho, te carreguei comigo em boa parte desse trajeto, mas não sabia que você seria um menino tão feliz. Eu agradeço ao seu sorriso que me toma. Você me causa ternura, filho, ternura essa que não posso perder jamais por causa de você.

## RESUMO

Marina Silva, nortista, mulher negra de origem pobre, ganhou projeção no cenário da política nacional após participar de três processos eleitorais para a Presidência da República. No primeiro deles, em 2010, obteve mais de 19 milhões de votos, conquistando ali o terceiro lugar. No segundo processo, em 2014, Marina também conseguiu o terceiro lugar, com 22 milhões de votos. Já em 2018, obteve resultado inexpressivo, com apenas pouco mais de 1 milhão de votos, ficando em oitavo lugar. Diante desse cenário, esta pesquisa buscou entender como Marina Silva é percebida pelo público enquanto figura política, no cenário político brasileiro dominado em sua maioria por homens brancos. Ao se dirigir para o comentarista, o sujeito receptor, a investigação pretende compreender como ele se apropria das mensagens midiáticas, se ele dá novos significados àquelas ou se corrobora com os significados já estabelecidos nos processos socioculturais e os amplia (BARBERO, 2003). A ideia nasceu da nossa observação de um discurso difuso, nas mídias sociais, que questiona a capacidade de Marina Silva pela sua “fragilidade” física e emocional, aspectos que fazem parte da construção social do gênero feminino, como afirmam Beauvoir (1970) e De Lauretis (1994). Esses elementos são, no caso de Marina, ressaltados pela sua condição física, resultados do histórico de doenças contraídas quando morava em região de floresta, no Norte do país, e dos cuidados médicos decorrentes. Neste estudo, analisamos comentários de internautas feitos a partir de postagens de Marina em seu perfil no Twitter em 2020, em que ela deixa claro sua oposição ao governo de Jair Bolsonaro. A escolha dessa plataforma se deu por entendermos a importância dela na arena política atual, em que as estratégias partidárias são fortemente midiáticas, e os algoritmos das mídias sociais colaboram para fomentar a desinformação e o discurso de ódio em torno dos processos políticos. No total, analisamos 935 comentários, seguindo o método da análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Como resultado, as críticas e rejeição que encontramos, por parte da maioria dos interlocutores nas postagens selecionadas, não estão ligadas aos seus posicionamentos políticos, mas têm uma carga de violência com caráter racista e misógino. Encontramos caracterizações dela como “sumida” da cena pública e discursos que a desumanizam através de ataques violentos à sua aparência física, comparando-a com animais e extraterrestres. Reconhecemos que essas representações fazem parte da construção social da mulher negra, algo que encontramos nos estudos interseccionais de gênero e raça (GONZALEZ, 2020), que mostram justamente como a mulher negra vem sendo invisibilizada e animalizada por conta de sua potência física ao longo do tempo. Marina, no entanto, parece se afastar também desta última representação, e aqui parece como um ser bestializado, e que, por isso, deve ser eliminado, associado ainda a preconceitos regionais, devido à sua origem nortista. Ressalta, assim, a necessidade de se combater a violência de gênero e raça também no campo político, e fortalecer estratégias de transparência nas redes sociais.

**Palavras-chave:** Marina Silva; Twitter; gênero; raça; estudos de recepção.



## ABSTRACT

Marina Silva, a black woman from a poor background born and raised in the northern part of Brazil, gained national political projection after participating as a presidential candidate in 3 consecutive elections. In her first election in 2010 she obtained over 19 million votes, granting her the 3rd place in that year. In 2014, her second attempt, she also landed 3rd place, with 22 million votes. In 2018, however, she performed poorly, with only little over 1 million votes, granting her 8th place. It is in light of this scenario that this project sought to comprehend how Marina Silva, being a public figure, is perceived by the general public in the Brazilian political scenario that is mostly dominated by white men. While devoting its attention to the person that comments/replies –the person/subject– this study seeks to understand how they appropriate themselves of the messages received through the media, how they attribute new meanings or confirm these messages through different socio-cultural procedures and/or amplify them (BARBERO. 2003). The idea emerged due to the observation that, on social media, there seemed to be a common ground notion that questions Marina Silva's ability as a whole due to something one can only describe as a perceived physical and emotional "fragility", aspects that are part of the social construct of the female gender, according to Beauvoir (1970) and De Lauretis (1994). These elements, in Marina Silva's case, seem to stand out even more due to her physical condition that is a direct result of her medical history and the treatment of the diseases she suffered whilst growing up in the Amazon Forest Region, the northern part of Brazil. This study will analyse replies and comments made by internet users from posts made by Marina in 2020, the current period of her political activity, from her Twitter account, in opposition to Jair Bolsonaro's administration. The choice of this platform is due to our understanding of its importance in the current political arena, in which partisan strategies are highly mediatized and in which the social media algorithms contribute strongly to the promotion of misinformation and hate speeches surrounding the political processes. All in all we analyzed 935 comments, using content analysis methodology (BARDIN, 1977). What we found is that the critiques and rejection posed by the majority of the comments analyzed were unrelated to her political stances and highly charged with violently racist and misogynistic properties. We found characterizations of her as being "missing" or "absent" from the public scene and also dehumanizing vocabulary and violent attacks to her physical appearance, comparing her to animals and extra-terrestrials. We recognize that these characterizations are part of the social construct of the black woman, which is something we encounter in the studies of intersectional feminisms based on gender and race (GONZALEZ, 2020), that show how precisely black women are made invisible and animalized based on their physical properties. Marina, however, seems to not quite fit this representation either and appears more beast-like and, thus, must be eliminated whilst suffering regional prejudices due to her northern origins. The study highlights, thereby, the need to fight gender and racial violence also in the political sphere and to strengthen strategies of transparency on social media.

**Keywords:** Marina Silva; Twitter; gender; race; reception analyses.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — A estrutura do debate político brasileiro nas redes sociais em 2016.....	82
Figura 2 — A estrutura das páginas do Facebook em 2013 .....	83
Figura 3 — Postagem de Marina Silva no Instagram.....	92
Figura 4 — Postagem de Marina em 22 de maio de 2020 .....	100
Figura 5 — Postagem de Marina em 8 de junho de 2020 .....	101
Figura 6 — Postagem de Marina em 26 de fevereiro de 2020 .....	102
Figura 7 — Postagem de Marina em 25 de maio de 2020 .....	103
Figura 8 — Postagem de Marina em 3 de novembro de 2020 .....	104
Figura 9 — Meme postado com mensagem .....	108
Figura 10 — Meme postado com mensagem .....	109
Figura 11 — Meme postado com mensagem .....	110
Figura 12 — Meme postado com mensagem .....	110
Figura 13 — Meme postado com mensagem .....	111
Figura 14 — Imagem postada na resposta .....	112
Figura 15 — Imagem postada na resposta .....	113
Figura 16 — Imagem postada com mensagem .....	113
Figura 17 — Meme postado com mensagem .....	115
Figura 18 — Meme postado com imagem .....	117
Figura 19 — Meme postado com mensagem .....	117
Figura 20 — Meme postado com mensagem .....	119
Figura 21 — Meme postado com mensagem .....	119
Figura 22 — Imagem postada com mensagem .....	120
Figura 23 — Meme postado com mensagem .....	121

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Presença de Marina Silva nas redes sociais .....	34
Tabela 2 — Números de seguidores de mulheres políticas no Twitter .....	35
Tabela 3 — Número de seguidores de políticos no Twitter .....	35
Tabela 4 — Postagens selecionadas para coleta.....	36
Tabela 5 — Comentários nas postagens de Marina Silva .....	104
Tabela 6 — Categoria "Aparência" e subdivisões.....	106

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 — Candidaturas masculinas e femininas no Brasil: 2000 a 2020 .....	50
--	----

## SUMÁRIO

<b>COMO NASCEU ESTA PESQUISA .....</b>	<b>14</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>Redes sociais e recepção .....</b>	<b>30</b>
<b>Procedimentos metodológicos.....</b>	<b>33</b>
<b>CAPÍTULO 1: A MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA: ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO, RACISMO E SUB-REPRESENTAÇÃO.....</b>	<b>41</b>
<b>1.1 Gênero e política: da “rainha do lar” às cotas.....</b>	<b>41</b>
<b>1.2 Gênero e raça: apagamento e exclusão.....</b>	<b>52</b>
<b>1.3 Gênero, raça e política: estado da arte .....</b>	<b>57</b>
<b>1.4 Gênero, raça e midiaticização da política.....</b>	<b>63</b>
<b>CAPÍTULO 2: REDES SOCIAIS E POLÍTICA: NOVAS VISIBILIDADES, DISPUTAS DE PODER E DISCURSOS DE ÓDIO.....</b>	<b>70</b>
<b>2.1 Política, novas tecnologias e agência do público .....</b>	<b>70</b>
<b>2.2 Conectividade, algoritmos e novos (e velhos) conflitos .....</b>	<b>78</b>
<b>2.3 Twitter e a política: reprodução de paradigmas.....</b>	<b>86</b>
<b>2.4 Marina Silva e as redes sociais: de um início promissor a alvo de ataques de ódio ...</b>	<b>89</b>
<b>CAPÍTULO 3: “DESUMANIZADA”, “SUMIDA”: ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS NAS REDES SOCIAIS DE MARINA SILVA.....</b>	<b>97</b>
<b>3.1 Resultados alcançados.....</b>	<b>99</b>
<b>3.1.1 Primeira coleta.....</b>	<b>99</b>
<b>3.1.2 Segunda coleta.....</b>	<b>100</b>
<b>3.1.3 Terceira coleta .....</b>	<b>101</b>
<b>3.1.4 Quarta coleta.....</b>	<b>102</b>
<b>3.1.5 Quinta coleta.....</b>	<b>103</b>
<b>3.2 Categorizações .....</b>	<b>104</b>
<b>3.3 Discussões .....</b>	<b>122</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>139</b>

## COMO NASCEU ESTA PESQUISA

Fui uma criança tímida. Talvez por conta disso tenha tantas memórias. Muito ouvia, pouco falava, estava atenta ao meu redor. Tinha uma cabeça em que havia muita coisa para pensar, para imaginar, para acontecer. Minhas fantasias não eram compartilhadas; não tive irmãos. Portanto, minhas histórias eram minhas companhias, minhas filhas, meus irmãos. Algumas cresceram comigo, enquanto outras são carregadas ainda hoje, como brinquedo preservado, intocado, na tentativa de não perder a cor e nem o cheiro... Sendo assim, é muito fácil me lembrar das minhas primeiras pretensões de ser ou fazer. Por vezes lembro da sensação de tempo, quando um minuto parecia uma vida, e as tardes tinham jeito de eternas.

Era fascinada pelas minhas professoras da primeira infância e ainda lembro do processo de aprender a ler, em que, sozinha no quarto, eu montava palavras, descobrindo a incrível junção de sílabas. Ali, eu brincava de professora mesmo sozinha. Embora tão cedo, elas já eram fontes de inspiração através do modo que tinham de olhar, de ensinar, de contar histórias, de escrever na lousa de giz, de prestar atenção na gente. Minhas professoras gostavam da gente. Também me lembro de gostar de saber sobre os mistérios do fundo do mar, da arqueologia, do universo... não sei o quanto divulguei a decisão de ser cientista, mas me lembro do desejo de usar o jaleco branco e trabalhar para desvendar esses segredos e ter contato com tudo isso, que parecia estar tudo num pacote só. E, pensando bem hoje, talvez seja um pacote só, mesmo...

Depois, pelo contato muito cedo com os consultórios dentários (usei meu primeiro aparelho com 4 anos), e por passar boa parte do tempo nesse ambiente, resolvi ser dentista. Meu pai incentivava e dizia: “Filha, essa profissão vai te dar a independência de ter seu próprio local de trabalho e trabalhar como você quiser”, demonstrando sua preocupação desde cedo pela minha autonomia. Portanto, talvez por pura sugestão, persisti nessa decisão até uns 13 anos de idade, mas, com o aparecimento das revistas como *Capricho*, *Carícia*, meus testes vocacionais, e matérias sobre as profissões do momento, passei a considerar outras áreas como Publicidade, Turismo, História — minha matéria preferida —, e até Psicologia.

Tive um Ensino Médio muito rico em aspectos sociais, mas pobre academicamente. Estudei em um colégio interno misto, chamado IAP (Instituto Adventistas Paranaense), no interior do Paraná. O termo “internato” talvez assuste, mas, nesse caso, esse colégio não se parece em nada com as caracterizações desse tipo de escola feitas no cinema ou na literatura. Na minha comunidade religiosa é comum a tradição de estudar nessas escolas, que, apesar de terem muitas regras, algumas rígidas, proporcionam ambientes muito ricos para o desenvolvimento de habilidades a partir de experiências adquiridas com a socialização. Muita

música, coral, esporte, atividades sociais, amizades... Meu pai estudou em alguns internatos e por isso ter marcado sua vida de muitas maneiras, me incentivou a fazer o mesmo. Ele achava que seria importante para o meu desenvolvimento e minha independência — e de fato foi.

Ao longo daqueles três anos me descobri com novas possibilidades de liderança, e fui rompendo mais e mais com a timidez que ainda carregava da infância. Encontrei o teatro na escola, descobrindo e revelando meu humor aos colegas. Encontrei minha facilidade de transitar entre grupos diferentes, e falar em público de repente ficou fácil. Penso que, mesmo tímida, aquela pessoa já morava em mim, mas eu precisava de um burquinho na casca para perceber que era possível quebrá-la. Mas ainda gostava de estar comigo, apenas. Nunca perdi o prazer da solidão. Foi nessa fase que descobri a poesia e, mesmo com a mente preguiçosa, decorei um poema de Cecília chamado “Valsa”, o único memorizado até hoje. Contudo, não sei analisar poesia. Não entendo de métricas, de estilos. Foi só a beleza, mesmo inconsciente à época, que me tomou e ainda toma. Ela, a poesia, segue fazendo por mim o que poucas coisas fazem. É um alívio ser desvendada por ela. É um descanso da angústia quando eu me encontro com ela. É alento. Assim, dessa fase, trago duas descobertas: a de um mundo de fora, mas também a de um mundo de dentro.

No internato, não me preparei para o vestibular e para a seleção do curso de graduação como deveria. Acabei escolhendo Publicidade e Propaganda, em vez da outra opção, que era Psicologia. Minha decisão não foi baseada só em meu interesse pelo curso. Havia outro internato, no interior do estado de São Paulo, que tinha acabado de lançar o curso de Publicidade. A ideia de voltar para a “mesma vida” era algo que me agradava. No entanto, me decepcionei no primeiro semestre. O ambiente era diferente, e eu já não era mais adolescente. Além disso, o curso era recente demais; estava em plena construção. Ao ler o livro de Oliviero Toscani, “A Publicidade é um cadáver que nos sorri”, entendi, ou comecei a entender melhor, o que havia escolhido, e fui me arrependendo profundamente. Mas não sabia o que faria ao desistir e, por isso, permaneci até o fim. Depois de uma pausa, quase no final do curso, fui viver seis meses na Inglaterra para aprender a língua, e depois voltei. Foi nesse período que talvez tenha começado a me ler melhor. Estar longe de tudo me trouxe um distanciamento para repensar no que era conhecido ou familiar.

Assim que voltei, participei de um processo seletivo em que deveria escrever uma redação sobre mim. Com o texto, passei na primeira seleção de estágio de uma das grandes agências do Brasil, a Y&R. No dia da segunda etapa, na agência, porém, me senti muito estranha em meio às dinâmicas em grupo. Não passei para a próxima etapa. Quem passou foram os candidatos que discursaram apaixonadamente sobre os valores e ambições ligados àquela

agência. A publicidade não era isso para mim. Porém, ter reprovado nessa seletiva me deu a possibilidade de passar 10 dias com uns 40 colegas universitários em um projeto ligado à pastoral na minha faculdade, fazendo trabalho social e de saúde em duas aldeias de índios Carajás. Ali, a minha leitura de mundo, o que eu queria, se alargou mais um tanto. Lamentei por não ser professora e não poder me candidatar para as vagas existentes naquele lugar longínquo, a ilha do Bananal (TO). Nesse curto período em que estive imersa na aldeia, trabalhei no grupo que assistia aos pequenos carajás, que não falavam português, mas sabiam se comunicar pelo sorriso e pelo afeto. Havia uma alegria de olhar para o céu vendo, pela primeira vez, a Via Láctea com um sentimento de gratidão por conhecer aquelas pessoas tão distintas de mim. Voltei e decidi que, após minha formatura, prestaria vestibular para Pedagogia. Queria ter o prazer de aprender e ensinar. Pela primeira vez, sentia plena identificação com a escolha, e, mesmo que não desse certo, me sentia feliz com a descoberta.

Já estávamos no final de 2004, e a escolha do caminho da pedagogia persistia, mas apareceu a oportunidade de um trabalho. Meus pais haviam se separado recentemente, e eu procurava um rumo, apesar de contar com o apoio deles, e achei que a Pedagogia poderia esperar. Aceitei o emprego, mudei de estado. Nova Friburgo (RJ) era a sede da Rede Novo Tempo de Comunicação, um grupo cristão, da denominação da qual faço parte, Adventista do Sétimo Dia. Cheguei para trabalhar como secretária, mas tinha muitas outras funções. Na época, ainda éramos um grupo pequeno e me vi diante de mil oportunidades de aprendizado em diferentes funções. Ainda assim, estabeleci um prazo: ficaria um ano como secretária, fazendo tudo o que me pedissem, mas depois disso continuaria apenas em uma função que tivesse mais a ver com a minha área de formação; não queria a comodidade. E assim foi. Depois de um ano, passei de secretária a produtora de TV. Continuei aproveitando diferentes possibilidades: mesmo produtora, aprendi a maquiagem, improvisar teleprompter de papel, e pude me aventurar pela cenografia com régua e lápis. Mesmo sem experiência anterior, construía as ideias e projetos sempre junto às observações e sugestões do iluminador, do marceneiro e do diretor de imagem. Fiz um curso de cenografia no MAM (Museu de Arte Moderna), de São Paulo; aprendi mais, gostava disso. Por vezes, passava madrugadas nas montagens com meus colegas de trabalho. Trago comigo imensa gratidão desses companheiros que, entre tentativas e acertos, realizavam projetos comigo.

Um dia, em 2007, em uma reunião da produção de TV, o diretor queria ideias para novos programas. Foi quando sugeri que o material musical que era colocado como calhau durante a programação, e que tinha muita simpatia da parte do público, merecia um horário próprio, assim como os telespectadores também mereciam saber quando encontrariam suas músicas preferidas



no canal. A ideia foi bem recebida, mas não tínhamos um apresentador. Apontaram meu nome. Eu, que havia feito alguns *VTs* de cunho social no Ensino Médio, mas que nunca havia me imaginado apresentadora, mesmo no susto, aceitei fazer um programa piloto. E assim foi. A Novo Tempo estava em pleno crescimento, e agora ficava localizada em Jacareí (SP), porém, ainda era pequena, com muitos processos caseiros e uma equipe com muita vontade. Assim, nesse contexto, saiu o Caixa de Música. Um programa idealizado por mim — do nome ao cenário. Desenhei uma caixa de madeira, contrariando a ideia do meu chefe que queria um cenário virtual. E assim tínhamos uma caixa e uma tapadeira. Eu era uma menina inexperiente, com muitas atividades, e muito idealista, tentando ajudar no que fosse preciso. Sentada nessa caixa, chamava clipes e *VTs* musicais.

Não tinha muita consciência do que significava minha imagem na televisão. Nosso canal de TV acabou entrando na Sky em um canal privilegiado, entre emissoras já consagradas, o que fez nosso crescimento se acelerar muito rapidamente. De duas exibições semanais, entre muitas reprises, o Caixa de Música logo passou a ser ao vivo, e em pouco tempo já me apresentava de segunda a sábado, com a presença de cantores no estúdio. Com a aceitação do programa, e a nova dimensão atingida, já não tinha mais como me concentrar em tantas funções. Passei a ser produtora e apresentadora desse único programa, apenas. Ah! Importante dizer que, através das interações que fazíamos ao vivo, pude ter a experiência de usar a internet em seus primórdios. Pude ver pessoas que ingressaram no ambiente digital apenas para poder participar e mandar seu recado ao vivo. Pude observar como era difícil para alguns, muitos de zonas rural, entenderem a lógica desses novos meios de comunicação. Muitas contas no Twitter foram abertas só para fazer contato comigo durante a exibição do programa. E nesses anos todos percebi que nada substitui o prazer de um telespectador ao ouvir seu nome e receber um beijo ao vivo. Certamente essa experiência hoje faz diferença na minha compreensão desse novo mundo trazido pelas redes sociais, e que faz parte do meu interesse atual de estudos.

Durante quase 15 anos de trabalhando na Novo Tempo, fui apresentadora por 12 anos, e nos últimos 5 anos ganhei uma função mais administrativa, na coordenação de um dos núcleos de produção, mas ainda acumulava a função de apresentadora. Apesar de nos tornarmos muito populares dentro de um nicho, sempre tive dificuldade em me ver como apresentadora. Para mim, eu não ganhava nada a mais com minha imagem, e nunca quis capitalizar em cima dessa popularidade, nem mesmo nas redes sociais. Além disso, eu não me “sentia” apresentadora; eu ‘estava’ apresentadora. Apesar da imensa simpatia recebida, me sentia muito diferente dos meus colegas que passaram a vida sonhando com essa função. Meu maior lucro nessa etapa foi conhecer gente. Muita gente. E descobri que conhecer é bem melhor que ser conhecido. E que

conhecer gente é se conhecer. Essa foi uma etapa bonita, um ciclo que encerrei de forma muito feliz e que não tive problema em deixar quando resolvi sair da empresa. Tenho muita gratidão por essa oportunidade, e carrego comigo o carinho de tantos e por tantos. Lamento por não ter sido melhor, por não ter tido apenas essa tarefa para me dedicar. Mas penso que fiz o que pude dentro das minhas possibilidades. Aprendi que um comunicador de massa deve, acima de tudo, respeitar cada pessoa que lhe assiste, tendo responsabilidade diante do que é dito no ar. Como dizem, imagem não é tudo. As pessoas são.

Nessa trajetória de 12 anos houve um momento marcante. No ano de 2014, quando assumi minha função de coordenação, entrei numa nova fase de trabalho. E tive de fazer algumas adaptações mentais para assimilar a diferença. Embora achasse no início que seria fácil, pela experiência da adolescência com a liderança, sofri muito, e talvez aí rompi com toda aquela certa inocência que às vezes carregamos da juventude. Eu não era mais estudante, eu não era mais uma menina. Eu teria de lidar com as críticas que eu mesma tinha sobre a administração da empresa e as críticas da parte do meu grupo de trabalho, além das constantes pressões administrativas e limitações estruturais. Quando você trabalha em um setor religioso, muita coisa pode ser agradável, mas há também muita confusão no caminho. Esse ambiente convenientemente exige profissionalismo, e às vezes exige um comportamento “cristão”. Na minha mente é possível as duas coisas coexistirem. Mas, numa instituição religiosa, esse comportamento exigido pode ter a ver mais com a moral e a imagem da instituição do que com “comportamento cristão”, infelizmente. O esforço de fazer o melhor com responsabilidade, mesmo mantendo-me crítica, demandou muita energia e conseqüentemente muito estresse. Porém, pela primeira vez entendi e enxerguei o que era ser mulher em um mundo machista. As dificuldades de ser mal interpretada simplesmente por ser mulher. A diferença de tratamento, a escolha da vestimenta “certa” estrategicamente para ser levada mais a sério, os elogios que quase nunca tinham a ver com o ofício em si, mas com características tipicamente femininas, a confusão que causavam os assédios sutis... Muita angústia foi gerada.

Eu estive nessa função na maior parte do tempo como uma mulher solteira. Mais um peso. Meus pais, apesar de única filha, prezavam pela minha independência de diferentes formas. Eu sabia me defender sozinha, mesmo sendo uma criança, adolescente, jovem e agora mulher pequena, magra e “frágil”. Talvez esse tenha sido o maior presente que meus pais e minha natureza me deram. Quando desrespeitada, eu sabia me impor. Mas, mesmo me vendo gigante e destemida, percebi que essa “fragilização” da minha figura era negativa, atrapalhava. Quando saí da empresa, por opção, e já avistando a possibilidade de finalmente voltar a estudar, fui tratada com muito carinho, com elogios sinceros ligados às minhas características pessoais,

embora as falas não associassem essas qualidades às minhas atribuições no trabalho. Senti imensa frustração.

Também em 2014, além do meu ingresso no mundo corporativo, que não beneficia as mulheres, Marina Silva, depois do triste acidente aéreo que levou à morte do candidato à Presidência pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro), Eduardo Campos — de quem era vice —, acabou se candidatando novamente ao cargo. Entretanto, com mais chances nessa disputa, seu nome foi muito mais discutido.

Comecei a perceber que, em diferentes grupos familiares, de amigos e colegas, as falas como “Marina é incrível, mas não acho que ela aguenta”, “Marina Silva parece honesta, mas não tem capacidade de transitar no ambiente político”, “Marina seria uma boa opção, mas é muito fraquinha” eram falas constantes. Nesse momento pessoal de entendimento, em que eu me via num ambiente hostil à mulher, comecei a ver que a “mesma coisa” acontecia em grande escala com outras mulheres, obviamente. E, naquele momento em especial, uma mulher que me parecia carregar certa coerência política sofria essa hostilidade e desprezo, que por vezes, à minha volta, era sutil. Pensei como seria se o mesmo discurso de uma entrevista dada por ela saísse da boca de um homem. Lembrei na hora das eleições de 1989, em que, no alto dos meus 8 anos de idade, assisti fascinada à propaganda eleitoral de Collor veiculada na TV, onde ele, de branco, aparecia numa canoa, me deixando muito impressionada. E se Marina fosse um Collor, homem “bonito”, voz forte, quais seriam suas chances?

Ao sair da Novo Tempo, em 2019, tirei alguns meses sabáticos e comecei a pensar no estudo novamente. Fazer uma nova graduação, como Pedagogia, me tomaria alguns anos de dedicação, e eu gostaria de ter um filho nesse período. Portanto, decidi pelo mestrado, que abriria portas para a docência e me tomaria menos tempo. Mas, ainda assim, eu precisaria de um projeto de pesquisa, de uma boa ideia. Muito me veio à mente: minha experiência com TV, apresentação etc. Mas, como um sopro, a imagem daquele cenário de Marina em 2014 veio até mim. Fazia sentido, me inspirava e me sentia ligada a tudo isso. Dividi com meu marido, que, além de gostar do tema, me incentivou a segui-lo. Ainda assim, depois de tantos anos longe dos estudos e praticamente sem nunca ter me dedicado a eles do jeito que eu deveria, senti insegurança. Depois de conversar com o professor Tarcisio Torres Silva, coordenador do Programa de Linguagens, Mídia e Arte da PUC-Campinas, ganhei a segurança de que precisava para escrever e encaminhar meu anteprojeto — A mulher “frágil” na política brasileira: Um estudo do caso Marina Silva. Desafiei-me. Fui aceita.

Lembre-se de que, até então, esse era apenas um caminho para a docência. Entrei no programa muito perdida, mas, graças aos primeiros direcionamentos da minha orientadora,

professora Juliana Doretto, minha pesquisa começou a andar no primeiro semestre. Então, o que eu nem esperava aconteceu: Marina e eu tínhamos muito mais diferenças do que similaridades. Ao olhar para as minhas análises, uma porta se abriu, e eu quis entrar. Foi duro olhar para um racismo que eu nunca enfrentei e descobrir que minha cor me deu e me dava muitas regalias; entre elas, a de ter minha aparente fragilidade transformada em “fofura” e “delicadeza”, até mesmo incapacidade, mas, ainda assim, tão diferente da desumanização sofrida pela mulher negra. Essa porta aberta me mostrou as dores e os prazeres da pesquisa, mas, acima de tudo, me deu propósito. Eu sempre quis propósito. E talvez, como a poesia, a pesquisa me trouxe as descobertas do mundo de fora, mas também do mundo de dentro.

Aqui me vejo, agora, no ponto em que me encontro com a pequena menina da primeira infância, que queria ser professora e gostava da ciência e de seus mistérios, a primeira menina que fui. Finalmente nos encontramos. E todo o trajeto não foi de desencontros, mas de passos feitos para junto dela. Sinto-me quase como que guiada por uma mão invisível e bondosa, e sou muito feliz por isso. Recentemente tive um filho. Meu primeiro. Sinto-me agradecida por chegar de mãos dadas a essa menininha para ser a mãe dele e lhe apresentar o mundo. O mundo e um caminho de propósitos que façam a diferença na vida da gente e de tanta gente.

Um viva às mulheres. Mas especialmente um viva às mulheres mais oprimidas e hostilizadas em nosso mundo. Que sejam cada dia mais reconhecidas e conquistem o que quiserem. Quanto a mim, meu agradecimento por poder contribuir, ainda que com um pequeno tijolo, na construção desse caminho mais justo.

## INTRODUÇÃO

Se levarmos em consideração que no Brasil, até o início do século passado, o direito ao voto era exclusivo dos homens, é recente a chegada de mulheres ao poder público. Esse cenário de atraso se faz presente também em outros lugares do mundo. Na Suíça, um país de grande desenvolvimento socioeconômico, mulheres só tiveram direito ao voto em 1971; na África do Sul, apenas em 1993; e na Arábia Saudita, em 2011.

Voltando ao Brasil, a primeira eleitora foi Celina Guimarães, que, em 1927, na cidade de Mossoró (RN) exerceu esse direito pela primeira vez em razão de uma lei local. Em seguida apelou ao Senado Federal, via telegrama, para que esse direito fosse estendido a todas as compatriotas: “Algumas fontes enfatizam que Celina não planejara ser a primeira eleitora e ficou surpresa com toda a repercussão que houve. Mas o fato é que a potiguar e o estado do Rio Grande do Norte entraram para a história como pioneiros do voto feminino” (SCHUMAHER; CEVA, 2015, p. 73).

Isso só foi possível porque outra mulher, Bertha Lutz, após retornar ao Brasil depois de ter concluído seus estudos em Paris, em 1918, iniciou sua luta pelo direito das mulheres, que incluía o direito ao voto, e embora não estivesse restrito a tal demanda, também priorizou o acesso à educação:

Desde que voltou ao Brasil, Bertha mergulhou na luta pelo sufrágio universal, que garantisse os direitos políticos das mulheres, ou seja, a sua participação nas eleições e na carreira pública. Outro tema de sua preocupação se referia à ampliação do acesso à educação, pois a maioria da população brasileira na época era analfabeta – grande parte constituída de mulheres (SCHUMAHER; CEVA, 2015, p. 67).

Ainda que tenha havido grandes avanços nas últimas décadas nesse sentido — o mais notável representado pela chegada ao cargo máximo do poder executivo por Dilma Rousseff, em 2011 —, de acordo com reportagem publicada pelo jornal O Globo em março de 2018, dados divulgados pelo IBGE apontam que o país ocupa a 152ª posição no ranking de representatividade feminina parlamentar, de um total de 192 países. Apenas 10,5% do conjunto de deputados federais são mulheres<sup>1</sup>.

De modo especial, no período do regime militar, a presença feminina era ainda mais escassa que na atualidade. No livro “Mulheres no Poder”, Schuma Schumacher e Antonia Ceva

---

<sup>1</sup> PAINS, C. Brasil Tem Menos Parlamentares Mulheres do que 151 Países. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 mar. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-tem-menos-parlamentares-mulheres-do-que-151-paises-22462336>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

(2015, p. 116) narram a história de mulheres na política brasileira e relatam que foram eleitas apenas seis deputadas federais durante os “Anos de Chumbo” (1964-1978)<sup>2</sup> nas eleições de 15 de novembro de 1966. No entanto, somente Neci Novais (BA), eleita pela Arena, concluiu seu mandato; o restante teve seus mandatos cassados por conta do Ato Institucional nº 5, baixado em 13 de dezembro de 1968.

Foi neste contexto de opressão e censura, mas também sob essa atmosfera de manifestações pelos direitos das mulheres, que, em 1974, Marina Silva, uma adolescente de 16 anos, aprendia a ler, quebrando, assim, um padrão entre os moradores do seringal, no Acre, onde nasceu e cresceu:

Pois na floresta onde nasceu Maria Osmarina da Silva, nunca houve escola, nem igreja, nem professores formais. No Seringal Bagaço, a 70 quilômetros de Rio Branco – onde Marina veio ao mundo, num casebre de paxiúba coberto de palha, pelas mãos da avó paterna, Júlia da Silva, no dia 8 de fevereiro de 1958 – quase todos eram analfabetos (CÉSAR, 2010, p. 30).

De uma família de origem pobre, Marina Silva trabalhou com seus irmãos em um seringal dos 10 aos 16 anos de idade, em regime semiescravagista. Seu histórico de doenças contraídas na região de floresta em que vivia inclui três hepatites, cinco malárias, leishmaniose e ainda contaminação por metais pesados. Aos 16 anos, quando contraiu hepatite pela primeira vez, buscou tratamento de saúde em Rio Branco, onde dedicou-se aos estudos religiosos, perseguindo seu anseio de tornar-se freira e estudar. Foi nesse ambiente religioso que conheceu o líder seringueiro Chico Mendes (CÉSAR, 2010, p. 75). Ali, também encontrou sua vocação social em meio à Teologia da Libertação<sup>3</sup>, abandonando o sonho de ser freira. Formou-se em História pela Universidade Federal do Acre (UFAC) em 1984, mesmo ano em que ajudou a fundar a CUT (Central Única dos Trabalhadores), junto com Chico Mendes, no mesmo Estado<sup>4</sup>. Sua biografia disponível em seu *website*<sup>5</sup>, relata que essa parceria duraria até o assassinato de Chico, em 1988, mesmo ano em que ela chegou a assumir seu primeiro cargo público, tendo sido a vereadora mais votada no município de Rio Branco.

<sup>2</sup> Normalmente esse período é definido como tendo sido dos anos de 1968 a 1974, e alguns ainda limitam o período como tendo sido apenas o governo Médici.

<sup>3</sup> A Teologia da Libertação é um movimento cristão predominantemente católico, apartidário, nascido na América Latina nos anos 60. Essa teologia entende que é a partir do sofrimento dos pobres que se deve compreender os ensinamentos de Jesus Cristo. Portanto, o movimento defende redistribuição de renda e luta contra injustiças sociais (GUTIÉRREZ, 1986).

<sup>4</sup> CONHEÇA A TRAJETÓRIA DE MARINA Silva, candidata à Presidência pelo PV. **UOL**, São Paulo, 26 maio 2010. Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2010/pre-candidatos/conheca-a-trajetoria-de-marina-silva-pre-candidata-a-presidencia-pelo-pv.jhtm>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

<sup>5</sup> Página Oficial de Marina Silva. Disponível em: <[www.marinasilva.org.br](http://www.marinasilva.org.br)>. Acesso em: 10 mar. 2020.

Em 1990 tornou-se também a deputada estadual mais votada do Acre e, quatro anos depois, em 1994, foi eleita senadora, tornando-se a pessoa mais jovem a ocupar esse cargo no país até então. Reeleita senadora, em 2002, obteve três vezes mais votos do que em 1994. No ano seguinte foi nomeada pelo então presidente Luíz Inácio Lula da Silva como ministra do Meio Ambiente. Durante sua atuação no ministério, obteve grande destaque internacional por conta de sua atuação na pasta. Porém, em 2008, ainda com dois anos de mandato pela frente, em carta ao presidente Lula, pediu demissão de seu cargo, alegando dificuldades em dar prosseguimento à sua agenda ambiental, deixando o PT (Partido dos Trabalhadores), partido pelo qual militou durante 30 anos<sup>6</sup>, um ano depois, em 2009, em razão de divergências e diferenças ideológicas.

Depois de ter exercido seus principais cargos públicos como senadora e ministra, ganhou maior projeção e destaque no cenário da política nacional após participar de três processos eleitorais para a Presidência da República. Em 2010 disputou sua primeira eleição à Presidência filiada ao Partido Verde (PV). Na convenção que anunciou sua candidatura, afirmou querer ser “a primeira mulher negra de origem pobre a governar o país”<sup>7</sup>. Nessa declaração, em que relembra quem é e reafirma sua origem, é possível identificar conceitos da Teologia da Libertação. São esses os mesmos princípios responsáveis para que ela trocasse o desejo de se tornar freira pela luta contra as desigualdades sociais. Em aula aberta promovida em julho de 2020 pelo Laboratório de Política, Comportamento e Mídia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Marina Silva foi convidada a falar sobre sua experiência como evangélica na política. No início de sua fala reafirmou que seus valores políticos se originaram nessa teologia e que continua, ainda hoje, bebendo dessa fonte.

Marina não se elegeu em 2010. Como ela possuía apenas 1 minuto e 23 segundos de propaganda eleitoral gratuita na televisão, foi na internet que ela encontrou o veículo central para divulgação de suas propostas. A estratégia, pouco explorada até então no cenário político do país, lhe rendeu um excelente desempenho, conquistando 20% dos votos válidos e ficando em terceiro lugar nas urnas, obtendo o maior número de votos de um terceiro lugar desde a redemocratização do país.

Em 2013, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitou o registro de seu partido Rede de Sustentabilidade (REDE). Marina, então, firmou aliança com Eduardo Campos, do PSB, pré-

---

<sup>6</sup> SALOMON, M. Marina deixa PT e diz não ter mais ilusão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 ago. 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/34aOPtM>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

<sup>7</sup> LOPES, E; DOMINGOS, J. Marina: ‘Quero ser a 1ª mulher negra a governar o país’. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 jun. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/34h9YT6>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

candidato à Presidência da República, e no dia 3 de Julho de 2014 foi oficializada como candidata a vice de Campos. No mês seguinte, dia 13 de agosto, o candidato morreu após acidente aéreo. Uma semana após a tragédia, o PSB confirmou Marina Silva como candidata pelo partido, sendo essa a primeira vez em que teve chances reais de chegar à Presidência. Numa disputa bastante acirrada, sofreu grande ofensiva de seu antigo partido, o PT, ficando mais uma vez em terceiro lugar.

Marina partiu, então, para sua terceira corrida pela Presidência, em 2018, dessa vez pelo seu próprio partido, REDE. Teve sua pior colocação, obtendo o 8º lugar. Em algumas entrevistas, ela creditou seu desempenho ao uso do “voto útil”, prática que ocorre quando o eleitor desacredita a possibilidade de vitória do candidato de sua preferência, direcionando seu voto àquele que crê ter mais chance de derrotar o oponente mais rejeitado por ele. Isto é, o “voto útil” é movido pela rejeição, não por afinidade ou aceitação. “Infelizmente, uma realidade marcada cada vez mais pela velha polarização, que agora se tornou tóxica nessa campanha. As candidaturas que não estavam nesses polos tóxicos acabaram sofrendo um esvaziamento em função da pregação do voto útil”, afirmou em uma coletiva de imprensa realizada no dia 7 de outubro de 2018, em Brasília<sup>8</sup>.

Aliás, ainda vale destacar que Marina, que quase foi freira, é membro da Igreja Assembleia de Deus há algumas décadas. Ser evangélica anteriormente lhe garantiu 43% da intenção de votos desse grupo em 2014. Já em 2018, numa eleição em que a extrema-direita ganha destaque no segmento com a candidatura de Jair Bolsonaro, esse índice baixou para 12%<sup>9</sup> e a rejeição parece ter advindo da ideia de que Marina Silva não defenderia uma suposta agenda cristã por conta de seus posicionamentos progressistas. Por outro lado, em 2018, a própria Marina afirmou que ser evangélica é sua característica que mais desperta preconceito, e que sentiu diferença de tratamento nos espaços públicos depois de sua conversão à fé cristã evangélica, que ocorreu no final da década de 90. A conversão de Marina Silva não foi bem recebida por sua família e por seus correligionários petistas: “A aguerrida militante comunista tinha virado crente” (CÉSAR, 2010, p. 157). Seu colega de partido, Iraílton Lima relata que os amigos chegaram a duvidar da continuidade da vida política da companheira. Uma amiga, à

---

<sup>8</sup> MARINA CREDITA DESEMPENHO RUIM à estratégia do voto útil. **Exame**, São Paulo, 7 out. 2018. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/marina-credita-desempenho-ruim-a-estrategia-do-voto-util/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

<sup>9</sup> MARINA PERDE O APOIO que teve de evangélicos em 2014. **Veja**, São Paulo, 27 ago. 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/marina-perde-o-apoio-que-teve-de-evangelicos-em-2014/>>. Acesso em: 26 abr. 2022.



época, chegou a dizer que considerava Marina demasiadamente inteligente para ser evangélica<sup>10</sup>.

Para Marina, a mudança da referência marxista para uma visão cristã de mundo não tinha como consequência o abandono de seus compromissos sociais, mas consistia apenas na mudança de sua motivação para assumir os mesmos compromissos<sup>11</sup>. Segundo ela, “há uma tendência a generalizações”<sup>12</sup>, passando a ser considerada como alguém de posicionamento conservador e que não enfrentaria os interesses da bancada evangélica, formada por deputados e senadores evangélicos de direita.

Como vimos, apesar de a biografia de Marina Silva demonstrar força de vontade e resiliência, parte da opinião pública a julga como fraca e frágil, conforme matéria publicada no dia 31 de agosto de 2018 pelo “Destak Jornal”, com o título de “Marina Silva é vítima de ataques racistas nas redes sociais”. O jornal destaca comentários encontrados nessas redes: “Meu medo é ser obrigada a usar as roupas iguais (sic) as dela”, “Parece uma tartaruga desnutrida”, “Dá vontade de dar um suco verde para ela, parece fraca”<sup>13</sup>.

Kahwage, Leal e Vasconcelos (2018) reforçam essa compreensão. As autoras realizaram uma análise do conteúdo imagético de “memes”<sup>14</sup> feitos a respeito de Marina Silva que circularam pelas mídias sociais. As pesquisadoras buscaram entender como questões de gênero, sociais e de raça estão presentes nessas imagens, e de que forma os internautas reproduzem discursos e estereótipos presentes em nossa sociedade. Elas mostram que a maioria das representações e sentidos produzidos nos memes relacionam Marina como alguém incapaz politicamente, bem como trazem representações ligadas à sua aparência física:

No I Encontro Nacional da Nova Rede de Pesquisa em Feminismos e Política, que aconteceu em fevereiro de 2018 na Universidade de Brasília, a professora Marlise Matos do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher – NEPEM trouxe para o debate uma tipologia de violência relativamente nova na Ciência Política, mas que na prática se intensifica, por mais contraditório que pareça, com a conquista do voto: a violência política sexista. Esta foi uma tipologia muito utilizada em 2016 por aqueles que acreditam que o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff foi, sobretudo, de cunho sexista. Para Matos (2018) essa violência se distingue das demais na medida

<sup>10</sup> Ibid., p. 161.

<sup>11</sup> CÉSAR, 2010, p. 163.

<sup>12</sup> LIMA, Maria. Marina diz que maior preconceito que enfrenta é por ser evangélica. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 jul. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/marina-diz-que-maior-preconceito-que-enfrenta-por-ser-evangelica-22856709>>. Acesso em: 26 abr. 2022.

<sup>13</sup> MARINA SILVA É VÍTIMA DE ATAQUES racistas nas redes sociais. **Destak**, São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/2N30jtu>>. Acesso em: 1 abr. 2021.

<sup>14</sup> A expressão “meme” é usada para se referir a uma imagem, vídeo, texto etc., criada e compartilhada rapidamente na internet, como expressão de humor sobre determinado fato, pessoa ou ideia.

em que coloca limites na democracia e impacta a produção de políticas para mulheres (KAHWAGE; LEAL; VASCONCELOS, 2018).

Assim, percebe-se um discurso bastante presente nas redes sociais que questiona a capacidade de Marina Silva pela sua “fragilidade” física e emocional, aspectos que fazem parte da construção social do gênero feminino, como afirma Beauvoir (1970). Esses elementos são, no caso de Marina, ressaltados pela sua condição física, resultados do histórico de doenças contraídas quando morava em região de floresta, no Norte do país, e dos cuidados médicos correspondentes, como já mencionado anteriormente.

Para compreensão de como chegamos a essa violência política sexista que atinge Marina, há de se levar em conta como as configurações do mundo moderno afetaram as relações entre gêneros. Castells (1999), ao falar sobre como trabalho e emprego foram transformados por mudanças tecnológicas e pela globalização, afirma que esse movimento não destruiu o número de vagas como um todo, pois, apesar de algumas categorias serem retiradas, outras novas foram introduzidas. Porém, a remuneração não acompanhou o aumento da produtividade e do lucro. Diante desse quadro, muitas mulheres entraram no mercado de trabalho para manter o padrão de vida de suas famílias: “A feminização da força de trabalho afetou substancialmente as bases econômicas do patriarcado e abriu um caminho para a ascensão da consciência feminina (...)” (CASTELLS, 1999, p. VII).

Esta abertura redefiniu alguns papéis sociais de gênero em sociedade, e a mulher também passou a ser provedora. Porém, os cargos de liderança e poder não refletem proporcionalmente a presença feminina encontrada no mercado de trabalho. E isso inclui a participação política. Um dos motivos para isso, segundo Finamore e Carvalho (2006, p. 353), seriam os estereótipos que envolvem as funções que os gêneros devem cumprir em sociedade: “As mulheres candidatas a cargos eletivos têm de enfrentar o estereótipo que coloca os homens nos cargos de liderança política, reservando às mulheres o trato dos problemas domésticos”. Os autores ainda acrescentam que a baixa participação feminina na política não se dá apenas pelo desinteresse dos partidos ou das mulheres, mas pela presença de uma tensão que parece haver no equilíbrio entre os papéis públicos e privados dos gêneros existentes em nossa sociedade (FINAMORE; CARVALHO, 2006, p. 357).

Rita (2018, p. 35), em sua dissertação sobre a representação da mídia com respeito às presidenciais nas eleições de 2010 e 2014, desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, salienta que os veículos de massa reduzem as mulheres aos ambientes de vida pessoal e doméstica, e isso se reflete, de um modo geral, nos ambientes políticos em que as

mulheres chegam ao poder. Elas ficam limitadas às áreas de família, sociais, ambientais e educacionais, conhecidas como *soft politics*, hierarquizadas abaixo das *hard politics* — economia, finanças e justiça —, mais ligada aos homens.

Rita, em suas análises, constatou que Marina Silva foi vítima de uma narrativa que a encaixa na fragilidade, recato, pouca vaidade e ativismo ambiental, ou seja, *soft politics*:

Tal construção coloca a ambientalista numa posição de ambiguidade, com traços tipicamente femininos ressaltados (sua fragilidade, sensibilidade, a menção a suas roupas e trejeitos), enquanto outros fogem do padrão social estabelecido (como a falta de vaidade), o que foi observado em todo o período analisado, em ambas as publicações (RITA, 2018, p. 100).

Nas eleições de 2010 e 2014, Dilma Rousseff e Marina Silva foram muitas vezes representadas, nas revistas de massa *Época* e *IstoÉ*, em narrativas que tratavam de seus corpos e de sua intimidade, também destacando atributos de suas personalidades que tradicionalmente não são associados ao ambiente político: “A exploração de suas vidas pessoais, seja em nível afetivo, físico ou de condição de vida, sinaliza que ambas as revistas promoveram uma narrativa que produz e reproduz as noções socialmente estabelecidas e aceitas como inerentes ao sujeito feminino” (RITA, 2018, p. 98).

Marina ainda possui outros agravantes, pois é atacada de forma violenta por conta de suas características de raça e fenótipo (KAHWAGE; LEAL; VASCONCELOS, 2018). Sueli Carneiro (2003), em seu famoso artigo “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”, nos explica algo essencial para compreendermos como a construção de gênero da mulher negra é diferente da branca, colocando as primeiras como as potências física e sexual, enquanto as segundas são tidas como delicadas e passíveis de proteção. Marina parece se afastar também dessa primeira representação, tendo em vista o reforço da sua aparência frágil. No entanto, essa sua fragilidade não se constrói da mesma forma que a das mulheres brancas:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhozinhos e de senhores de engenho tarados (CARNEIRO, 2003).

Poderíamos dizer, então, que a percepção das pessoas a respeito de Marina Silva também estaria ligada à sua cor? Assim, nos parece essencial compreender sexismo e racismo como elementos inseparáveis, como afirma Hooks (2019). Não é possível olhar para Marina apenas pela questão machista ou pela questão racial para entender por que ela é atacada dessa forma. Para compreender o fenômeno que aqui se desenha, o campo do feminismo e suas interseccionalidades é fundamental. Kimberlé Crenshaw (2002), criadora do conceito, define que “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A partir desse cenário, o propósito deste estudo é *buscar entender como Marina Silva, personagem negra, de origem pobre, e de reconhecido destaque no cenário político brasileiro, dominado por homens brancos, é percebida pela sociedade como figura pública, a partir de comentários postados em uma de suas redes sociais, o Twitter*. A escolha por esta plataforma de rede social se deu em razão da importância que ela tem como ferramenta de comunicação por parte dos políticos na atualidade.

Assim sendo, como objetivo geral deste estudo, *analisaremos mensagens de internautas feitas a partir de postagens de Marina, em seu perfil no Twitter, feitas no atual período de sua atuação política, de oposição ao governo de Jair Bolsonaro*. A coleta foram feitas em postagens em que houve expressivo número de comentários, selecionadas entre aquelas publicadas em 2020 (ou seja, em sua atividade política contemporânea) e que geraram grande debate em sua rede social.

Entre os objetivos específicos, estão: 1. Discutir a representatividade da mulher na política por meio de revisão bibliográfica, com destaque para as questões raciais; 2. Discorrer sobre as características das atividades políticas contemporâneas que se dão nas mídias sociais digitais, também por meio de revisão bibliográfica; 3. Debater como as percepções sociais sobre essa figura pública, que aparecem nos comentários das suas publicações na rede social Twitter, desconstruem ou reverberam estereótipos e preconceitos, sobretudo de gênero e raça, bem como debater comentários que compreendem a figura de Marina Silva de modo positivo.

Como vimos, é essencial, para o entendimento e análise das impressões dos comentaristas, examinar as discussões sobre as relações de gênero na sociedade e investigar como isso impacta a participação da mulher em nosso cenário político. Trata-se, portanto, de uma investigação de caráter interdisciplinar, tendo em vista que a natureza desse tipo de estudo liga os diversos saberes, ocupando espaços vazios, criando, assim, novos ambientes de pesquisa. Os problemas “novos” demandam novas práticas de busca, e olhar para outras

disciplinas e ver como se inter cruzam nos dá um entendimento mais abrangente do problema, como aponta Pombo:

Talvez o facto mais interessante que caracteriza a interdisciplinaridade enquanto fenómeno, não da sociologia, mas, digamos assim, da ontologia da ciência, é que ela só se deixa pensar no cruzamento da perspectiva veritativa e da perspectiva sociológica da ciência. Não se trata agora, nem só da subdivisão contínua dos domínios disciplinares num movimento iniludivelmente orientado em direcção à verdade, nem da expansão quantitativa da comunidade dos investigadores. O crescimento do conhecimento científico resulta, pelo contrário, de um processo de reordenamento interno das comunidades levado a cabo por um reordenamento das disciplinas (POMBO, 2006, p. 210).

As práticas de convergência entre os saberes exigem que disciplinas familiares ou distintas conheçam um mesmo objeto, e isso é possível porque a interdisciplinaridade não se propõe a modificar as estruturas dessas disciplinas em jogo. Os estudos interdisciplinares também não têm centralidade: o que existe é um policentrismo de diversos saberes que estão a serviço da investigação, e a consequência disso é que muitas vezes acabam originando novos campos. No que diz respeito ao comprometimento, a interdisciplinaridade atua na circulação do conhecimento, movendo informações, pois as disciplinas, individualmente, jamais seriam suficientes para dar conta de todas as respostas, e reuni-las através desse intercâmbio facilita a ampliação da compreensão e a solução de problemas (POMBO, 2006).

Portanto, no caso da presente pesquisa, olharemos para outros campos, como os estudos de gênero, bem como o feminismo interseccional, além de teorias do campo da política e das mídias digitais.

Por isso, no primeiro capítulo desta dissertação, buscamos compreender por que a representatividade política de mulheres no Brasil não corresponde à proporção desse gênero na sociedade. Nesse ponto do trabalho, discorreremos sobre os obstáculos enfrentados por essas mulheres ao adentrar ao ambiente político e discutir como a mídia impacta esse cenário. Pautamos também discussões teóricas sobre o feminismo e suas interseccionalidades, pois levamos em conta que as adversidades sofridas por mulheres negras são diferentes das enfrentadas pelas mulheres brancas — e também mais agudas.

No segundo capítulo, olharemos para os novos modos de comunicação e visibilidade, trazidos pelas tecnologias recentes. Buscamos entender como esses processos têm impactado a política, por horizontalizarem em parte os processos comunicacionais (CASTELLS, 1999). Nesse passo da pesquisa, foi importante apresentar as discussões teóricas com respeito aos efeitos dessa hiperconectividade no ativismo político, além das questões que visam prever e alterar comportamentos através dos algoritmos presentes no ambiente digital. Também

apresentamos como o Twitter, plataforma escolhida para a coleta de comentários que faremos, se tornou ambiente de destaque pelo seu uso por parte de grandes agentes políticos, bem como local de debate e reverberação política por atores sociais. Por fim, olhamos para Marina Silva e sua relação com as redes. Apresentamos alguns estudos que já vêm sendo feitos a respeito dos ataques dos quais ela é alvo na rede social mencionada, e que se alinham a esta pesquisa. Porém, nenhum deles fez coleta e análise de comentários que foram postados como resposta às postagens de Marina naquele serviço de microblog, o que indica originalidade e relevância deste estudo.

No capítulo 3, apresentamos os resultados de nossas análises, a partir da investigação dos comentários em postagens selecionadas no período estudado. Antes, porém, descreveremos nossas escolhas metodológicas, que se dão a partir dos estudos de recepção no campo comunicacional, articulados com a perspectiva de gênero e raça.

### **Redes sociais e recepção**

Este trabalho pressupõe que o esforço realizado para compreender as diferentes percepções sociais sobre Marina Silva se enquadra nos chamados estudos de recepção. Durante as primeiras décadas de seu desenvolvimento, as pesquisas em comunicação entendiam que o emissor (que emite a mensagem), através de um canal de comunicação ou por meio de um código (conjunto de signos utilizado), transmite a informação ou o conteúdo numa mensagem que chega até o receptor (aquele que ouve) tal como foram emitidos. Nessa estrutura, quando o receptor não retinha ou captava a mensagem, era sinal de que algum ruído havia comprometido o processo. De acordo com Sousa (1994), foi a partir dos anos 60, com o surgimento dos Estudos Culturais, na Inglaterra, que esse modelo começa a ser revisado de forma mais sistemática. A reflexão sobre quem é o ser humano no processo de comunicação começa a ser feita de forma mais coordenada, mudando o olhar, de forma especial, para este sujeito-receptor, que deixa de ser alguém que apenas recebe a mensagem: “O receptor se confunde ora com o consumidor social ora com o desbravador de si mesmo: é um consumidor que não se resume a depositário sedento irrefletido de desejos (...)” (SOUSA, 1994, p. 23), ou seja, um sujeito que pensa sobre o que recebe.

Ao se dirigir para o comentarista, isto é, o sujeito receptor, a investigação pretende, então, compreender como ele se apropria das mensagens midiáticas, dá novos significados a elas ou corrobora com os significados já estabelecidos nos processos socioculturais e os amplia (BARBERO, 2003).

Sobre isso, Canclini (2007) acrescenta que essa vertente crítica ainda está ligada à condição de circulação dos diferentes discursos, que é contingenciada pelas lógicas de produção da indústria capitalista, regentes dos meios de comunicação hegemônicos (e também das redes sociais). Em outras palavras: as narrativas circulantes no cenário midiático são circunstanciadas pelos modos de funcionamento da indústria cultural, e esse cenário é o que possibilita que certas ressignificações (que fazem frente a determinados estereótipos de gênero, no caso em tela) ocorram de forma relevante ou não.

Aqui, o modo de funcionamento das redes sociais, cujos algoritmos destinam mensagens a usuários que tendem a concordar com elas, deve ser levada em consideração:

Será que o assunto é apenas uma construção fictícia da mídia, ou também pode haver sujeitos críticos, espectadores que exercem suas próprias iniciativas, apesar das manipulações astutas da mídia? Estudos sobre o lado ativo da recepção mostram que não há mídia onipresente, audiências passivas, mas a concentração monopolista e transnacional das indústrias culturais e a fraqueza das associações de televisão e de consumidores ainda deixam a questão de quanto o capitalismo de redes globalizadas nos permite ser sujeitos. A possibilidade de sê-lo aparece não apenas como a capacidade criativa e reativa dos indivíduos; também depende de direitos coletivos e controles sociais sobre a produção e circulação de informações e entretenimento (CANCLINI, 2007, p. 148).

Nesse processo é necessário entender melhor como a cultura de massa consolida o sujeito moderno, como ela produz e/ou intensifica seus comportamentos, ou como o sujeito moderno rege, através de suas necessidades, essa cultura.

Morin (1962, p. 90) destaca que a cultura de massa se vale em torno das necessidades do indivíduo, de seus anseios inibidos que não encontram lugar na sociedade civilizada. Por isso, ele vai em busca de escape, de uma liberdade íntima da realização dos seus instintos e desejos desautorizados, censurados.

Esta liberdade, a realização desses instintos inibidos, encontra lugar confortável nos novos meios de comunicação existentes hoje, como as redes sociais? Han (2017) avalia que sim, em seu ensaio sobre como o Ocidente tem se tornado uma sociedade do cansaço. O sujeito de desempenho, classificado por ele como alguém de positividade excessiva que se autoestafa em busca de um eu-ideal, é um indivíduo aparentemente livre, mas que é escravo de si:

O sujeito de desempenho esgotado, depressivo está, de certo modo, desgastado consigo mesmo. Está cansado, esgotado de si mesmo, de lutar consigo mesmo. Totalmente incapaz de sair de si, estar lá fora, de confiar no outro, no mundo, fica se remoendo, o que paradoxalmente acaba levando a autoerosão e ao esvaziamento. Desgasta-se correndo numa roda de hamster que gira cada vez mais rápida ao redor de si mesma. Também os novos meios de comunicação e as técnicas de comunicação

estão destruindo cada vez mais a relação com o outro. O mundo digital é pobre em alteridade e em sua resistência (HAN, 2017, p. 91).

Para Han, vivemos um mundo carente de alteridade. O diferente, aquilo que nos confronta, é o que exercita o pensamento e encoraja a enxergar o novo, a romper com costumes, enxergar tradições que não as nossas. Não ver o outro empobrece nossas relações humanas. Geograficamente, tendo um mundo todo digital a ser explorado, o sujeito do desempenho acaba estacionando no mesmo lugar, onde os algoritmos ainda vêm conspirar para que ele veja apenas o que lhe agrada. Um sujeito incapaz de relações intensas, isto é, relações fluidas. As principais doenças do século XXI, depressão e *burnout*, são patologias que possuem um traço agressivo a si mesmo (HAN, 2017), e o suposto contentamento encontrado nas redes sociais traz uma falsa aparência carregada de apoio ao ego.

Ou seja, pode-se afirmar que a falta de alteridade é também consequência de como trabalham os algoritmos no ambiente digital, sempre juntando os iguais, criando, assim, bolhas virtuais em que não há mais o contraditório, e influencia os processos de recepção, como vimos acima.

Por isso, muito do confronto de ideias acontece não no nível do diálogo, mas, sim, no da agressão; e o que aumenta a intensidade da agressividade *online* é o fato de não se ter de presenciar as consequências e os danos causados por ela. É fácil concluir que o debate político segue também esse mesmo padrão. Por meio de comentários de internautas nesse campo digital, é possível analisar de que maneira a figura de Marina Silva sofre essa ausência de alteridade da parte dos comentaristas, como mostram estudos já realizados envolvendo Marina e os internautas, citados anteriormente (KAHWAGE; LEAL; VASCONCELOS, 2018).

Portanto, queremos entender se os comentaristas das postagens de Marina, ao expressarem seus entendimentos e visões de mundo, reproduzem esses padrões violentos, descritos aqui, além de identificar outras formas de compreensão da figura de Marina.

Doretto e Furtado (2019) já advogaram que os estudos de recepção se caracterizam pela análise dos sentidos construídos pelos sujeitos no circuito da produção-consumo. Assim, a investigação dos comentários coletados nas redes sociais, para as autoras, pode ser também uma forma de compreender os significados que se estabelecem no consumo das mensagens midiáticas, a partir de compreensões macrossociais sobre os temas debatidos nos comentários, e investigando também os cenários que envolvem a publicação dessas mensagens. Como dizem Cogo e Brignol (2011, p. 88), as redes sociais podem ser um caminho para identificar construções de significados que reforçam o estabelecimento de vínculos entre os sujeitos ali presentes:



Entendemos que é pertinente aos pesquisadores da recepção refletir sobre a internet em suas múltiplas dimensões. Ou seja, partindo da sua concepção como um ambiente comunicacional que permite a produção, circulação e troca de conteúdos e informações, a aproximação entre diferentes formatos e lógicas de mídias, a interação interpessoal e o diálogo, o estabelecimento de vínculos, a construção de projeções das identidades de seus usuários, a configuração de uma memória compartilhada e o estabelecimento de lógicas colaborativas (COGO; BRIGNOL, 2011, p. 88).

Por fim, Flaz (1992, p. 218 *apud* ESCOSTEGUY, 2002) afirma que os estudos de recepção devem problematizar o gênero para além das diferenças biológicas, de forma a entender como essas concepções “são constituídas e experimentadas e como nós pensamos ou, igualmente importante, não pensamos sobre elas”. É a esse processo de construção de gênero, e às resistências e críticas aos estereótipos nele envolvidos que voltamos o nosso olhar neste trabalho.

### Procedimentos metodológicos

Marina Silva conta hoje com mais de 4,5 milhões de seguidores digitais, somando seus principais canais oficiais de comunicação (Twitter, Instagram, Facebook e YouTube). O Twitter e o Facebook são os perfis em que conta com o maior engajamento, com mais de 2 milhões de seguidores em cada canal. Este estudo, como já dito, analisará mensagens de internautas feitas em postagens de Marina no Twitter.

Seu perfil no Twitter foi criado em janeiro de 2010, ano em que se lançou pela primeira vez como candidata à Presidência do Brasil. Até então, sua candidatura era apenas especulada, sendo oficializada em junho de 2010<sup>15</sup>. Nessas eleições, a ex-ministra do Meio Ambiente saiu à frente dos demais concorrentes ao ingressar nas mídias sociais, com estratégia própria para os meios digitais<sup>16</sup>. Com pouco espaço na propaganda eleitoral na TV e no rádio, e com poucos recursos por parte do Partido Verde (PV), Marina obteve 19.636.359 votos, ficando em terceiro lugar, conquistando, ali, a terceira colocação com maior percentual de votos (19,33%) desde a primeira eleição democrática pós-ditadura, como citado anteriormente. Assim, mostrou o potencial da internet, até então, pouco explorado<sup>17</sup> em processos eleitorais no Brasil.

<sup>15</sup> PIRES, Carol. PV lança Marina Silva como candidata à Presidência nesta quinta-feira. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 9 jun. 2010. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pv-lanca-marina-silva-como-candidata-a-presidencia-nesta-quinta-feira,564037>>. Acesso em 3 dez. 2020.

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1602201008.html>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

<sup>17</sup> Artigo escrito e publicado por Caio Túlio Costa, jornalista, doutor em Ciências da Comunicação pela USP, professor de jornalismo e consultor em novas mídias. Foi o coordenador de Mídia Digital da campanha de Marina Silva à Presidência em 2010 e é um dos sócios da MVL Comunicações, empresa responsável pela comunicação da candidatura. Cf. COSTA, Caio Túlio. O papel da internet na conquista de votos. **Observatório da Imprensa**,

Atualmente, Marina se concentra em quatro redes sociais: Twitter, Facebook, Instagram e YouTube. As três primeiras redes estão sempre atualizadas com uma postagem diária ou mais, e o conteúdo costuma ser o mesmo nas três plataformas. Já seu canal no YouTube não tem a mesma atualização, mas, nos últimos três anos, se concentrou em postar suas participações em entrevistas, *lives* e programações diversas. Além disso, desde o início dessa pesquisa, em 2020, percebemos uma mudança, iniciada em 2021, na linguagem visual em seu perfil no Instagram. O conteúdo passou a ser unificado visualmente, e suas falas no Twitter e Facebook passaram a ser reproduzidas não nos textos, mas em imagens. Suas mensagens costumam ser em primeira pessoa. Esses dados revelam as estratégias utilizadas por sua equipe de comunicação, cujos nomes não estão visíveis nessas plataformas nem em seu site oficial. No entanto, o cuidado e o planejamento identificado nesse material mostram que não se trata de uma produção individual da política.

Estes são os números de seguidores de Marina Silva em suas redes sociais:

Tabela 1 — Presença de Marina Silva nas redes sociais<sup>18</sup>

<b>Redes sociais</b>	<b>Marina Silva</b>
<b>TWITTER</b>	2.107.296
<b>FACEBOOK</b>	2.166.730
<b>INSTAGRAM</b>	278.035
<b>YOUTUBE</b>	19.9k

Fonte: Elaboração da autora (2022).

A título de comparação, acrescentamos uma tabela com números de seguidores no Twitter de outras mulheres que têm tido destaque político nos últimos anos: Hillary Clinton, ex-candidata à Presidência dos EUA; Kamala Harris, atual vice-presidente dos EUA; Dilma Rousseff, ex-presidente; Carla Zambelli, deputada federal, aliada de Jair Bolsonaro; Manuela d'Ávila, foi candidata a vice-presidente na chapa de Fernando Haddad, em 2018; Janaína Paschoal, deputada estadual e uma das autoras do pedido de impeachment de Rousseff, em 2016; Joice Hasselmann, deputada estadual e ex-aliada de Bolsonaro; e a senadora Simone

15 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/o-papel-da-internet-na-conquista-de-votos>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

<sup>18</sup> Números coletados em 15 de maio de 2022.

Tebet, que foi recentemente líder da bancada feminina no Senado e que teve destaque na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid<sup>19</sup> (Tabela 2).

Tabela 2 — Números de seguidores de mulheres políticas no Twitter<sup>20</sup>

<b>Políticas</b>	<b>Seguidores</b>
<b>Hillary Clinton</b>	31.440.648
<b>Kamala Harris</b>	19.639.561
<b>Dilma Rousseff</b>	6.468.490
<b>Marina Silva</b>	2.105.217
<b>Carla Zambelli</b>	1.609.211
<b>Manuela d'Ávila</b>	1.367.477
<b>Janaína Paschoal</b>	1.014.190
<b>Joice Hasselmann</b>	363.073
<b>Simone Tebet</b>	308.159

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Em seguida, para entendermos a dimensão dos números, acrescentamos alguns homens importantes da política atual para comparação com Marina: Jair Bolsonaro, atual presidente do Brasil; Sérgio Moro, juiz da Operação Lava Jato e ex-ministro da Justiça e Segurança Pública do governo Bolsonaro; Luís Inácio Lula da Silva, ex-presidente e atual candidato à Presidência; João Doria, ex-governador do estado de São Paulo, ex-aliado de Jair Bolsonaro, tendo desistido de concorrer à Presidência nas eleições de 2022; Ciro Gomes, ex-ministro do governo FHC e do governo Lula, também atual candidato à Presidência do Brasil (Tabela 3).

Tabela 3 — Número de seguidores de políticos no Twitter<sup>21</sup>

<b>Políticos</b>	<b>Seguidores</b>
<b>Jair Bolsonaro</b>	7.707.941

<sup>19</sup> A Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid teve como finalidade apurar a atuação do Governo Federal durante a Pandemia da Covid-19 no país. Disponível em: < <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441> >. Acesso em: 15 mai. 2022.

<sup>20</sup> Números coletados em 26 de abril de 2022.

<sup>21</sup> Números coletados em 26 de junho de 2022.

<b>Sérgio Moro</b>	3.396.983
<b>Lula</b>	3.365.201
<b>Marina Silva</b>	2.105.217
<b>João Doria</b>	1.535.640
<b>Ciro Gomes</b>	1.361.015

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Diante dos números de seguidores nas redes sociais de outros políticos, percebemos que Marina tem relevância quantitativa mesmo quando comparada com homens de destaque de nosso cenário político atual (Tabelas 2 e 3). Entre 9 mulheres, incluindo as americanas Hillary Clinton e Kamala Harris, Marina Silva está em 4º lugar em número de seguidores no Twitter. Já entre os 6 homens de destaque, incluindo o presidente Bolsonaro e o ex-presidente Lula, Marina Silva também aparece em 4º lugar.







Voltando para a tabela 1, vemos que 4.390.839 desses seguidores se concentram no Twitter e no Facebook. Tanto Instagram como Youtube são redes sociais mais imagéticas; já o Twitter é uma rede social que valoriza o conteúdo escrito, mais ainda do que o Facebook — ainda que ofereça recursos por meio dos quais vídeos e imagens também possam ser postados. Além disso, a plataforma Twitter tradicionalmente vem sendo usada há alguns anos como ferramenta entre os políticos para declarações não oficiais e fortalecimento de suas ideias e posicionamentos<sup>22</sup>, e sempre são destaques em matérias jornalísticas. Fato este que reforça nossa escolha por essa rede social.


Nesta dissertação, foram analisados 935 comentários, que foram coletados em cinco diferentes postagens feitas por Marina Silva, em seu perfil no Twitter, no decorrer do ano de 2020; neste período ela faz, declaradamente, oposição política ao atual governo de Jair Bolsonaro. Esses conteúdos são os que mais geram comentários do público, além de representarem o principal teor das suas postagens nessa rede social no período estudado. Abaixo, as postagens selecionadas:

Tabela 4 — Postagens selecionadas para coleta

<b>Postagem</b>	<b>Data</b>	<b>Link</b>
-----------------	-------------	-------------

<sup>22</sup> MARIZ, Ketheryne. Twitter se torna o novo porta-voz utilizado pelos políticos. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 12 nov. 2018. Disponível em: <[https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/11/12/interna\\_politica,718931/twitter-se-torna-o-novo-porta-voz-utilizado-pelos-politicos.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/11/12/interna_politica,718931/twitter-se-torna-o-novo-porta-voz-utilizado-pelos-politicos.shtml)>. Acesso em: 25 nov. 2010.

 <p><b>Marina Silva</b> @MarinaSilva · 26 de fev de 2020</p> <p>Ao divulgar pelo seu WhatsApp uma convocação nitidamente golpista, <b>Bolsonaro</b> não só assina embaixo como assume este que parece ser o seu sonho, reiterado de inúmeras formas e em muitos episódios: dar o seu próprio golpe, ter a sua própria ditadura, reescrever o malfadado AI-5.</p> <p>4,8 mil 2,3 mil 15,5 mil</p> <p><a href="#">Mostrar esta sequência</a></p>	26 fev. 2020	<a href="https://twitter.com/MarinaSilva/status/1232647408913461249">https://twitter.com/MarinaSilva/status/1232647408913461249</a>
 <p><b>Marina Silva</b> @MarinaSilva · 25 de mar de 2020</p> <p>O presidente Jair <b>Bolsonaro</b> precisa ser colocado no seu devido lugar, em isolamento político, pra parar de infectar o Brasil.</p>  <p>1:44 199,2 mil visualizações</p> <p>4,8 mil 3,2 mil 15,6 mil</p>	25 mar. 2020	<a href="https://twitter.com/MarinaSilva/status/1242901210107121671">https://twitter.com/MarinaSilva/status/1242901210107121671</a>
 <p><b>Marina Silva</b> @MarinaSilva · 22 de mai de 2020</p> <p>"Esperamos que Ministério Público federal, STF e Congresso tomem medidas imediatas para o afastamento do ministro Ricardo Salles. Ao tramar dolosamente contra a própria pasta, demonstra agir com desvio de finalidade."</p>  <p>Salles deve ser afastado imediatamente por tramar contra a própria pa... Vídeo de reunião ministerial revela caráter doloso de ações do ministro, o que configura desvio de finalidade <a href="http://oc.eco.br">oc.eco.br</a></p> <p>305 721 4,3 mil</p>	22 mai. 2020	<a href="https://twitter.com/MarinaSilva/status/1263981219412414464">https://twitter.com/MarinaSilva/status/1263981219412414464</a>
 <p><b>Marina Silva</b> @MarinaSilva · 8 de jun de 2020</p> <p>A ação que apresentamos ao TSE denuncia a ocorrência de ilícito eleitoral, no que tange à obtenção de vantagem indevida, fruto da invasão ao grupo virtual "Mulheres Unidas contra <b>Bolsonaro</b>" um mês antes das eleições de 2018. <a href="#">#TSECassaAChapa</a></p> <p>769 394 2 mil</p> <p><a href="#">Mostrar esta sequência</a></p>	8 jun. 2020	<a href="https://twitter.com/MarinaSilva/status/1270078306554085377">https://twitter.com/MarinaSilva/status/1270078306554085377</a>

	3 nov. 2020	<a href="https://twitter.com/MarinaSilva/status/1323674090687836161">https://twitter.com/MarinaSilva/status/1323674090687836161</a>
---	-------------	---

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Para a seleção dessas missivas foi utilizado o recurso de busca avançada disponibilizado pelo Twitter. Em algumas das pesquisas incluímos o termo “Bolsonaro”, a princípio, apenas por observarmos que postagens direcionadas a ele geram frequentemente grande número de comentários e reações, como o acionamento do botão “curtir” e o compartilhamento da publicação, por meio do botão “republicar”. No restante das buscas, o termo não foi utilizado, mas definimos que os resultados mostrassem unicamente postagens que tivessem número mínimo de 300 respostas. Nesse processo, selecionamos quatro mensagens feitas no primeiro semestre de 2020. A última seleção foi a de uma postagem feita no segundo semestre de 2020. Todas as cinco postagens escolhidas tratam de conteúdo de oposição ao governo do atual presidente, mesmo que seu nome não apareça. Ainda assim, nesse tema crítico, buscamos variação nos assuntos apontados por Marina. Além disso, mantivemos as 5 postagens no mesmo ano por entendermos que, para os fins de análise, era importante que não passasse tempo suficiente para que a percepção de Marina no olhar público pudesse sofrer alterações significativas, posto que o período em questão, agravado pela pandemia, era de incertezas, que poderiam resultar em modificações atípicas.

Em relação à coleta dos comentários, foram feitas algumas buscas por ferramentas que realizassem esse processo de forma automática, mas nenhuma delas demonstrou-se eficaz para a nossa necessidade. Muitos softwares fazem buscas por palavras-chave ou hashtags, e apenas a plataforma Octoparse parece ser capaz de coletar da forma que necessitamos. Porém, a leitura dos dados depende de outros conhecimentos, o que atrasaria nosso processo. Assim, a coleta manual, feita inicialmente nos testes de análises, se demonstrou mais eficaz e foi o método aplicado ao restante das coletas. Vale dizer, então, que as ferramentas de coletas precisam ser atualizadas e aperfeiçoadas para que pesquisas possam ser mais eficazes.

Os comentários recolhidos foram feitos diretamente em resposta às postagens de Marina, isto é, são os que apareceram no histórico, e os que foram direcionados a terceiros foram desconsiderados. Essa foi uma forma encontrada para que mantivéssemos uma seleção de comentaristas que direcionam sua fala ao conteúdo que ela publicou, seguindo o enfoque de

nossa pesquisa, que é a investigação sobre a percepção da audiência a respeito de Marina Silva. Foram analisadas as mensagens com conteúdo textual e imagético (memes e *gifs*<sup>23</sup>). As mensagens incompreensíveis, com falas, imagens e sinais desconexos, também foram descartadas, para que não corrêssemos o risco de analisar seu conteúdo de forma equivocada. Uma outra dificuldade encontrada é a de que o Twitter, por razões desconhecidas, não tem disponibilizado a totalidade de comentários feitos em sua barra de rolagem, limitando a visualização e a coleta total de todos eles, como abordaremos com mais detalhes no capítulo 3<sup>24</sup>. Esse também foi um motivo para que trabalhássemos com cinco postagens, e não um número menor de publicações: foi preciso recorrer a diferentes *posts* para que o número total de comentários fosse robusto o suficiente para assegurar uma análise detalhada, chegando a 935 mensagens.

Em seguida, os comentários foram categorizados, de acordo com os temas e subtemas que se destacavam, pela sua frequência, a partir da leitura do material. Seguimos, portanto, uma das vertentes da análise de conteúdo, a chamada de “categorial”, que é um método que propicia a classificação dos significados constitutivos da mensagem (BARDIN, 1977).

Conforme a coleta foi sendo feita, certos aspectos atribuídos à Marina Silva, pelos comentaristas, surgiam: isto é, as categorias não existiam antes da coleta, mas apareceram de forma progressiva, que é chamado de procedimento por “milha”, segundo Bardin (1977). À medida que um tema surge, ele é anotado. “Tema” é definido por Bardin como: “a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”<sup>25</sup>. Busca-se seguir, então, os princípios apresentados por Bardin para uma boa categorização:

- A exclusão mútua: Um mesmo dado não deve estar incluso em mais de uma categoria;
- A homogeneidade: Deve-se buscar a abrangência das categorias, para que nenhum dado ou tema fique de fora, e que sejam homogêneas e coerentes com os temas estabelecidos anteriormente;

---

<sup>23</sup> Graphics Interchange Format ou GIF é um formato de imagem que pode possuir movimento ou não. Como não há áudio, não é considerado vídeo.

<sup>24</sup> Destacamos que plataformas sociais, como o Twitter, deveriam ter uma política de transparência em relação aos dados disponibilizados e sobre seu funcionamento algorítmico. A plataforma recentemente criou ferramentas para facilitar o trabalho acadêmico, porém ainda é bastante complicado entender as disponibilidades apresentadas.

<sup>25</sup> Id., 1977, p. 105.

- A pertinência: A categoria só será relevante se estiver alinhada ao debate teórico feito;
- A objetividade e a fidelidade: As categorias bem estabelecidas evitam distorções e julgamentos deturpados diante da subjetividade. “O organizador da análise deve definir claramente as variáveis que trata, assim como deve precisar os índices que determinam a entrada de um elemento numa categoria” (BARDIN, 1977, p. 120);
- A produtividade: “Um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exactos” (BARDIN, 1977, p. 120-121).

Todo esse processo se constitui como um percurso que apontará para novos caminhos, novas perguntas:

Na sua evolução, a análise de conteúdo tem oscilado entre o rigor da suposta objetividade dos números e a fecundidade sempre questionada da subjetividade. Entretanto, ao longo do tempo, têm sido cada vez mais valorizadas as abordagens qualitativas, utilizando especialmente a indução e a intuição como estratégias para atingir níveis de compreensão mais aprofundados dos fenômenos que se propõe a investigar (MORAES, 1999, p. 8).

Por fim, para Moraes, a análise de conteúdo permite aos pesquisadores envolvidos com análise de dados de comunicação, especialmente a pesquisa qualitativa, o atendimento de muitas de suas demandas. Assim sendo, este estudo espera, de alguma forma, contribuir para a relação dos processos comunicacionais com a política e com as concepções de gênero.



## **CAPÍTULO 1: A MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA: ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO, RACISMO E SUB-REPRESENTAÇÃO**

### **1.1 Gênero e política: da “rainha do lar” às cotas**

Em nossa história recente, as mulheres conquistaram muitos direitos políticos, mas, ainda assim, seguem em desvantagem em relação aos homens, sem representatividade equivalente nos ambientes de poder. Como apresentado na introdução deste trabalho, essa desproporcionalidade na atividade política não faz parte apenas do cenário brasileiro, podendo ser encontrada no mundo todo, em diferentes culturas e sociedades, mesmo entre os países mais desenvolvidos, com políticas mais avançadas de igualdade de gênero. Neste capítulo, no entanto, vamos debater os processos históricos e sociais que nos levaram a esse cenário, com especial atenção à situação da mulher negra e ao papel da mídia nessa construção.

Olhando para o Brasil Colônia, Schumacher e Ceva (2015) explicam que o acesso à educação formal era privilégio da classe dominante, voltada para os homens brancos. O pensamento sobre a educação da mulher começa a mudar a partir da chegada da Família Real ao país, em 1808, com a instalação de escolas exclusivas para algumas delas: meninas brancas, de classe alta. Porém, esse aprendizado ficava restrito ao conhecimento de atividades domésticas. Nesse sentido é importante salientar que o casamento era um negócio nessa sociedade; portanto, instruí-las poderia estar mais ligado ao capital do que ao desenvolvimento das mulheres propriamente dito, uma vez que moças educadas poderiam valer mais nesses acordos. Já nesse momento, havia uma distinção muito forte entre mulheres abastadas e mulheres pobres:

O ideal dessas mulheres era o casamento com algum homem importante na localidade, mantendo os traços que marcaram a sociedade brasileira: o patriarcalismo. Já as mulheres pobres não podiam contar com os acertos familiares, muito menos a possibilidade do dote, tornando o casamento muito mais como um destino do que, necessariamente, um referencial de valor para a sua família (CUNHA; SILVA, 2010, p.101).

De acordo com os autores supracitados, com o aumento progressivo do acesso das mulheres à educação, o ensino começa a ir além das ações para o cuidado com a casa, mas ainda continuava restrito à elite. No entanto, já havia movimentos entre as mulheres para mudar esse cenário. As primeiras décadas do século XIX, por exemplo, foram marcadas pela presença feminina intensa na Imprensa, tornando-se, então, o principal meio para se pleitear a emancipação moral e a educação pública a todas as mulheres.

Surgem, ainda, algumas iniciativas educacionais capitaneadas por mulheres. Nísia Floresta, do Rio Grande do Norte, fundou, em 1838, uma escola para receber meninas no Rio de Janeiro. Ainda mais significativa é a atuação de Maria Firmina dos Reis, que, sendo negra, fundou, em 1880, uma escola mista e gratuita em São Luis (MA), ousando enfrentar o sexismo e o preconceito racial de uma sociedade ainda escravagista e patriarcal.

Passos como esses foram definitivos para que, já no final do século XIX, especialistas na educação de mulheres destacassem que, nos registros das Escolas Normais, já havia mais mulheres formadas do que homens. Esse acesso deu origem a uma “feminização do magistério”, fenômeno em que a mulher passa a ser maioria entre os profissionais da área educacional (SCHUMAHER; CEVA, p.44-45, 2015).

A este respeito Rabelo, Costa e Martins vão dizer:

E como professoras essas mulheres teriam a possibilidade de se inserirem no espaço público. Deste modo, a feminização do magistério abriu portas para o mercado de trabalho. A mulher, e agora professora se tornaria mais independente, pois estaria não só saindo em busca do seu próprio sustento, como também do poder e da dominação masculina da época, sendo este um passo para a emancipação feminina no processo educativo e no espaço público (RABELO; COSTA; MARTINS, 2015, p. 2-3).

Em 1879, D. Pedro II finalmente aprova uma lei que autoriza o ingresso feminino nos cursos superiores, mas, para esse acesso, as solteiras deveriam obter a licença dos pais, e as casadas, de seus maridos. Todavia, inibidas pelas barreiras de gênero da sociedade, poucas eram aquelas que se matriculavam. Nessa época, a argumentação contra a autonomia feminina já era a de que a vida profissional as tiraria de suas atividades domésticas, no lar, e as afastaria da educação dos filhos.

Se o direito à educação das mulheres foi uma conquista do final do século XIX, o que viria adiante seria outra batalha difícil: desta vez, pelo sufrágio feminino, luta que permearia parte do próximo século. Esses dois momentos na história marcaram uma primeira onda do movimento feminista, determinante para que as mulheres conquistassem a cidadania plena e autonomia política (SCHUMAHER; CEVA, 2015).

Logo na introdução de nosso estudo, apontamos a importância de mulheres como Bertha Lutz (1894-1976) para que, em 1927, Celina Guimarães tenha sido a primeira eleitora brasileira, mas destacamos aqui algumas outras mulheres importantes que antecederam essa conquista. Para isso, daremos enfoque para o estudo de Schumacher e Ceva (2015), que fazem ampla e detalhada retrospectiva dessas ações.

Em 1885, Isabel de Souza Matos, gaúcha e cirurgiã dentista, foi atrás de seu requerimento eleitoral, garantido pela Lei Saraiva nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, que dizia que as mulheres portadoras de títulos científicos poderiam ser eleitoras. Mesmo assim, Isabel teve de levar o caso ao Judiciário, ganhando a ação em segunda instância; porém, foi impossibilitada de votar pelo então ministro do Interior, José César de Faria Alvim, que negou seu direito por um pedido da Comissão de Alistamento Eleitoral. Cinco anos depois, em 1890, uma baiana, Isabel Dillon, no primeiro ano da República, se apresentou como candidata à deputada, baseando sua entrada com o argumento de que a lei eleitoral de fevereiro de 1890 não havia excluído a mulher desse direito. Nessa época, a legislação também estabelecia o direito ao voto aos maiores de 21 anos, alfabetizados, sem especificar o sexo. Dillon sustentava que deveria haver liberdade de pensamento e igualdade religiosa, e isso se estendia às mulheres. Ainda assim, não conseguiu nem mesmo se alistar para votar, mas, em seu manifesto em um jornal, oficializou sua candidatura; afinal, a Constituição vigente não havia excluído mulheres. Logo depois, com a primeira Constituição da República, aprovada em 1891, as mulheres foram formalmente impedidas de votar, juntamente com a maioria da população. Importante ressaltar ainda que o voto não era secreto, facilitando o controle do poder por parte dos coronéis e barões do café. Assim, a exclusão das mulheres continuava “a partir do entendimento de que o mundo da política não era ‘lugar de mulher’” (SCHUMAHER; CEVA, 2015, p. 54).

Enquanto isso, em outros países, as primeiras décadas no século XX foram marcadas pela conquista do voto feminino, como em 1902, na Austrália; Finlândia, em 1906; Noruega, em 1913; Islândia e Dinamarca, em 1915; Holanda e Rússia, em 1917; Alemanha, Inglaterra, Polônia, Canadá e EUA vieram logo depois.

Essas conquistas ao redor do globo motivaram ainda mais as sufragistas brasileiras. Em sua agenda de lutas, no entanto, não era somente o direito ao voto que estava em pauta, mas também as precárias condições de trabalho das mulheres que eram exploradas e desvalorizadas além de ganharem salários mais baixos em comparação aos homens. Por conta de tudo isso, vários setores de trabalhadoras femininas se organizaram e então nasceram os primeiros protestos, culminando numa greve geral de 1917. Dois anos depois, fortalecidas em suas causas, organizaram uma outra grande greve intitulada pelo Jornal do Brasil como “greve das abelhas de luxo”. É nesse contexto que Bertha Lutz aparece, recém-chegada da Europa, fortalecendo os grupos de mulheres em suas lutas, e liderando a fundação, em 1918, da Liga para a Emancipação Intelectual da mulher. Logo em seguida, depois de encontrar movimentos feministas norte-americanos, Bertha funda a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, dando origem ao I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro (SCHUMAHER; CEVA, 2015, p. 57-59):

As feministas da FBPF marcavam presença em eventos e pressionavam parlamentares pela concessão do direito ao voto às mulheres. Dessa forma, com habilidade política e capacidade de articular alianças, as sufragistas foram conquistando adesões em vários espaços. Na mesma época, o candidato à presidência do Estado do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, foi procurado por uma comissão de feministas da FBPF. Sensibilizado e convencido dos argumentos do grupo, incluiu na sua plataforma eleitoral a concessão dos direitos políticos, às mulheres de seu estado (SCHUMAHER; CEVA, 2015, p. 59).

Mais tarde, assim que aprovada a nova Lei Eleitoral do Rio Grande do Norte, articulada por Juvenal Lamartine junto ao então presidente do Estado, José Augusto Bezerra de Medeiros, dezenas de mulheres foram à Justiça Eleitoral em busca da garantia de seu direito. E foi assim que Celina Guimarães Viana se tornou a primeira eleitora do Brasil, adquirindo parecer favorável no dia 25 de novembro de 1927. Logo em seguida, a advogada e feminista Mietta Santiago, através da brecha da Constituição da época, Artigo nº 70 — que não especificava o voto feminino como proibido —, conseguiu de forma inédita votar e concorrer ao cargo de deputada federal. A partir disso, o Partido Republicano do Rio Grande do Norte fez uma indicação para que Alzira Soriano concorresse como candidata à Prefeitura de Lages (RN), sendo eleita, e conquistando o título da primeira prefeita da América Latina, em 1928. Nesse contexto, já no primeiro tempo da era Vargas, com Congresso e governo sendo pressionados por todos os lados, através das muitas campanhas efetuadas pelas sufragistas em todo o país, o voto feminino e secreto foi incluído no Código Eleitoral Provisório, em 24 de fevereiro de 1932, inaugurando, assim, uma nova fase na política brasileira.

Ainda de acordo com Schumacher e Ceva (2015), as Constituições de 1934 e 1937 não trouxeram participação relevante de mulheres na política. Durante a terceira Constituição (1934), apenas duas deputadas federais ocuparam mandatos. Mesmo com uma nova Constituição em 1946, nenhuma mulher foi eleita nas eleições de 1947. Apenas nas eleições de 1950 tivemos Ivete Vargas eleita como deputada federal, permanecendo no cargo por cinco mandatos consecutivos. A década de 50, infelizmente, não conseguiu avançar no fortalecimento de nossa democracia, e mais tarde, em 31 de março de 1964, o Brasil, através de um golpe, passa a ter os militares no poder, regulando a política no país através de Atos Institucionais. O primeiro deles, AI nº 1, dava poderes ao Executivo e limitava o Congresso; portanto, os mandatos podiam ser cassados, impedindo direitos políticos por até dez anos. Mesmo no contexto de um retrocesso democrático, as eleições de 1966 elegeram 6 mulheres como deputadas federais, mas apenas uma não foi cassada, podendo concluir seu mandato.

No período de 1964-1978<sup>26</sup>, nominado como Anos de Chumbo, a presença de mulheres no cenário político é quase nula. Ironicamente, nesse momento de tensão, censura e violência, o feminismo no Brasil emerge e cresce, adquirindo papel imprescindível na luta pela redemocratização no país. Nas eleições de 1978, mais mulheres foram eleitas: 4 mulheres na Câmara dos Deputados, e 5 mulheres como suplentes no Senado Federal. Eunice Michilles foi a primeira a ocupar o cargo de senadora, e Laélia Alcântara, a primeira negra no Senado.

Com o movimento feminista em crescimento, a década de 80 foi marcada por uma ampliação de suas lutas, incluindo diversos grupos: mulheres, negras, lésbicas, prostitutas, trabalhadoras rurais e urbanas, empresárias e donas de casa, entre outras. Isso formou uma base para que na próxima década grandes mudanças na sociedade pudessem ocorrer. Mulheres de diferentes cores, com menos filhos, apoderaram-se da cena pública. Nas eleições de 1990, 30 mulheres se elegeram como deputadas federais e 4 como senadoras. Apesar dessa maior participação feminina no cenário político, o final dos anos 90 e início do século seguinte já tinham como grande desafio a sub-representação da mulher.

Devido à visibilidade adquirida pelos movimentos feministas, com um reforço de suma importância, a realização da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim, em 1995, contribuiu para que os debates sobre a sub-representatividade ganhassem força. Naquele mesmo ano, a Lei nº 9.100 estabeleceu que cada partido tivesse o mínimo de 20% de candidaturas femininas.

Mesmo com uma política afirmativa importante — embora as eleições de 2002 tivessem eleito mais mulheres —, esse movimento não representou uma mudança significativa em nosso cenário político. Ainda assim, no governo Lula (2003-2010), duas importantes secretarias foram criadas: a Secretaria de Política para as Mulheres e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. Outro fato significativo foi o aumento de mulheres em pastas ministeriais (SCHUMACHER; CEVA, 2015).

É nesse contexto, que começa com o direito ao acesso escolar por mulheres, passa pela entrada na universidade, direito ao voto e entrada na vida política que chegamos a 2010, quando foi eleita a primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. No entanto, mesmo após todas as conquistas históricas das lutas feministas, alguns estudos contemporâneos apontam que os mesmos motivos que inibiam as mulheres no Brasil Colônia, persistem em inibir, ainda hoje, a mulher moderna a ingressar na vida profissional, e, por consequência, em uma possível carreira

---

<sup>26</sup> Normalmente esse período é definido como tendo sido dos anos de 1968 a 1974, e alguns ainda caracterizam o período como tendo sido apenas no governo Médici.

política. O espaço político até hoje é dominado por homens, mesmo que não haja restrições legais para mulheres.

Para refletirmos a respeito desta realidade, mesmo diante de inúmeras conquistas, podemos nos voltar ao questionamento de Beauvoir (1970) e sua reflexão sobre de onde viria a submissão da mulher. Ela pondera que, em muitos casos de domínio, esse “privilégio” se dá por conta da falta de equiparação numérica entre os grupos: ou seja, o maior impõe suas leis ao menor, como foi o caso dos judeus na Alemanha e dos negros nos EUA. Lembrando que os dois grupos exemplificados, antes dos fatos históricos que os oprimiram, viviam com certa autonomia. Então, esse “princípio” não se aplicaria às mulheres, pois nunca foram minoria e ainda assim sempre estiveram subordinadas ao homem: “sua dependência não é consequência de um evento ou de uma evolução, ela não aconteceu [...]. A divisão dos sexos é, com efeito, um dado biológico e não um momento da história humana” (BEAUVOIR, 1970, p. 13).

A partir da década de 50, as ideias trazidas por Beauvoir se espalharam pelo mundo, desafiando crenças e provocando questionamentos ao afirmar que a mulher não nasce mulher, mas se torna mulher, fragilizando a teoria da “natureza feminina”. Para ela, os aspectos socioculturais têm predominância sobre os aspectos biológicos, isto é: o gênero é uma construção social, em que se aprende como se deve ser, o que se deve ou não fazer, de acordo com os modos de cada época, sendo que este conhecimento é adquirido por meio das interações sociais e dos discursos circulantes. Por exemplo: em outros tempos o uso de salto alto dava status para o homem, enquanto hoje isso poderia ser motivo para se questionar sua sexualidade. Judith Butler (2003, p. 59) diz que “gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”. Para ela, subverter as compreensões sobre gênero que já são naturalizadas, possibilita a quebra de crenças que dão suporte ao domínio masculino.

Tereza De Lauretis (1994) também vai ressaltar que discutir a diferença de gênero pelo viés biológico é limitador, e que apenas a partir dos anos 80 essa discussão alcança um novo patamar:

[...] conceber o sujeito social e as relações de subjetividade com a sociedade de uma outra forma: um sujeito constituído no gênero, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito “engendrado” não só nas suas experiências de relações, mas também nas de raça e classe: um sujeito, portanto múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido (DE LAURETIS, 1994, p. 208).

Para a autora, gênero é uma representação que se instala no comportamento, isto é, a divisão entre o sexo masculino e feminino se engendra pela e na cultura da sociedade: “a representação do gênero é uma construção — e num sentido mais comum, pode-se dizer que toda a arte e a cultura erudita ocidental são um registro da história dessa construção” (DE LAURETIS, 1994, p. 209). Em sua visão, os homens e mulheres têm diferentes posições sociais em suas relações, mas, para além disso, as mulheres são mais constrangidas nesses arranjos. Os discursos artísticos do cinema e literatura exemplificam isso, por reforçarem estereótipos ligados ao gênero, quando diferenciam homem e mulher em relação a aspectos físicos e comportamentais, perpetuando as opressões e o domínio masculino do homem sobre a mulher.

Tendo em vista essas reflexões de Beauvoir, Butler e De Lauretis feitas há algumas décadas, sobre a condição da submissão feminina, retornamos às eleições de 2010, um passado recente, em que Dilma Rousseff foi eleita como a primeira mulher líder máxima do Poder Executivo, 83 anos depois de Celina Guimarães ter sido a primeira mulher a exercer seu direito de voto no Brasil.

Mariucci (2012), em sua dissertação desenvolvida na Universidade Estadual de Maringá, traz os seguintes dados:

As eleições de 2010 também foram consideradas as eleições mais femininas da história brasileira. Se em 1988 eram 37 milhões de mulheres eleitoras, conforme o TSE — Tribunal Superior Eleitoral, em 2010, dos 135.804.433 eleitores brasileiros, cerca de 51,82% (mais de 70 milhões) foram mulheres e 48,07% homens. Dados do TSE apontam um eleitorado majoritariamente feminino desde o ano de 2000. Outra questão é que na última eleição houve o recorde de 3.968 mulheres candidatas, representando 20,38% do universo de candidatos em cargos para Deputados Estaduais, Governadores, Deputados Federais, Senadores e Presidente da República. Em um universo de 1655 eleitos, 11,66% mulheres foram eleitas, perfazendo o número de cento e noventa e três mulheres. Em relação aos homens, 88,33% foram eleitos, perfazendo o número de um mil quatrocentos e sessenta e dois homens (MARIUCCI, 2012, p. 14).

Atualizando os dados para a segunda década dos anos 2000, o que a pesquisadora mostra acima ainda se mostra realidade. O eleitorado feminino segue crescendo. De acordo com dados divulgados pelo TSE, em setembro de 2020, as mulheres representam 52,6% do eleitorado brasileiro. Outra informação relevante é que as mulheres são maioria entre os eleitores mais instruídos com nível superior completo, representando 60,9%<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> VIEIRA, Sergio. Maioria do eleitorado feminino ainda enfrenta desafios na política. **Agência Senado**, Brasília, DF, 26 out. 2020. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/10/maioria-do-eleitorado-feminino-ainda-enfrenta-desafios-na-politica>>. Acesso em: 3 maio 2022.

Retomando o trabalho de Mariucci (2012), através de uma pesquisa de grupo focal feita com oito mulheres, seguidas de entrevistas individuais, para entender suas percepções sobre política e gênero, diante da eleição de 2010 — em que duas mulheres estavam na disputa pela Presidência (Marina e Dilma) — a pesquisadora chegou a algumas conclusões que corroboram para o entendimento de que as questões ligadas à mulher, herdadas do patriarcado<sup>28</sup>, ainda permanecem atuais, mesmo diante de uma eleição com presença feminina tão significativa e, até então, sem precedentes.

O estudo apontou que a maternidade e a preferência pelo espaço privado ainda são compreendidas como fatores decisivos que dificultam o crescimento da participação da mulher nos espaços de liderança, bem como na política. Isto é, as relações familiares e domésticas de muitas formas estendem o patriarcado até os dias de hoje. Os fatores principais, apontados por essas mulheres, que acanham a sua inclusão na carreira política estão ligados à opção feminina por uma família idealizada e pela ocupação com todas as demandas advindas dessa família; à recusa a uma exposição maior em um ambiente corporativista dominado por homens, de um modo geral hostil à presença feminina; à divisão sexual do trabalho doméstico e a políticas salariais desiguais entre homem e mulher.

Outras impressões relatadas pelo grupo focal são as de que:

[...] o voto não deve estar ligado à questão de gênero e nem ao preconceito, mas sim às propostas de trabalho e aos projetos políticos. Essa percepção foi majoritária, ainda que tenha sido defendida a importância de mulher votar em mulher por ser maioria do número de votantes no Brasil e no município. E também por conhecer as suas demandas, podendo assim transformar a dinâmica no mundo da política. Outra percepção presente ponderou que o voto também não precisa ser de gênero, já que as mulheres, na maioria das vezes, comandam os homens como mães e esposas (MARIUCCI, 2012, p. 118-119).

Ou seja, poderíamos concluir que, embora essas mulheres percebam os contrastes entre os gêneros, coexiste a crença de que o aumento da representatividade feminina no cenário político não é prioridade como atitude política de mudança dessa desigualdade. Talvez por sentirem que, de alguma forma, equivocada ou não, têm influência sobre os homens como mães e esposas.

---

<sup>28</sup> Falando de forma objetiva, o termo “patriarcado” é usado por autores como John Locke (1998) para definir um tipo de organização social em que o pai é o chefe de família, sendo ele quem exerce poder sobre os demais membros. Esse poder também pode ser estendido à comunidade.



De acordo com dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) de 2019<sup>29</sup>, 51,8% da população brasileira é composta por mulheres; no entanto, de 70 mil cargos eletivos no país, segundo o Mapa da Política de 2019, temos apenas 12,32% sendo ocupados por mulheres, estatística esta citada pela senadora Leila Barros (PSB-DF), em artigo escrito para o *Correio Braziliense* no dia 8 de março de 2020<sup>30</sup>. Para ela, relatora do Projeto de Lei nº 2.235/2019, do senador goiano Luiz do Carmo (PSC-GO) — que pede que seja ocupado por presença feminina “o mínimo de 30% das cadeiras de deputado federal, estadual ou distrital, e de vereadores, e que, no Senado, nas eleições de 2/3 das vagas, uma cadeira em cada unidade da Federação, seja reservada para mulheres” — a legislação que institui reserva de cargos infelizmente não é uma inovação, apesar de positiva, mas, sim, uma correção histórica, caso seja aprovada.

Além disso, nossa presença parlamentar feminina é extremamente baixa se comparada com o que ocorre em boa parte dos países da América Latina. De acordo com dados monitorados pela Inter-Parliamentary Union (IPU), divulgados em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — a Bolívia ocupa a 2ª posição, e o México, a 6ª, na liderança de representatividade feminina. O Brasil está na 152ª posição, o pior resultado entre os países da América do Sul.

O que a legislação estabelece hoje, por meio do Artigo 10, Parágrafo 3º da Lei nº 9.504/1997<sup>31</sup> é que haja cotas de 30% entre os candidatos de cada partido. Trata-se, ainda assim, de uma correção na determinação legal, implementada em 2020 por meio da Emenda Constitucional (EC) nº 97/2017. A mudança retifica que cada partido, independentemente da coligação, deverá, de forma individual, respeitar o número mínimo de 30% de mulheres filiadas na concorrência do pleito.

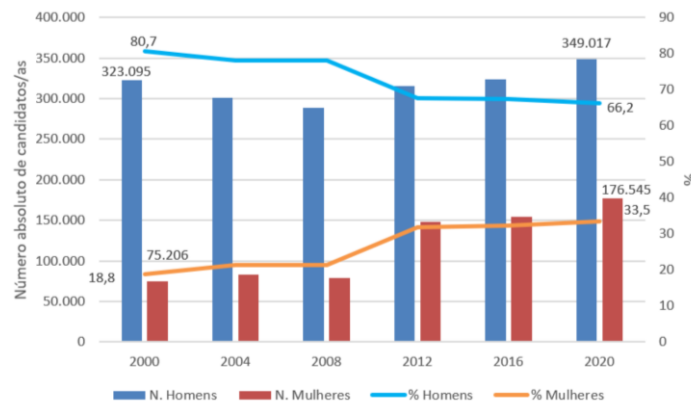
O Gráfico 1 compara candidaturas masculinas e femininas no país, mostra o crescimento significativo no número de mulheres em eleições desde o ano 2000, estimulado ainda pela nova

<sup>29</sup> QUANTIDADE DE HOMENS E MULHERES. **IBGE Educa**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <[<sup>30</sup> BARROS, Leila. Por mais mulheres na política. \*\*Correio Braziliense\*\*, Brasília, DF, 8 mar. 2020. Disponível em: <\[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2020/03/08/internas\\\_opiniao,832829/artigo-por-mais-mulheres-na-politica.shtml\]\(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2020/03/08/internas\_opiniao,832829/artigo-por-mais-mulheres-na-politica.shtml\)>. Acesso em: 1 abr. 2021.](https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html#:~:text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20Cont%C3%ADnu,51%2C8%25%20de%20mulheres.&text=Totalizaram%2C%20em%202019%2C%2017%2C,feminina%20da%20mesma%20faixa%20et%C3%A1ria.>. Acesso em: 1 abr. 2021.</a></p>
</div>
<div data-bbox=)

<sup>31</sup> BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1 out. 1997, p. 21801. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm)> Acesso em: 19 maio 2022.

lei: é possível observar que o aumento relevante ocorreu apenas a partir do ano de 2012, batendo em 2020 o percentual de 33,5%.

Gráfico 1 — Candidaturas masculinas e femininas no Brasil: 2000 a 2020<sup>32</sup>



Fonte: Reprodução do Tribuna Superior Eleitoral e Folha de São Paulo no EcoDebate (2020).

Para compreender por que o acesso das mulheres aos cargos no Congresso Nacional ainda é precário, a pesquisadora Kelly Verdade (2013) fez uma análise do sistema eleitoral no Brasil seguindo uma perspectiva de gênero, em que avalia os mecanismos-chave desse processo. Seu trabalho aponta que essas pequenas mudanças já surtiram impacto positivo, mesmo que pequeno; portanto, a pesquisa destaca que ações afirmativas são o caminho mais fácil na busca de se alcançar a igualdade de gênero, mas, ainda assim, é necessário olhar para o fundamento de uma política como essa: “se este for universalista ou conservador, a manobra da ação afirmativa não terá impacto na transformação do campo político” (VERDADE, 2013, p. 146). Ou seja, é necessário pensar nas realidades das diferentes mulheres brasileiras, e avançar para ações que atinjam grupos específicos, como as mulheres negras.

Em outra pesquisa de mestrado sobre gênero, poder e política, produzida na Universidade Estadual do Norte Fluminense, Sana Domingues (2010) conclui em suas análises que a alteração desse quadro de domínio do homem em toda sociedade passa pelas conquistas no campo político, e a necessidade de repensar a inserção da mulher nessa área é urgente; afinal, não só temos uma maioria de mulheres no eleitorado, como também nas universidades. O próprio ambiente político, por ser resistente à presença da mulher, serve como barreira, fazendo com que ela perca o interesse ativo na política: pois nele é avaliada sob a perspectiva do sexo,

<sup>32</sup> ALVES, José Eustáquio Diniz. Mulheres são mais de 30% das candidaturas das eleições 2020. **EcoDebate**, 11 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2020/11/11/mulheres-sao-mais-de-30-das-candidaturas-das-eleicoes-2020/>>. Acesso em: 4 maio 2022.

e não pela sua competência. Por isso, segundo a autora, é preciso repensar nosso sistema de cotas. Nesse sentido, Domingues ainda diz acreditar na importância dessas ações afirmativas, mas faz uma observação relevante sobre a maneira com que elas foram aprovadas no Brasil. No processo, diferindo de outros países, não houve resistência, isto é, se fosse algo pensado para causar de fato mudança social nas relações de poder não teria sido aprovado tão facilmente. Por isso, mais do que a presença das mulheres no campo político, é preciso mudar também a agenda de debates:

Por outro lado, é preciso lembrar também que não basta a presença física de mulheres nos cargos públicos, embora em termos simbólicos isso possa ser um avanço, mas necessita-se de uma agenda feminista, abraçada por mulheres e homens. As candidaturas femininas, em geral, ainda são fruto de relações de parentesco, sem viés ideológico sólido (DOMINGUES, 2010, p. 97).

Saete Silva (2018) também toca em outros temas importantes, como, mesmo diante de uma crescente participação das mulheres mais jovens na política, elas ainda são pouco cogitadas para cargos majoritários. A autora é contundente em suas considerações ao colocar que nenhum movimento social usou sua voz para afirmar que eleição sem mulher é fraude. Segundo ela, as mulheres precisam de maior representação, e por isso a lei deve ser aperfeiçoada para garantir igualdade efetiva nos espaços sociais e institucionais, já que boa parte das candidaturas femininas no ano de 2018 aconteceram provavelmente pelo estímulo de recursos financeiros, em que a Justiça garantiu 30% do Fundo Eleitoral<sup>33</sup> (algo em torno de R\$ 500 milhões) para essas postulantes, e não exatamente pelo reconhecimento da importância da mulher na política.

Esses recursos estariam sendo usados para eleger mais homens; afinal, as mulheres ficam muitas vezes em posição secundária em suas chapas, e, curiosamente, no ano em que o Poder Judiciário aumentou o percentual de recursos financeiros às campanhas femininas, tivemos um número considerável de mulheres como vices das chapas majoritárias. Silva conclui dizendo que as cotas não são suficientes, principalmente porque não se aplicam ao Executivo e ao Senado. Para ela, faz-se necessário um debate aberto sobre a democracia de gênero dentro dos partidos: “Tudo isso deveria ser objeto de uma reforma política a ser concretizada com lentes de gênero e raça, mas, até lá, é preciso muita organização, muita resistência e bastante ruído” (SILVA, 2018, p. 117).

---

<sup>33</sup> FUNDO ELEITORAL E TEMPO DE RÁDIO E TV devem reservar o mínimo de 30% para candidaturas femininas, afirma TSE. **Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**, Brasília, DF, 23 maio 2018. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Maio/fundo-eleitoral-e-tempo-de-radio-e-tv-devem-reservar-o-minimo-de-30-para-candidaturas-femininas-afirma-tse>>. Acesso em 20 maio 2022.

Como já visto, Getúlio Vargas assinou em 1932 o direito ao voto a todas as mulheres, e mesmo assim, quase nove décadas depois, elas ainda lutam e enfrentam hostilidade para fazer parte da política nesse país. Entretanto, o que gostaríamos de discutir é de que forma essa sub-representação e opressão de gênero atinge mais profundamente a mulher negra. É sobre isso que discorreremos a seguir.

## **1.2 Gênero e raça: apagamento e exclusão**

Se para a mulher branca, apesar das conquistas ao longo da história, sua figura feminina continua sendo representada com traços de submissão, que alimentam o machismo e preconceito (FERNANDES, 2019, p. 25), podemos entender que a mulher negra, que é ainda mais inferiorizada socialmente por estereótipos bastante arraigados, está em condição pior (CARNEIRO, 2003).

Com a Constituição de 1988 a mulher no Brasil deixa de ser tratada legalmente como cidadã de segunda categoria, mas Ataíde (2019) ressalta que isso não atingiu todas as mulheres da mesma forma:

[...] ser mulher negra e pobre significava não ter os direitos mínimos de cidadania assegurados juridicamente. As mulheres negras são, em comparação às brancas, alvos de maior violência: agressões físicas, estupros e perseguição policial. Além de serem agredidas fisicamente, elas são agredidas pela violência ideológica que se manifesta na negação de sua identidade” (ATAÍDE, 2019, p. 53).

Para entender esse cenário, precisamos remontar ao período colonial e ao regime escravocrata. No Brasil, de acordo com Machado (2018), a história da escravidão é contada por especialistas, de um modo geral, como se essas pessoas fossem isentas de gênero e pertencessem a um único grupo, como se não houvesse diferença entre homens e mulheres escravizados. Essas peculiaridades de gênero são frequentemente negligenciadas por pesquisadores. Mas, na verdade, esses homens e mulheres vivenciaram a opressão de modos diversos, pois tinham diferentes lugares nesse sistema. No trabalho escravo, por exemplo, apenas a mineração, ou atividades especializadas, como marceneiros, ferreiros, entre outros, eram locais de exclusividade masculina. Outros trabalhos gerais, incluindo a plantação, podiam ser realizados por mulheres e homens, mas a elas ainda lhes cabiam outras jornadas laborais e de submissão:

Para as mulheres, ser esposa e ser mãe podia implicar desafios consideráveis, além dos riscos inerentes à gravidez, maternidade, lactação e criação de filhos/as sob o jugo da escravidão. Casamento e reprodução pressupunham cumprir uma dupla jornada de

trabalho e submeter-se a uma dupla sujeição – ao senhor e ao marido. [...] Porém, é preciso notar que a importância do homem casado ou marido foi drasticamente diminuída na escravidão, quando o senhor exercia o papel definidor da vida de ambos, homens e mulheres, no cativeiro (MACHADO, 2018, p. 334-335).

Machado (2018) ainda diz que, naquela época, era disseminada informalmente a ideia de um contraste natural entre a europeia e a africana: a mulher branca sendo delicada e frágil, em oposição à mulher preta, bruta, vigorosa, insensível à dor. Com esse pensamento, o europeu legitimava a submissão dessas mulheres. Seus ventres eram explorados para gerarem mais gente escravizada: “[...] quando trabalhadoras, aumentavam o capital social de seu senhor/empregador e, quando reprodutoras, enriqueciam o cabedal de outro homem. Finalmente, caso fosse solteira e reprodutora, os prejuízos recaíam sobre ela mesma” (MACHADO, 2018, p. 337). Ou seja, a mulher escravizada era produtora de riqueza duplamente, ora no trabalho, ora na reprodução, dependendo do interesse de seu senhor, e era em seu corpo que sofriam essas duas violentas opressões.

Há relatos de mães realizando seus trabalhos pesados na véspera de parto, e tendo seus filhos nas roças enquanto carregavam pesos descomunais. Outros registros falam de mulheres que amamentavam seus filhos durante esses mesmos trabalhos pesados, colocando seus bebês amarrados ao corpo, enquanto outras preferiam enterrar seus pequenos na terra, deixando apenas suas cabeças de fora para evitar que acidentes ocorressem. Algumas deixavam seus filhos com outras escravas mais velhas, e, por isso, esses bebês eram alimentados por papas inadequadas e muitos acabavam, assim, desfalecendo.

Sobre o estupro e violências sexuais sofridas pelas negras, ressalta-se que estes não eram considerados crimes. Isto é, as histórias tantas vezes romantizadas de amor entre patrões e escravas que encontramos na literatura e nas novelas pouco têm a ver com a realidade. O que ocorria era pura prática de exploração e violência, sendo muitas vezes o estupro individual ou coletivo uma forma de punição para essas mulheres (MACHADO, 2018).

Isto é, enquanto os movimentos feministas lutavam pela inclusão da mulher nos espaços públicos, políticos e no mercado de trabalho, nos séculos XIX e XX, a mulher negra no Brasil em nenhum momento “não trabalhou”. Ela nunca esteve somente em casa para querer “sair de casa”, como reivindicavam as feministas. Desde que pisou em terras brasileiras, já era elemento da força de trabalho no país, tanto quanto o homem, na condição de escravizada ou até mesmo como liberta, quando passou a ocupar os trabalhos de maior subalternação e baixa remuneração — realidade essa que se estende até os dias de hoje. Portanto, desde o início, as lutas nunca foram as mesmas. Os pontos de partida nunca foram os mesmos.

Por isso, mulheres negras não reconhecem esse mito de fragilidade, porque nunca receberam ou foram tratadas como frágeis:

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estão falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência” (CARNEIRO, 2003).

Como vimos acima, foi no momento de grande restrição à liberdade que os movimentos feministas no Brasil, organizados nos anos 70, ganharam força e tiveram muita importância nas mobilizações feitas em favor da democracia. Durante os anos de ditadura, esses movimentos sempre estiveram na oposição à repressão (SCHUMAHER; CEVA, 2015). Mas, como Lélia Gonzalez (2020) bem destaca, nesses grupos, que, em sua maioria, eram de mulheres brancas e de classe média, as questões raciais eram esquecidas, o que demonstra ligação profunda com as raízes históricas e culturais da mulher negra no Brasil.

Gonzalez comenta que era comum as mulheres negras nos congressos e encontros feministas serem tidas como “agressivas” e até “não feministas”, por insistirem que o racismo e suas práticas deveriam ser levados em conta na agenda feminista: “Quando, por exemplo, denunciávamos a opressão e exploração das empregadas domésticas por suas patroas, causávamos grande mal-estar: afinal, dizíamos, a exploração do trabalho doméstico assalariado permitiu a ‘liberação’ de muitas mulheres para se engajarem na ‘luta da mulher’” (GONZALEZ, 2020, p. 105).

Além disso, havia uma dificuldade grande, por parte das negras, em pertencer aos movimentos negros, pois, naqueles, os parceiros reproduziam o modelo sexista patriarcal. Justamente por isso que elas recorriam aos movimentos feministas, buscando acolhimento, mas o que encontravam eram as práticas de exclusão do racismo. Sueli Carneiro (2019), em seu livro “Escritos de uma vida”, fala dessa condição de asfixia social que a mulher negra experimenta, como resultado da dupla opressão sofrida por ela, de gênero e raça, sendo um tipo perverso de confinamento. Freitas (2019, p. 26) lembra da máxima: “o sujeito político mulher apenas faz sentido, de fato, se for compreendido em sua pluralidade interseccional de gênero, raça e classe”.

Lélia Gonzalez relata que, na década de 70, algumas mudanças começaram a ocorrer com a aproximação de algumas mulheres brancas do movimento feminista, que buscaram

ajudar e aprender a respeito de suas demandas, e essa fraternidade se expandiu para a década de 1980, com notáveis mudanças comportamentais e ideológicas (GONZALEZ, 2020, p. 149). Esse processo resultou num novo olhar no feminismo, mais inclusivo e aberto. Em sua publicação “Por um feminismo afro-latino-americano” (1988), Lélia define algo significativo:

Cabe aqui um fato importante de nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região — e também para as ameríndias —, a consciência da opressão ocorre antes de tudo por causa da raça. A exploração de classe e a discriminação racial constituem as referências básicas da luta comum de homens e mulheres pertencentes a um grupo étnico subordinado (GONZALEZ, 2020, p. 147).

Gonzalez, nessa mesma publicação, ainda relata dois episódios que renovaram sua confiança no feminismo. No primeiro deles, em 1987, no II Encuentro del Taller de Mujeres de las Américas, na Cidade do Panamá, capital panamenha, houve um importante reconhecimento da presença de racismo no movimento feminista. O segundo episódio foi no mês seguinte, em La Paz, Bolívia, no Encuentro Regional de Dawn/Mudar, que contava com as principais figuras do feminismo latino-americano, teórico e prático. Lá, a única participante amefricana pôde debater sobre as contradições existentes no movimento: “Foi realmente uma experiência extraordinária para mim, diante dos testemunhos francos e honestos das latinas ali presentes, diante da questão racial. Saí de lá revigorada, confiante de que uma nova era estava se abrindo para todas nós, mulheres da região” (GONZALEZ, 2020, p. 150).

Segundo Ribeiro (1995 *apud* FREITAS, 2019), o ano de 1988 (Centenário da Abolição da Escravatura) foi significativo. O momento se tornou propício para que o movimento das mulheres negras se organizasse e se fortalecesse. Em seu estudo, que aborda a organização do movimento no período de 1970-1990, Freitas (2019) considera que atualmente o caminho das blogueiras e *youtubers* negras se encontra com o das ativistas de 1970 na tentativa de encontrar novas alternativas que ampliem a luta pela conquista de igualdade. Para ela, as novas tecnologias permitem que o ativismo dessas mulheres se expanda a cada dia, despertando o debate a partir de autoras negras como Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro, Angela Davis e Bell Hooks.

E há muito o que fazer para transformar esse cenário de exclusão e desigualdade. Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2015) sobre a distribuição de renda, entre os 10% mais pobres da população brasileira, 64,6% são mulheres negras. As negras são também as que têm menor acesso à educação e que ocupam as posições mais desqualificadas no mercado de trabalho. Mais da metade das mulheres negras com mais de 40 anos, nas regiões do Norte e Nordeste do país, nunca fizeram exames preventivos

relacionados ao câncer de mama. Esses são alguns poucos dados, exemplificados em números, que nos ajudam a compreender como a população negra feminina é desfavorecida, sendo consequência, como vimos, de um histórico de opressão e violência desde a escravidão.

Por fim, há uma questão importante, que mereceria ainda mais destaque: o histórico de exploração também vivido pela mulher indígena, chamada por Lélia Gonzalez (2020) de ameríndia. Como ela pontuou, a mulher negra e a indígena sofrem do mesmo mal por conta de sua raça, partilhando um histórico de violência e exploração neste continente. “Uma história marcada pela violência, opressão e mesmo extermínio de indivíduos e de outros modos de vida, mas também pela resistência política e pelas lutas sociais” (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020, p. 83).

Os autores supracitados seguem dizendo que o uso da violência excessiva é uma característica marcante do nosso país, que nos acompanha desde nossa colonização. Esse comportamento, anterior à escravidão, existia, entre outros motivos, para combater a cultura e as práticas dos povos originários em nome da civilidade e dos costumes morais e religiosos vigentes na época. Dessa forma, o contato do homem branco europeu com as mulheres indígenas foi marcado por estupros e agressões, diferentemente da romantização encontrada muitas vezes na literatura e cinema.

Em suma, à semelhança das mulheres negras escravizadas, as indígenas também tiveram seus corpos marcados pela violência sexual e exploração. E a barbárie iniciada no Brasil Colônia ainda se faz presente e atua de forma confortável em 2022: em abril, foi denunciado o estupro até a morte de uma menina Yanomami de 12 anos<sup>34</sup>.

Entre os povos indígenas, as mulheres e as meninas sofrem com violência física e sexual, casamento precoce e trabalho sexual, possuem acesso limitado à justiça, taxas elevadas de gravidez na adolescência, têm oportunidades limitadas de emprego e educação e falta de conhecimento sobre os direitos humanos (PROGRAMA CONJUNTO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE HIV/AIDS, 2017, p. 7).

Sobre a luta da mulher indígena, pode-se dizer que elas têm pautas bastante específicas, pois seus direitos não podem se desvincular da agenda de seus povos: “E, nesse sentido, reside a contradição de sua posição, pois sua presença no mundo político enquanto mulher pode ser diversa da que tinha no âmbito da comunidade” (SACCHI; GRAMKOW, 2012, p. 20).

---

<sup>34</sup> RAMALHO, Yara; FERNANDES, Vanessa; OLIVEIRA, Valéria. Menina ianomâmi de 12 anos morre após ser estuprada por graimpeiros, afirma liderança. **G1 Roraima**, Boa Vista, 26 abr. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/04/26/menina-ianomami-de-12-anos-morre-apos-ser-estuprada-por-garimpeiros-afirma-lideranca.ghtml>>. Acesso em 20 maio 2022.



No Brasil, a década de 80 foi importante para essas mulheres, pois foi quando surgiram as primeiras organizações exclusivas para elas: Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e a Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Taracuí, Rio Uaupés e Tiguí (AMITRUT) (DUTRA; MAYORGA, 2019). Outras apareceram na década seguinte, culminando em 2010 na criação da União de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB)<sup>35</sup>: “Com a institucionalização das demandas das mulheres indígenas, lideranças indígenas femininas passaram a frequentar, cada vez mais, reuniões nacionais e internacionais, o que propiciou a consolidação e a articulação de suas organizações (DUTRA; MAYORGA, 2019, s/p.)”. Entretanto, mesmo com o firmamento de seus movimentos, Sacchi e Gramkow ressaltam que as feministas não compreendem que as indígenas administram questões de solidariedade étnica a seus povos com seus direitos como mulheres. Portanto, as autoras supracitadas afirmam que a construção da identidade dessa mulher se dá em um contexto local e global; entre a comunidade e o mundo político nacional e internacional:

Na contramão do discurso feminista pela igualdade universal de gênero, as mulheres indígenas propõem a valorização de tradições culturais diversas. O que não significa que repudiem os valores ocidentais, pois elas se inserem no universo indígena quando utilizam recursos e estratégias próprios a este sistema de valores e buscam maior informação e capacitação em diversas áreas para poderem dialogar em outras esferas, lutar pelo reconhecimento e conquistar suas demandas. Assim, não buscam nem uma dissolução da “tradição” cultural de seus povos nem uma rejeição aos valores “modernos” (SACCHI; GRAMKOW, 2012, p. 20).

Deste modo, entendemos que, embora as demandas e reivindicações de mulheres negras e indígenas no Brasil se deem de modos distintos, o histórico de exploração e violência sofrido por ambas, bem como a necessidade de lidar com elementos de gênero e raça, possuem pontos de convergência.

### 1.3 Gênero, raça e política: estado da arte

Levando em consideração o cenário exposto acima, ou seja, a falta de representatividade e a dificuldade de ingresso da mulher no cenário político, e tendo em vista o apagamento que a mulher negra sofre até mesmo dentro de seu gênero e dos movimentos feministas, fizemos uma apuração entre os estudos realizados na última década sobre a presença da mulher negra na política partidária nacional, selecionando aqueles que mais traziam contribuições ao nosso

<sup>35</sup> UNIÃO DAS MULHERES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA — UMAB. **Fundo Brasil**, 2022. Disponível em: <<https://www.fundobrasil.org.br/projeto/uniao-das-mulheres-indigenas-da-amazonia-brasileira-umiab-amazonas/>>. Acesso em 20 maio 2022.

estudo. A intenção foi a de amadurecer o entendimento sobre questões de gênero e raça, além de esse trabalho ser um importante instrumento no debate sobre a representatividade política dessas mulheres.

O trabalho de Kelly Verdade (2013), já citado, analisa o sistema eleitoral no Brasil a partir das questões de gênero. Sua pesquisa de mestrado, desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ainda que não esteja voltada de forma específica à mulher negra, acaba mostrando o racismo e sexismo institucional como um dos fatores culturais que contribuem para a sub-representação dessas mulheres quando constata que apenas 20,6% das candidaturas femininas pertenceram a esse grupo<sup>36</sup>.

Para ela, nosso sistema eleitoral propicia que homens brancos assumam o poder, de forma geral, o que não reflete a diversidade do povo brasileiro, e, sim, uma visão que reproduz machismo, racismo e desigualdades sociais. Assim, ela diz que o poder no Brasil precisa mudar não só de mãos, mas também de cor:

No entanto, a sociedade brasileira tem outros contornos: é mulher, é multirracial, é pobre, tem legitimamente, múltiplos interesses os quais em sua maioria jamais estiveram representados na Câmara dos Deputados, e parece clamar por mudanças. Mais de um milhão de pessoas ocuparam as ruas do Brasil gritando: —Meu partido é o Brasil!!! Não me representa!! Nenhum partido me representa!! Desculpe o transtorno, mas estamos mudando o Brasil!! Muda Brasil!!! (VERDADE, 2013, p. 144).

Shirlei Silva (2015) analisou a representatividade parlamentar da mulher negra nas eleições de 2014 e quais são os componentes que influenciam a sub-representação dessas mulheres na disputa do poder. Para isso, a autora utilizou diferentes estratégias: acompanhamento de dados estatísticos e de cotas de gênero, diários de campo e entrevista com candidatas e deputadas negras nos âmbitos estadual e federal. O enfoque dado às entrevistas contemplava suas trajetórias de vida, além de suas carreiras políticas. O trabalho destaca que o racismo ainda é uma realidade nas disputas eleitorais, e a sub-representação é um fruto desse cenário; portanto, a mulher negra é a menos representada, em comparação com homens brancos, homens negros e mulheres brancas:

---

<sup>36</sup> “Em 2010, a Secretaria de Políticas da Igualdade Racial fez uma pesquisa sobre a participação política das mulheres negras. Foram analisadas informações sobre candidatas e eleitas, e, como não dispomos ainda de quesito raça/cor nos bancos de dados públicos, as pesquisadoras se basearam em fotografias (quando havia), para fazer uma heteroclassificação, de negra/não negra, de acordo com seus próprios entendimentos” (VERDADE, 2013, p. 115).

Essa sub-representação é reflexo de um sistema racista mais amplo que sustenta a subalternidade de representação nas esferas de poder, e também nas casas, nos bairros, nas cidades e no cotidiano das vidas dessas mulheres. Somente a partir da pressão de movimentos feministas e negros, com uma aposta no feminismo negro, conseguiremos melhorar as políticas que possibilitem o ingresso de mulheres negras na política para pautar suas demandas (SILVA, 2015, p. 304).

Assim, a autora conclui que a mulher negra precisa de incentivo do Estado e da família para se politizar e passar a ter, então, lugar na luta pelo fim do sexismo e do racismo enfrentado por ela. Ou seja, há a necessidade de Reforma Política para assegurar oportunidades iguais nas futuras disputas eleitorais (SILVA, 2015).

A representatividade da mulher negra no Poder Legislativo dos Estados de São Paulo e Bahia foi analisada por Milena Lima (2015) em seu mestrado, desenvolvido na Universidade de São Paulo. A pesquisadora também quis constatar se os mandatos dessas deputadas influenciam em “mais políticas transversais que buscam a promoção da igualdade racial e de gênero e de combate ao racismo e ao sexismo” (LIMA, 2015, p. 7). Foi feito um levantamento quantitativo da presença das negras nas Assembleias Legislativas paulista e baiana. O levantamento de dados qualitativos das candidatas analisou sua relação com a agenda de necessidade da população negra feminina. As análises são todas comparativas entre mulheres negras e brancas.

Lima conclui que existe relação de representatividade ligada à implementação de mais políticas transversais; ou seja, a presença e atuação dessas agentes políticas representa aumento das ações que promovem a inclusão das mulheres. Porém, algo importante demonstrado por ela é que a pauta de gênero é prioridade da maioria das deputadas negras, e não a pauta racial. E isso dificulta a validação do feminismo negro, e a conscientização da opressão que as mulheres negras enfrentam em nossa sociedade. Assim, seria a inclusão dessa mulher suficiente para um aperfeiçoamento político-democrático?

As mulheres negras seguem sendo as principais beneficiárias das Políticas de Transferência de Renda são o perfil mais recorrente no emprego doméstico e possuem a renda média mais baixa entre os grupos de sexo e raça. A alteração desta realidade de exclusão e subalternização está diretamente relacionada com a maneira como o Estado e sociedade passaram a dialogar com o seu racismo, machismo e histórico abandono de grupos específicos (LIMA, 2015, p. 101).

Segundo a autora, há uma carência de uma política tridimensional solidificada, com redistribuição de recursos e maior reconhecimento e representação, que possa fazer com que as mulheres negras ocupem espaços de decisão. Nesse sentido, o estudo diz que, dos 27 Estados brasileiros, 14 deles não têm nenhuma negra como deputada estadual. Isto é, políticas separadas

de gênero e de raça não são suficientes para quebrar o ciclo exploratório das negras no Brasil (LIMA, 2015).

Outra pesquisa, sobre questões de gênero e raça/etnia no Congresso Nacional, por meio do debate sobre a trajetória de três deputadas federais negras e evangélicas, foi feita por Maria de Lourdes Oliveira (2018), na Universidade Metodista de São Paulo. Ela recolhe depoimentos das deputadas Benedita da Silva, Tia Eron e Rosângela Gomes sobre suas vidas, analisando-os em perspectiva interseccional de gênero, raça, classe, religião e política. A autora ressalta a importância da interseccionalidade como ferramenta potente de reflexão e ação, além de ser essencial para compreensão da vivência dessas três mulheres:

Em medidas bastante distintas entre si, a religião influencia na inserção de cada uma delas na vida política. Todas elas trouxeram em seus depoimentos as dificuldades que sofreram enquanto mulheres e negras para assumir protagonismos na vida pública. Ao mesmo tempo, a religião sempre esteve presente, constituindo um caminho interessante de participação na vida social, (...) Foi igualmente importante observar diferenças nessas participações. A relação entre política e religião em Benedita da Silva é anterior ao seu ingresso no segmento evangélico (OLIVEIRA, 2018, p. 78).

Em suas considerações, Oliveira destaca que, diferentemente de Benedita, Tia Eron e Rosângela fazem parte de grupos cristãos mais conservadores. A pesquisa destaca que as ideias dessas correntes oferecem menos suporte para as políticas que buscam garantir os direitos das mulheres, sobretudo em relação ao aborto. Isso ocorre especialmente por conta da investida, por parte de evangélicos e católicos, contra políticas e projetos que lutam pelos direitos sexuais reprodutivos.

Mais uma pesquisa sobre representação da mulher negra na política, desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, é a da pesquisadora Rayane Gomes (2019), em que ela olha para as dificuldades de implementação dos direitos políticos das negras brasileiras, garantidos pela Constituição de 1988, e tenta entender de que modo esses obstáculos se relacionam com a baixíssima representatividade dessas mulheres no Congresso Nacional. Entre as constatações desse estudo, uma aponta para um *apartheid* representativo, que provoca as desigualdades e favorece as maiorias: “Partindo da experiência da África do Sul, defendemos que há, em nosso país, um Apartheid representativo, que provoca e mantém as relações entre brancos e não brancos assimétricas” (GOMES, 2019, p. 96). Ou seja, nos deparamos com um ciclo vicioso, em que a baixa representatividade gera exclusão, e a exclusão gera baixa representatividade.

Há, porém, casos emblemáticos em que a atuação parlamentar de deputadas e senadoras negras vem contribuindo para a elaboração de políticas voltadas ao grupo do qual fazem parte. Portanto, há a necessidade de que mais negras participem da política:

Percebemos, ao longo da pesquisa que as mulheres negras continuam a mover estruturas, por mais que elas caíam sobre seus ombros com um peso incomensurável só compatível com a resistência que essas sujeitas possuem ao se colocarem para disputar uma democracia branca e masculina. Essa existência, certamente, inspirará os trabalhos que se debruçarem sobre a temática, lançando novos olhares e fazendo o diálogo das Ciências jurídicas com o debate racial de mulheres (GOMES, 2019, p. 97).

Raiol *et al.* (2018), apresentam um estudo que faz relação direta com Marina Silva, estudando memes produzidos durante as eleições de 2018, no dia em que a candidata deu entrevista ao Jornal Nacional. Os pesquisadores escolheram os cinco memes que tiveram mais destaque na rede social Twitter. As análises foram feitas à luz dos estudos de gênero, raça e classe e relatam um padrão de discurso na criação dessas imagens: crítica à aparência física de Marina, através de comparações feitas com animais como tartarugas e dinossauros, por exemplo, desumanizando sua figura. Sobre esse fenômeno, os pesquisadores constataam: “Durante a pesquisa, percebeu-se como o sexismo e racismo atuam, predominantemente, em várias nuances ao longo do discurso simples compartilhado nas redes sociais” (RAIOL *et al.*, 2018, p. 1).

Mesmo após décadas de atuação política, Marina segue sendo desvalidada não por seu desempenho político, mas por discursos ligados à aparência física, através de figuras animais:

Não performar a feminilidade em excesso e estar fora dos padrões estéticos se mostraram como principais pontos de ataque e argumentação vaga quanto à capacidade da então candidata. Com isso, conclui-se que as discussões sobre gênero e raça se fazem necessárias para que a comunicação, mesmo a informal feita por internautas sem fins lucrativos, se desconstrua e deixe de basear suas argumentações em características físicas para questionar a capacidade de atuação de candidatas mulheres no cenário político e eleitoral (RAIOL *et al.*, 2018, p. 15).

Ainda que se entenda que o ambiente político é hostil a todas as mulheres, a nocividade, segundo os autores, se intensifica para uma mulher negra, de origem nortista. Há um ajuntamento de preconceitos reunidos: racial, sexista e regional.

Ao analisarmos todas essas pesquisas citadas, algo bastante simbólico ficou evidenciado: nesse *corpus*, há presença quase exclusiva de autorias femininas, aparecendo um pesquisador de nome masculino em apenas um artigo de autoria mista. Isto é, as mulheres têm

assumido o papel de atores principais nessa busca acadêmica. Não pudemos constatar a raça dessas autoras, ainda que, por conta dos “agradecimentos”, algumas tenham deixado claro que são negras, o que é excepcionalmente positivo, já que as mulheres negras são as que mais sofrem com a falta de acesso ao ambiente acadêmico. Além disso, mesmo os estudos com visão mais interseccional dedicam apenas uma pequena parte dos seus trabalhos ao assunto. Desse modo, vemos o racismo e sexismo como algo inseparável, que precisa ser mais aprofundado para melhor compreender a relação entre a mulher negra e a política.

Para Tavares, Massuchin e Sousa (2021), essa falta de compreensão da realidade das lutas feministas negras no Brasil passa pelas fontes eurocêntricas de pelo menos parte dos estudos de gênero em comunicação. Para elas, a partir das referências bibliográficas levantadas em 155 artigos analisados (publicados nos periódicos Qualis A1 e A2, da área da Comunicação e Informação, entre 2000 e 2019), foi possível entender como questões de colonialidade e decolonialidade apareceram nessas produções científicas. Muitas dessas referências são produzidas por pesquisadores com leituras eurocêntricas, com realidades muito diferentes das nossas, latino-americanas. De todo o *corpus* analisado por elas, apenas 11 artigos oferecem discussões interseccionais:

As autoras que se denominam como decoloniais a partir da perspectiva de gênero aparecem de forma insignificante se comparada às demais já citadas e que aparecem de forma sistemática nos trabalhos. As poucas citadas são Sueli Carneiro, com quatro referências, e Lélia Gonzalez, com uma única referência. Nestes dois casos, ambas são brasileiras e se esperaria, ao menos, um diálogo entre elas quando das referências aos estudos interseccionais, seja no eixo de raça ou classe, por exemplo, que cresceram na última década (TAVARES; MASSUCHIN; SOUSA, 2021, p. 50).

Esse levantamento evidencia a colonialidade nos estudos sobre gênero publicados nas revistas qualificadas em Comunicação, mantendo um debate centrado na realidade europeia e norte-americana (TAVARES; MASSUCHIN; SOUSA, 2021).

Um debate aprofundado, que olha para sexismo e gênero como processos interligados, a partir das vivências e dos saberes do sul global, poderá fazer ao menos alguma diferença nessa luta pela igualdade de direitos e pela representatividade pública das mulheres negras, para que elas possam exercer sua plena cidadania, tornando-se agente de atuação política, direta e indiretamente. Isso é de máxima importância para a transformação da realidade e para a reparação das perdas que essas vidas historicamente oprimidas experimentam diariamente. Toda a sociedade e a democracia têm muito a ganhar com a politização desse debate e com o aumento da representação política dessas mulheres, que são, aliás, maioria da população

brasileira. E isso também passa pela mídia, campo sobre o qual voltamos o olhar em nossa pesquisa, como veremos a seguir.

#### 1.4 Gênero, raça e midiaticização da política

Para Hjarvard (2014), a mídia passa a desempenhar o papel de uma instituição (assim como religião, trabalho e família), com crescente independência, e suas lógicas passam também a determinar certos comportamentos das demais entidades. E isso também é válido para o campo político. Temos como exemplo histórico o caso Bill Clinton e Monica Lewinsky, na década de 90. Clinton, então presidente dos EUA, homem casado, teria tido relações sexuais com uma estagiária de 22 anos da Casa Branca. O escândalo foi amplamente divulgado, e essa publicização marcou as ações tomadas na sede do poder norte-americano<sup>37</sup>. “Por ‘midiaticização da política’ entendemos que a instituição política gradualmente se torna dependente das instâncias midiáticas e de sua lógica [...] o conteúdo das notícias políticas passa a ser regido mais pela lógica da mídia do que pela lógica da política” (HJARVARD, 2014, p. 76 e 79).

Para o autor supracitado, essa lógica da mídia pode influenciar, “em maior medida”, a política de vários países, como o ocorrido nos Estados Unidos, ainda que as implicações variem de um lugar para o outro. Portanto, podemos inferir que a mídia é também importante nesse debate sobre gênero e política.

Como vimos anteriormente, mesmo em nossos dias, com tantas mudanças em nossas sociedades ocidentais, ainda prevalecem as representações de gênero na dualidade entre o público e o privado. As desigualdades surgem desse dualismo, já que há ideia de que é muito natural a relação do homem com o meio público, e isso, por sua vez, fortalece sua superioridade também no meio privado. Ou seja, o título da mulher como “rainha do lar” é falacioso, já que a participação do homem no mercado laboral (com maiores salários e destaque) a oprime também no ambiente doméstico. Além disso, mesmo quando atuantes na política, as mulheres permanecem ligadas a estereótipos relacionados à esfera privada. O destaque dado ao seu corpo, através de sua aparência, e à sua vida amorosa e familiar, bem como o estranhamento de sua presença na esfera pública, acabam direcionando a construção de sua imagem no jornalismo, nos seus discursos e em sua atuação política. Isso impacta até mesmo as próprias estratégias de

---

<sup>37</sup> CASO LEWINSKY: há 15 anos, escândalo quase derrubou Clinton. **Terra**, São Paulo, 17 jan. 2013. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/estados-unidos/caso-lewinsky-ha-15-anos-escandalo-quase-derrubou-clinton,019897e31a04c310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 18 maio 2020.

campanha das candidatas, que ora apresentam sua biografia, sua vida, seus filhos, e ora mostram suas qualidades políticas, diferentemente dos candidatos homens (MOTA; BIROLI, 2014).

Essa duplicidade persegue o gênero feminino, em que as pessoas esperam que uma mulher se apresente como e enquanto mulher, ou seja, de modo doce e maternal, mas também ressaltando a vaidade e a beleza. Quando ela demonstra agir com maior firmeza, é julgada como se estivesse mais próxima da representação da masculinidade. Em resumo, se ela se apresenta como mãe, por exemplo, ela será mais relegada a esse papel, e, se assume posturas mais contundentes, perde o status de mulher, sem, no entanto, alcançar o de homem. Ao contrário; muitas vezes, é adjetivada como agressiva ou desequilibrada (BIROLI, 2010): “Da perspectiva que assumimos, é preciso levar em consideração que o recurso aos papéis sociais tradicionalmente reservados às mulheres pode ser, ao mesmo tempo, um obstáculo a uma atuação política mais destacada e uma estratégia de diferenciação e ação política por parte das mulheres” (BIROLI, 2010, p. 297).

E esse dualismo é reforçado em várias produções midiáticas. Na pesquisa feita por Mota e Birolí (2014), as autoras observaram como o Jornal Nacional, líder de audiência no país, trataram e representaram em suas entrevistas os candidatos das eleições de 2010, Dilma Rousseff, Marina Silva e José Serra, e ainda como cada um deles usou a representação de gênero em suas propagandas eleitorais no horário gratuito. As autoras constataram que, apesar das marcas de gênero encontradas no tratamento dos candidatos, não foi detectado preconceito explícito. As diferenças mais presentes são as abordagens relacionadas a personalidade, comportamento, vida privada, corpo e aparência das candidatas, diferentemente do que ocorre com os candidatos.

Na cobertura de Dilma, aparecem: “(...) e aquela escova caprichada depois de horas de salão foi-se à primeira chuva” e a pergunta “A senhora tem coração mole?” (MOTA; BIROLI, 2014, p. 7); já na de Marina: “Marina perdeu dois quilos na campanha”, menciona-se a “maquiagem levíssima, feita com produtos antialérgicos; na boca o batom mais natural do mundo. Raspas de beterraba para colorir os lábios da candidata verde” (MOTA; BIROLI, 2014, p. 7), diferentemente de José Serra: “O cidadão José Serra tem fama de dormir tarde, muito tarde [...]. O homem não para”; “o candidato chega sério, e a caminho do estúdio ajuda uma funcionária a recuperar o sapato perdido”; “Serra só relaxa com a família” (MOTA; BIROLI, 2014, p. 8). Ou seja, sobre as mulheres, mencionam questões ligadas à estética, diferentemente do candidato Serra, que sequer tem sua aparência mencionada, mas sim sua produtividade ligada ao trabalho.



Discorrendo sobre essa situação complexa em que a mulher se encontra em relação aos modos com o gênero aparece na política, e em que por vezes as candidatas se representam (em suas campanhas e outras formas de divulgação), e por vezes são representadas, as pesquisadoras acrescentam:

A afirmação da singularidade pode reproduzir formas de tratá-las e posicioná-las que são resultado das desigualdades de gênero. Mas a neutralidade pode legitimar a ideia: se todos são iguais, mulheres estariam em pé de igualdade na disputa por cargos e posições no mundo da política. Sem reconhecer que os padrões históricos da divisão sexual do trabalho definiram posições sociais distintas que estão associadas a desvantagens e privilégios, corremos o risco de essencializar identidades e naturalizar desigualdades (MOTA; BIROLI, 2014, p. 6).

Para Canto (2019), existe o pressuposto de que um veículo de comunicação tem ou deveria ter responsabilidade e ética com a transparência e crítica na cobertura de ambos os lados, com múltiplas versões e fontes. Por que, então, não buscar o mesmo padrão quando se trata de gênero, como uma reflexão do cotidiano e das práticas de jornalismo, como já existentes no caso, por exemplo, de religiões e orientação sexual? Canto dá o exemplo da mudança na cobertura das causas LGBT: algo que não foi repentino, mas que hoje encontra ampla abertura. Para ela, a presença majoritária das mulheres nas redações pode ajudar nisso. Mas vale repensar se essa reflexão proposta pela pesquisadora é possível, diante de uma realidade em que a grande maioria dos cargos de chefias ainda são ocupados por homens.

Baseado no que vimos até agora, pode-se entender que o espaço predominantemente oferecido pela mídia às mulheres que atuam na política trata de como conciliar a vida pública e a maternidade, ou outros assuntos “femininos” (cabelo, peso, maquiagem etc.), colocando-as diante do dilema: ao lutar por visibilidade midiática, podem acabar reforçando sua atuação estereotipada como mulheres, e não como agentes políticos, por conta do modo como são representadas, ou podem deixar de ocupar espaço na mídia hegemônica, para fugir desses estereótipos. Difícil acertar. “Observam-se, então, mecanismos de reforço entre mídia e campo político, que obstaculizam em primeiro lugar o ingresso das mulheres e, em seguida, seu progresso na carreira política” (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 74).

Miguel e Biroli, nesse mesmo estudo, colocam duas hipóteses de pesquisa sobre mídia e representação política feminina, lembrando que para cada aparição de uma mulher nos noticiários políticos de revistas existem 4 de homens; já nos telejornais, para cada aparição de uma mulher, há 3,5 de homens. A primeira hipótese coloca que a baixa presença de mulheres nesse noticiário tem ligação com as assimetrias existentes no ambiente da política. A segunda hipótese diz que os estereótipos de gênero reforçados nessas narrativas jornalísticas inibem a

ação das mulheres que estão no ambiente político, acabando por acentuar as assimetrias que causam sua exclusão ou sua presença em ambientes de menor destaque.

Nesse sentido, os autores supramencionados afirmam que há divisões internas nos noticiários, e a presença das mulheres se concentra em áreas específicas, ligadas à vida privada ou ao cotidiano, com temas ligados à educação dos filhos, consumo doméstico, família, aparência física e “fococas” relacionadas a romance, por exemplo. Já assuntos ligados à economia e política são territórios masculinos, havendo a presença feminina nesses assuntos como participantes de enquetes ou entrevistadas como donas de casa, por exemplo. Sobre isso, os pesquisadores observam algo bastante curioso:

Assim, a política, tal qual apresentada nos noticiários, é um espaço masculino. É possível argumentar que se trata apenas de um reflexo da organização atual da esfera política, em que as mulheres estão em posição francamente minoritária. No entanto, a afirmação não é estritamente verdadeira: a sub-representação no noticiário jornalístico é mais acentuada do que no campo político; há menos deputadas e senadoras nas revistas e telejornais do que na Câmara e no Senado (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 72).

Segundo Finamore e Carvalho (2006, p. 359), “a mídia tem papel fundamental na disseminação das representações da realidade sócio-econômica e da imagem das mulheres, e dos políticos, influenciando a formação da opinião pública em diferentes circunstâncias, inclusive durante o processo eleitoral”.

Para eles, é preciso pois investigar os diferentes meios de comunicação por onde circulam esses discursos hegemônicos, que cristalizam os estereótipos de gênero, influenciando na percepção social sobre a participação política das mulheres. Lembrando aqui o que já foi dito introdutoriamente nesta pesquisa, em que Rita (2018) destaca o fato de que, quando as mulheres chegam ao poder, ficam bastante limitadas às *soft politics* (políticas sociais, família, meio ambiente, educação), abaixo das *hard politics* (economia, finanças e justiça).

Abordando a questão racial como um todo, Juliana Maia (2012) desenvolve um estudo em que analisa a cobertura da mídia em torno dos ministros negros nos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Nele, Maia analisa a cobertura feita por duas das revistas semanais de maior circulação do país, Veja e Época. Foram examinados 237 textos, entre reportagens, editoriais, artigos, colunas, cartas de leitores, notas e entrevistas, publicadas nos anos entre 2003 e 2010. Sobre o tema, a pesquisa destaca: “A representação de homens e mulheres negros(as) na política e sua relação com a visibilidade midiática tem se mostrado complexa e com poucos estudos que explorem essas áreas em conjunto: mídia, raça/gênero e política” (MAIA, 2012, p. 57).

O recorte de seu estudo se justifica pelo fato de que, neste período, seis pessoas negras assumiram ministérios: 1. Benedita da Silva: 12 meses no cargo como ministra de Assistência Social (1/1/2003 - 1/2/2004); 2. Edson Santos: 2 anos e 1 mês à frente da Seppir (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) (20/2/2008 - 31/3/2010); 3. Gilberto Gil: 5 anos e 6 meses como ministro da Cultura (1/1/2003 - 30/7/2008); 4. Marina Silva: 5 anos e 4 meses no Ministério do Meio Ambiente (1/1/2003 - 13/5/2008); 5. Matilde Ribeiro: 4 anos e 11 meses à frente da Seppir (21/03/2003 - 6/2/2008); 6. Orlando Silva: 4 anos e 9 meses como ministro dos Esportes (3/4/2006 - 31/12/2010).

Em suas considerações finais, Juliana Maia constata que a mídia é cúmplice na formação de estereótipos e estigmas, que encontram suporte em um referencial de opressão, danificando a construção da imagem pública do negro(a). Ela vai dizer que fica evidente que, no sentido de padrões de formação de imagem, o político típico, homem branco, tem suas caracterizações a partir de sua atuação no campo da política. Já no caso de homens e mulheres negras, a caracterização baseia-se na sua origem familiar ou pobre, em um percurso de vida de superação.

Os estereótipos estão sempre ligados a relações de poder. Isso gera a legitimação e reprodução de uma ordem moral que naturaliza práticas e valores que subjuga determinados grupos em detrimento de outros. Além disso, isso hierarquiza os grupos sociais tanto com relação aos outros, como geram hierarquias dentro do próprio grupo. Ao serem retratados na mídia enquanto negros(as), os(as) políticos(as) são diferenciados(as) de outros(as) e dessa maneira isso se reflete nos seus posicionamentos dentro do campo político (MAIA, 2012, p. 89).

A pesquisa ressalta ainda que as mulheres negras são as que mais sofrem injustiças sociais, e que esse fato se repete na cobertura midiática, mesmo em relação aos homens negros. Estereótipos têm sempre ligação com relações de poder, e isso obviamente se repete com o gênero. Assim, quando as ministras são retratadas na mídia, sua posição social vai também se refletir no campo político, pois as negras estão “abaixo dos negros” em nossas estruturas. Maia ainda esclarece que sua pesquisa não se aprofundou nos estudos interseccionais, raça e gênero, e que “uma reflexão como essa pode avançar para uma análise mais detida que ressalta a maneira particular que as mulheres negras são subordinadas” (MAIA, 2012, p. 89).

Por fim, a pesquisa de Salete Silva (2018), já citada neste capítulo, destaca ainda a falta de relevância dada por parte da mídia e dos movimentos negros e feministas ao feito inédito que tivemos nas eleições presidenciais de 2018, em que, pela primeira vez, houve duas mulheres negras concorrendo: Marina Silva (REDE) e Vera Lucia (PSTU). A pesquisadora não vai mais a fundo sobre sua colocação, mas poderíamos ponderar se foi o próprio apagamento ao qual essas mulheres são submetidas por conta da sua cor que fez com que os veículos de

comunicação, juntamente com os próprios movimentos que atuam na defesa dessas mulheres, ignorassem o feito. De fato, uma grande oportunidade de debate foi perdida.

Embora esta pesquisa tenha já em seu início apontado a questão de intersecção de gênero e raça, é preciso destacar que Marina Silva não tem histórico ligado aos movimentos negros, que por sua vez têm sobre ela um olhar de desconfiança. Em setembro de 2014, em uma matéria da BBC intitulada “Única presidenciável negra, Marina sofre resistência entre os afrodescendentes”, o então presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), professor Paulino Cardoso, disse que, apesar de Marina Silva autodeclarar-se negra, em nenhuma hipótese ela representava as lutas do movimento. As principais críticas apontadas na matéria eram: falta de detalhamento sobre as questões ligadas às religiões de matriz africana; registros de terra para as comunidades quilombolas; discordâncias sobre políticas afirmativas como as cotas raciais e a falta de elo com os movimentos negros<sup>38</sup>. No entanto, nas eleições de 2014, Marina era a única candidata que trazia em seu programa de governo um capítulo inteiro dedicado à população negra.

Em 1994, em entrevista ao programa da TV Cultura, Roda Viva<sup>39</sup>, a jornalista Thaís Oyama pediu que Marina Silva relatasse algum episódio de discriminação, por ser mulher negra e de origem pobre. Marina respondeu: “Eu não tenho assim, por incrível que pareça, um fato onde eu possa dizer que houve uma discriminação velada pelo fato de eu ser mulher, de ser negra [...]”. No entanto, foi ao ar em 10 de abril de 2022 uma reportagem produzida pelo programa Fantástico<sup>40</sup>, da TV Globo, que debate a falta de clareza da Constituição Federal com relação à licença-maternidade das mulheres em cargos eletivos, tomando como base o caso recente da prefeita de Palmas, Cinthia Ribeiro, que engravidou durante o mandato, deparando-se com o problema no nascimento de seu filho. Ao Fantástico, Marina Silva lembrou ter passado pelo mesmo problema quando era vereadora em Rio Branco, sendo chamada à Câmara, 16 dias depois de ter dado à luz, para justificar sua ausência e não ter seu mandato cassado:

---

<sup>38</sup> SENRA, Ricardo. Única presidenciável negra, Marina sofre resistência entre afrodescendentes. **BBC Brasil**, São Paulo, 11 set. 2014. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140910\\_salasocial\\_eleicoes2014\\_marina\\_movimentonegro\\_rs](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140910_salasocial_eleicoes2014_marina_movimentonegro_rs)>. Acesso em: 4 maio 2022.

<sup>39</sup> MARINA SILVA SOBRE DISCRIMINAÇÃO e oportunidades para pessoas pobres — 1994. São Paulo: Roda Viva, TV Cultura/Fundação Padre Anchieta, 19 mar. 2021. 1 vídeo (3 min 05 seg). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pPr9zBa2JNI>>. Acesso em: 4 maio 2022.

<sup>40</sup> SEM LICENÇA-MATERNIDADE: Marina Silva lembra constrangimento em Câmara de Vereadores após dar à luz. **Fantástico, TV Globo**, 11 abr. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/04/11/sem-licenca-maternidade-marina-silva-relembra-constrangimento-em-camara-de-vereadores-apos-dar-a-luz.ghtml>>. Acesso em: 4 mai. 2022.

Eu subi à tribuna, estava muito nervosa. Naquele momento, fui tentar me defender, mas, de repente, quando fui falar, o meu leite começou a vazar. E parecia que descia em bicas. Alguns vereadores homens, e eram 16, porque só tínhamos três mulheres, começaram a rir da minha situação. Eu comecei a chorar, não conseguia dizer uma palavra. Eu só chorava. Todo mundo sabe que uma mulher após ganhar o bebê fica muito sensível, e eu me sentia não acolhida, injustiçada, sofrendo uma grande agressão (SILVA, 2022).

Esse episódio relatado por Marina Silva ocorreu em 1990, ou seja, quatro anos antes de ter concedido a entrevista ao programa Roda Viva, em que ela declara não ter sofrido discriminação por ser mulher, negra e de origem pobre. Marina não parecia estar ciente da discriminação sofrida por ela à época. É certo que, na década de 90, o feminismo e o racismo estrutural não eram difundidos como são hoje. Em 2022, Marina reconheceu ter sofrido agressão naquela ocasião, evidenciando o recorte de gênero nessa questão, fica a pergunta: então, se raça e classe tiveram influência nesse episódio, e de que modo isso ocorreu.

Em resumo, ao olharmos para esse histórico de lutas e conquistas femininas em nosso país e para todos os obstáculos e constrangimentos que ainda permanecem, não poderíamos dizer que a mulher negra conquistou o mesmo que a mulher branca. E é como esses preconceitos e exclusões, mas também seus enfrentamentos e suas resistências se incorporam nos discursos sociais, que esta pesquisa visa compreender, a partir dos registros deixados pelo público no Twitter de Marina Silva. Seguimos neste trabalho a partir do que nos diz Lélia Gonzalez, que nos provoca e nos desconserta ao afirmar: “(...) a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra” (GONZALEZ, 2020, p. 43). Essa diferença não poderia ser diferente no território político.

Aqui, com a palavra, a voz da poetisa Carolina Maria de Jesus:

*“Não digam que fui rebotinho,  
que vivi à margem da vida.  
Digam que eu procurava trabalho,  
mas fui sempre preterida.  
Digam ao povo brasileiro  
que meu sonho era ser escritora,  
mas eu não tinha dinheiro  
para pagar uma editora.”*

## **CAPÍTULO 2: REDES SOCIAIS E POLÍTICA: NOVAS VISIBILIDADES, DISPUTAS DE PODER E DISCURSOS DE ÓDIO**

### **2.1 Política, novas tecnologias e agência do público**

O início deste século em que vivemos foi marcado por grandes mudanças geradas por inovações tecnológicas significativas que impactaram os padrões comunicacionais. As interações proporcionadas pela internet, por meio de redes, horizontalizaram as relações e modificaram a cultura, já que o digital passa a ser algo fundamental na realidade do século XXI.

A sociedade, então, passa a se organizar por meio dessas redes, em um ambiente de globalização econômica crescente e com mercado de trabalho cada vez mais instável, em razão do imperativo neoliberal. Essa transformação intensa nas condições materiais da vida, do espaço e do tempo gera também angústia, insegurança e violência (CASTELLS, 1999) — e o campo político também é afetado por esse cenário. Sabemos que essas transformações não são novidade e já estão bem estabelecidas, ainda assim gostaríamos de fazer uma breve síntese sobre esse início, destacando o novo percurso que a tecnologia ofereceu ao sujeito no processo comunicacional, e a interferência disso no processo político.

Castells (1999) relembra como novas mídias, também geradas por revoluções tecnológicas, diversificaram a audiência de massa já nos anos 80. A forma facilitada como os jornais passaram a ser escritos, editados e impressos possibilitou edições simultâneas customizadas de acordo com a região. O *walkman*, outro exemplo, proporcionou a música portátil, com seleção própria. O rádio aprimorou-se com estações temáticas, e a informação trazida por esse veículo passou ainda a ser companhia nos meios de transporte. Com o videocassete, a possibilidade de gravação dos programas de TV mudou o modo de o telespectador consumir o conteúdo televisivo, reforçando a possibilidade de seleção, mais uma vez. Houve uma multiplicação dos canais de TV com grande diversificação de conteúdo. Além disso, o surgimento da fibra ótica e da digitalização, que representam novas formas de difusão das informações, apressaram ainda mais essa mudança.

Em resumo: o surgimento dessas novas mídias determinou segmentação, isto é, uma quebra nessa audiência de massa “uniformizada”. Contudo, mesmo com o entendimento de que o sujeito não era alguém que apenas recebia e absorvia o que era transmitido por meio do emissor, isso ainda não permitia um *feedback* da audiência, uma via de mão dupla, uma interação entre as partes:

[...] o processamento das informações vai muito além da comunicação de mão única. A televisão precisou do computador para se libertar da tela. Mas seu acoplamento, com consequências potenciais importantíssimas para a sociedade em geral, veio após um longo desvio tomado pelos computadores para serem capazes de conversar com a televisão apenas depois de aprender a conversar entre si. Só então, a audiência pôde se manifestar (CASTELLS, 1999, p. 427).

Segundo Thompson (2008), foram as mudanças tecnológicas, como a chegada do computador pessoal, por exemplo, que trouxeram ao mundo uma nova visibilidade mediada, oferecendo outras formas de interação. Como exemplo, o autor nos relembra o marcante episódio, ocorrido em 2004, das fotografias feitas por soldados americanos na prisão de Abu Ghraib, em Bagdá, capital do Iraque. Nas imagens, prisioneiros iraquianos sofriam torturas, posando ao lado de militares felizes e orgulhosos com aquelas cenas cruéis. As fotos inundaram os jornais e os canais de TV do mundo todo, e também a internet, provocando manifestações de revolta na mídia, e, logo em seguida, a retratação do então presidente dos EUA, George W. Bush (2001-2009) — foi a crise mais grave enfrentada por ele, depois da invasão do Iraque pelo Exército americano.

Esse caso demonstra como a circulação mais intensa e acelerada de imagens, proporcionada pela digitalização e pela rede, pode ampliar ainda mais a repercussão de um caso. Ou seja, o tempo e o espaço passam a ser cada vez mais irrelevantes no processo comunicacional, e múltiplos atores passam a fazer parte desse jogo: “Pessoas podem ser vistas por muitos observadores sem que elas próprias sejam capazes de vê-los, enquanto os observadores são capazes de ver à distância sem serem visto por elas” (THOMPSON, 2008, p. 21).

É certo que essas novas possibilidades revolucionaram o modo como o receptor, aquele que consome mídia, passou a ser percebido. Não que antes ele fosse um sujeito passivo, mas, a partir de então, a sua capacidade de ação se torna mais visível, por meio do seus rastros e interferência. Além disso, esses mesmos sujeitos passam a poder divulgar suas próprias produções midiáticas a um público mais amplo, atraindo a atenção de variados campos de pesquisa. Essa nova forma de visibilidade promove profundo impacto no campo social e político, como podemos ver a partir de outro exemplo bem recente, ocorrido em maio de 2020<sup>41</sup> em Minneapolis, EUA.

---

<sup>41</sup> CASO GEORGE FLOYD: morte de homem negro filmado com policial branco com joelhos em seu pescoço causa indignação nos EUA. **G1 Mundo**, São Paulo, 27 maio 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml> >. Acesso em: 12 maio 2021.

Na ocasião, um homem negro, o americano George Floyd, foi filmado sendo brutalmente assassinado sem oferecer resistência. No vídeo, era possível vê-lo e ouvi-lo dizendo que não conseguia respirar. Ainda assim, o policial branco continuava usando o joelho para pressionar o pescoço de Floyd. Um acontecimento comum de abuso policial com pessoas negras, mas que ganha nova dimensão a partir de um vídeo feito pelo celular de uma pessoa que estava no local. A divulgação das imagens durante a pandemia gerou uma comoção também mundial e a hashtag com o nome do movimento nascido em 2013, “*Black lives matter*”<sup>42</sup> (“Vidas negras importam”, em português), ressurgiu e viralizou nas mídias sociais. Em seguida, manifestações se espalharam pelas ruas de muitas cidades americanas, ganhando a qualificação de o maior protesto já feito nos EUA<sup>43</sup>. Empresas privadas, personalidades e celebridades manifestaram seu apoio ao movimento, justamente no ano de eleições. Essa corrente antirracista afetou sobremodo os resultados da disputa entre Trump e Biden<sup>44</sup>. Em um país onde o voto não é obrigatório, muitas pessoas exerceram seu direito pela primeira vez e votaram, o que foi definitivo para que o candidato democrata Joe Biden se elegeisse como presidente em um país extremamente dividido.

Nessa nova conjuntura, em que os eventos passam a ser mais “visíveis” (ou seja, não se trata apenas de falhas de sistemas, com vazamentos de dados, mas, sim, de uma mudança estrutural), conforme Thompson, isso se torna uma arma para o enfrentamento de lutas cotidianas.

Para o desenvolvimento dessa ideia, vamos nos ater à difusão e ao controle da imagem pública de certos agentes políticos. Podemos lembrar, como faz o autor, que antes da mídia impressa, a visibilidade de líderes políticos dependia de sua aparição física, presente, diante das pessoas, e que esses eventos costumavam ser revestidos de pompa e cerimonial, o que ajudava a manter a aura distante entre o líder e os liderados. Lembremos ainda que, em sociedades antigas, líderes políticos, reis e rainhas frequentemente nem eram vistos pelo povo. O

---

<sup>42</sup> Trata-se de uma organização, fundada por três ativistas, como forma de reação à absolvição de um vigia acusado de matar um adolescente negro nos EUA. O nome da entidade acabou batizando o movimento mundial, que luta contra o racismo. Ver mais em: BLACK LIVES MATTER: ENTENDA O MOVIMENTO por trás da hashtag que mobiliza atos. **UOL**, 3 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/03/black-lives-matter-conheca-o-movimento-fundado-por-tres-mulheres.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

<sup>43</sup> PROTESTOS RECENTES DO BLACK LIVES MATTER foram os maiores da História dos EUA, mostra levantamento. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 jul. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/protestos-recentes-do-black-lives-matter-foram-os-maiores-da-historia-dos-eua-mostra-levantamento-24513754>>. Acesso em: 18 maio 2021.

<sup>44</sup> SALLET, Oliver. Como protestos antirracismo impactam as eleições nos EUA. **Deutsche Welle Brasil**, 1 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/como-protestos-antirracismo-impactam-as-eleicoes-nos-eua/a-55452281>>. Acesso em: 12 maio 2021.



crescimento da mídia veio quebrando essa barreira, mas a rede mundial de computadores provocou erosões ainda maiores.

Com a Internet, como dito, houve um aumento significativo do trânsito de conteúdo audiovisual, permitindo que qualquer indivíduo com acesso às redes pudesse criar conteúdo e propagá-lo. Por conta de sua natureza, no espaço digital é muito mais difícil o controle do conteúdo simbólico presente, dificultando ainda mais a um político ter domínio de sua visibilidade — fato que já era constatado com a chegada da imprensa, e que passou a ter ainda mais complexidade com as novas tecnologias. A atmosfera de grandeza e supremacia que envolvia os políticos foi perdida: eles passaram a ser humanizados, tratados como “um de nós”, inaugurando alguns riscos a essa posição pública (THOMPSON, 2018).

Nesse exemplo, citamos um evento de 1969, em que a rede de televisão BBC exibiu um documentário com cenas cotidianas da família real britânica. A ideia dos conselheiros da rainha era tentar humanizar e aproximar Elizabeth II de seus súditos. Naquele momento, a monarquia estava sendo criticada pela sua letargia diante de assuntos importantes e os custos de manutenção da realeza estavam sendo questionados. Porém, os relatos dizem que, apesar de muitos gostarem de assistir à rainha e sua família em cenas cotidianas, “gente como a gente”, outros questionaram a exibição das imagens por considerar uma ruptura da mística em torno da monarquia. Na época, a rainha acabou cancelando uma reprise que já estava programada<sup>45</sup>.

Esse episódio, embora ocorrido há mais de 50 anos, evidencia os riscos mencionados trazidos pela quebra da aura de grandeza que carregavam as lideranças. Há ônus e bônus. Na contemporaneidade, essa mesma família real luta contra fotografias capturadas a distância<sup>46</sup> e busca controlar a presença de seus membros nas redes sociais, só permitindo perfis oficiais que divulgam sua agenda à serviço da Coroa<sup>47</sup>.

Nesse sentido, Thompson destaca que essa visibilidade de hoje acaba trazendo consigo um tipo distinto de fragilidade. Para ele, a palavra “escândalo” teve seu significado amplificado: “A visibilidade mediada não seria um comentário a posteriori sobre um evento escandaloso: mas, sim, parte constitutiva do evento como escândalo” (THOMPSON, 2008, p. 29). E por quê?

---

<sup>45</sup> PAZ, João da. O que aconteceu com o primeiro reality show da TV, censurado pela rainha da Inglaterra? **Notícias da TV, UOL**, São Paulo, 7 dez. 2019. Disponível em: <<https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/o-que-aconteceu-com-o-primeiro-reality-show-da-tv-censurado-pela-rainha-da-inglesa-31512>>. Acesso em: 12 maio 2021

<sup>46</sup> BUARQUE, Daniel. Simbiose e conflito marcam relação entre paparazzi e realeza britânica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 maio 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/05/simbiose-e-conflito-marcam-relacao-entre-paparazzi-e-realeza-britanica.shtml>>. Acesso em: 20 maio 2022.

<sup>47</sup> MEGHAN MARKLE TEVE AULAS DE MÍDIAS SOCIAIS para não "dar gafe" no Instagram. **Donna Gente, Zero Hora**, Porto Alegre, 3 abr. 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/gente/noticia/2019/04/meghan-markle-teve-aulas-de-midias-sociais-para-nao-dar-gafe-no-instagram-cju1hjh3w00wj01o4kk5jh09i.html>>. Acesso em: 20 maio 2022.

Afinal, comportamentos moralmente questionáveis da parte de políticos sempre existiram. Mas, para Thompson, essas novas tecnologias de comunicação propiciaram modos mais fáceis de “bisbilhotagem”. Houve, assim, mudanças na produção jornalística: as antigas práticas desencorajavam jornalistas a divulgarem matérias sobre a vida privada de políticos, ou a descontextualizar fatos da sua esfera pública. O que vemos agora é um abandono, por alguns, desses códigos, a partir da ampla oferta de material desse tipo. Isso ainda está relacionado à invenção de alguns desses fatos, as chamadas notícias falsas (*fake news*)<sup>48</sup>.

A esse respeito, porém, Ribeiro e Ortellado (2018) nos lembram que a questão não está apenas nisso, mas na produção de “informação de combate”, que seria, por exemplo, um recorte tendencioso, ou um fato sem contexto, uma matéria sensacionalista e às vezes até uma mentira. Os autores inclusive ressaltam que essas práticas não são exclusivas de “sites de notícias falsas”, e também vêm sendo usadas pela grande imprensa: “Por esse motivo, não é possível traçar uma linha demarcatória muito clara separando os maus veículos, dos confiáveis, a verdade, da mentira” (RIBEIRO; ORTELLADO, 2018, p. 73).

Outro aspecto apontado por Thompson é que cada vez mais o mundo deixa de ser um lugar de soluções fáceis, tornando-se a cada dia um ambiente bastante complexo, exigindo ainda mais dos que ocupam cargos públicos: “[...] um lugar em que devemos confiar na capacidade de nossos líderes políticos para tecer julgamentos racionais e proteger nossos interesses. É nesse contexto que a questão da credibilidade e confiabilidade de líderes políticos se torna um assunto de grande importância” (THOMPSON, 2008, p. 34).

Essa confiança na política ganha cada vez mais relevância, pois as condições sociais do passado, que mediavam a credibilidade desses políticos, foram corroídas, como visto. Portanto, o escândalo passou a ter um status diferente no cenário político em que nos encontramos, como se fosse um teste de credibilidade para os políticos de nossa época. Outra questão importante é que, entre os partidos, há uma diminuição entre as discordâncias ideológicas (ou seja, seus princípios passam a ter menos destaque), e é no caráter que encontram uma forma de diferenciação entre os homens e mulheres públicos:

(...) as falhas de caráter dos adversários (sejam verdadeiras ou acusações) e a violação de códigos de conduta se tornam armas poderosas na luta por vantagem política.

---

<sup>48</sup> “Notícias falsas, no sentido político, são textos noticiosos que assumem a forma de matérias jornalísticas e são geralmente produzidos para se propagar em um contexto de disputa política — seja com objetivos políticos, seja para se beneficiar economicamente da guerra política. Ainda que o termo “falso” sugira uma inverdade absoluta, a “falsidade” tem gradações: pode ser uma falsificação simples, mas também um exagero, uma especulação, uma simples opinião ou uma distorção, sempre apresentada como se fosse um fato jornalístico apurado, de maneira a parecer uma matéria jornalística profissional” (SORJ *et al.*, 2018, p. 45).

Questões de caráter se tornam politizadas à medida que os partidos brigam para se diferenciarem num contexto em que é cada vez mais difícil recorrer a diferenças fundamentais de princípios, e onde, em parte de modo compensatório, os partidos e seus líderes buscam ter ganhos políticos às custas da falha de caráter dos outros (THOMPSON, 2008, p. 34).

Para os autores Malini, Ciarelli e Medeiros (2017, p. 338), nesse processo, os sentimentos de medo e raiva do público passam a ter um papel determinante: “A política transformada em ação de *haters/lovers* será a tônica dos movimentos seguintes, focados mais em destruir a reputação de políticos do que em enaltecer suas conquistas”. Esse novo jeito de fazer política fica muito evidente nas redes sociais, em que a divergência de ideias dá lugar a ataques à moral, bem como à aparência, especialmente no caso das mulheres.

Como já vimos no primeiro capítulo desse estudo, a mídia tem um papel essencial no reforço de diferença de tratamento entre gêneros, principalmente em questões relacionadas à estética (MOTA; BIROLI, 2014). Esse é o caso ocorrido entre a deputada estadual Joice Hasselmann e o deputado federal Eduardo Bolsonaro. Antes aliados, o rompimento entre eles deixou de ser uma divergência ideológica e foi tomado por inúmeros ataques entre os dois, em seus perfis de redes sociais, em que o deputado chamava a deputada de gorda e porca<sup>49</sup>, envolvendo e incentivando seguidores nesse embate ofensivo. As redes sociais, por causa dessa nova mediação, passam a ser protagonistas na difusão desses acontecimentos (RECUERO, 2009a), incluindo os políticos. Mas é importante entender que a investigação dessas redes não é algo novo e já vem sendo observado há muito tempo:

O estudo da sociedade a partir do conceito de rede representa um dos focos de mudança que permeia a ciência durante todo o século XX. Durante todos os séculos anteriores, uma parte significativa dos cientistas preocupou-se em dissecar os fenômenos, estudando cada uma de suas partes detalhadamente, na tentativa de compreender o todo, paradigma frequentemente referenciado como analítico cartesiano. A partir do início do século passado, no entanto, começam a despontar estudos diferentes, que trazem o foco para o fenômeno como constituído das interações entre as partes (RECUERO, 2009a, p. 17).

Recuero (2009b) ressalta que, na Internet, essas redes são representadas por atores sociais e suas conexões. Essas representações, de modo geral, são personalizadas através de um perfil no Facebook, por exemplo; já as conexões “são os elementos que vão criar a estrutura na qual as representações formam as redes sociais” (RECUERO, 2009b, s/p).

---

<sup>49</sup> EDUARDO BOLSONARO ATACA JOICE: "Não sabia que coronavírus dava em porco". **Último Segundo** — IG, São Paulo, 18 jun. 2020. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2020-06-18/eduardo-bolsonaro-ataca-joyce-nao-sabia-que-coronavirus-dava-em-porco.html>>. Acesso em: 12 maio 2021.

Essas conexões são construídas pelos atores, mas é o sistema on-line que as mantém, possibilitando centenas ou milhares de conexões, de forma mais ampla que uma rede social off-line. Podemos nos conectar com muito mais pessoas, num rápido espaço de tempo. E, como já dito, as ferramentas de comunicação mediadas pelo computador ainda possibilitam a visualização de rastros deixados pelas interações e conexões feitas, permitindo que seja possível estudar os padrões demonstrados por eles, trazendo novidade aos estudos de rede nos anos 90.

Uma vez conectados, a Internet possibilita que essas ligações sejam interrompidas, o que significa que a qualquer momento se pode estar on-line, interagindo. Além disso, o conteúdo que transita nessas redes é facilmente rastreado (inclusive pela facilidade das ferramentas de buscas) e organizado, o que possibilita replicar essas informações de forma fácil e rápida. Essa circulação também vem acompanhada de uma percepção de um valor social, da parte dos atores sociais, e dessa compressão vai depender o impacto do trânsito desse conteúdo, que, por conta dessa grande circulação, pode se tornar um capital social<sup>50</sup>. Por exemplo: uma pessoa faz uma publicação através de seu perfil em uma rede: quanto mais relevância o material gerar sobre seu grupo, mais capital social tem, e é por isso que muitos atores sociais se especializam e dedicam tempo e trabalho na busca e na criação desse conteúdo (RECUERO, 2009).

Nos dias de hoje, mais de 10 anos depois dessas publicações de Recuero, conseguimos compreender mais claramente a capitalização de conteúdo nas redes, quer sejam informações sobre fatos públicos, quer seja a exposição da vida privada. De que forma políticos vêm se aproveitando dessa lógica para ganhar capital social, no sentido de que suas falas se tornem relevantes ao público? Será que poderíamos dizer que esse processo, em um ambiente dividido em grandes grupos ideológicos, como o atual, ocorre quando os atores políticos conseguem audiência nos seus perfis, mesmo que seja uma recepção negativa ao material postado? Ou seja, o que importa é que as falas sejam debatidas, de uma forma ou de outra?

No livro “Sobrevivendo nas redes: guia do cidadão”, Sorj *et al.* (2018, p. 37) lembram que assuntos como direito ao aborto, cotas raciais e diversidade sexual antes eram tidos como temas marginalizados na discussão política, mas, agora, passaram a ser determinantes nos debates: “Não se trata de temas voltados a interesses socioeconômicos, sobre os quais existem espaços para negociar, e sim de temas morais, referidos a valores vividos como absolutos”.

---

<sup>50</sup> “Capital social” é um conceito-chave desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, e foi explorado com maior profundidade em sua obra *“La Distinction: critique sociale du jugement”* (1979). O sistema de relações entre as posições sociais seria determinado pela posse e volume de capital, e dentre os capitais que geram distinção, há, também, o capital social. O capital social seria um termo referente ao conjunto de relações adquiridas que facilitam o acesso a outros indivíduos e instituições da classe dominante através de, mas não limitado a: parentescos familiares, associações de ex-alunos de instituições de ensino de prestígio, entre outros.

São temáticas que despertam a atenção do público, e alimentam discussões na rede, estimulando o acesso aos canais digitais dos agentes políticos que se manifestam a esse respeito. Para os autores, a internet ainda modifica o modo como esses comentadoras se mostram, pois, fora das redes, eles se adequam aos diferentes contextos e complexidades, através de múltiplas personas, como forma de exercer a empatia, buscando através disso um modo de equilíbrio e respeito. Mas, no ambiente digital, o comportamento é outro:

Na rede social, nos reduzimos a uma única persona pública, interpretamos um único papel simplificado, que nos aproxima daqueles com quem concordamos e nos afasta de quem discordamos em geral, embora pudéssemos concordar em questões específicas. Tal descontextualização nos simplifica e nos dessensibiliza (SORJ *et al.*, 2018, p. 39).

Isto é, por um lado, a internet ampliou as vozes e o poder de influência de milhões de pessoas, mas, por outro, impulsionou uma descontextualização das falas (SORJ *et al.*, 2018, p. 39), e esse ambiente pobre em alteridade (HAN, 2017) parece não somente incendiar as discussões como também ampliar a audiência e, desse modo, gerar mais capital social para certos atores políticos.

No entanto, para os pesquisadores Rossetto, Carreiro e Almada (2013), apesar desse cenário, o crescimento das mídias sociais vem carregado de expectativas e promessas atreladas à democracia e à política, compelindo-nos ao enfrentamento de novos desafios. Nessa esfera de visibilidade pública que impacta a comunicação, e assim a Política, os atores políticos e as instituições estão no jogo em busca de serem vistos como vimos. Além disso, temos o Jornalismo, que precisa deles como fontes. Portanto, o campo político vai se beneficiar desse interesse para que seus representantes tenham espaço na imprensa sempre que quiserem, além de alimentarem sua própria mídia, nas redes. Assim, segundo esses autores, na opinião de diversos cientistas sociais, é nítida a existência de duas esferas da sociedade, política e civil, mas ainda não está tão claro se há uma esfera intermediária entre elas, que seria chamada de esfera da visibilidade pública.

Buscar entender essa via nos daria um caminho para avaliar essa dinâmica existente entre os campos da comunicação e da política. Isso porque essa esfera teria o controle dos elementos importantes para os atores políticos, visibilidade e imagem: “Neste contexto, atores políticos estão sempre em campanha e buscando promover-se; a preocupação, em política, gira em torno de fazer propaganda, fazer-se visível, aproveitar as oportunidades de aparecer através dos media” (ROSSETTO; CARREIRO; ALMADA, 2013, p. 194).

Mas o que esses tempos trazem para a sociedade civil, que se vê diante de possibilidades de participação mais ativas, proporcionada por essa nova mediação, como temos mostrado até aqui? Youssef (2018) fala do crescimento dessa sensação de mudança advinda das novas tecnologias. Para ele, coexistem dois processos: um, em que temos um mundo cada dia mais rígido em relação aos interesses dominantes; juntamente com outro, carregado de novos valores trazidos pelas tecnologias. Youssef faz seus questionamentos baseado no seguinte contexto:

Diante do distanciamento das populações em relação à política institucional, crescem os protestos e movimentos revolucionários dispostos a transformar as realidades e lutar por novas formas de representação, utilizando para isso as ferramentas tecnológicas e a urgência diante de um cenário perigoso representado pelo constante desgaste da política institucional e do próprio sentido do papel do Estado em relação à vida das pessoas, que começariam a enxergar nas inovações tecnológicas e nas grandes corporações que estão por trás da maioria delas, alternativas mais eficientes para resolver os problemas do seu dia a dia (YOUSSEF, 2018, p. 28).

O que Youssef coloca é, portanto, a existência de um “velho poder” e um “novo poder”, e que há entre eles imensa tensão. Mas esse movimento é mediado por plataformas empresariais com poder para direcionar o fluxo desses conteúdos, como veremos a seguir.

## **2.2 Conectividade, algoritmos e novos (e velhos) conflitos**

Como já abordado, o mundo digital não é limitado pelas fronteiras de espaço e tempo; por isso, tem grande poder de disseminação de conteúdo, especialmente em torno de vivências compartilhadas, trazendo novos ares ao ativismo político e social:

Se as noções sociológicas de pertencimento, legado, vínculos territoriais e identitários delineavam as comunidades no mundo não virtual, na internet tais laços são bem mais fugazes. Todavia, mesmo esses ‘vínculos fracos’ ou provisórios têm inequívoco poder de influência e de disseminação de ideias (DESLANDES, 2018, p. 3133).

Deslandes cita provocações que questionam se o acentuado ativismo digital poderia transferir essa intensidade com a mesma emoção para ações off-line, saindo da virtualidade e ganhando relevância nas agendas públicas. Mas, para a autora, o ativismo digital já demonstrou a que veio, provando não ser “passivo” desde seus primórdios, como foi o caso do movimento

mexicano Zapatista<sup>51</sup>, já no ano de 1996, ou a Batalha de Seattle<sup>52</sup>, em 1999, assim como a Primavera Árabe<sup>53</sup>, em 2010, além de outras e, é claro, em especial, as manifestações de julho de 2013 no Brasil<sup>54</sup>.

Esses protestos revelaram o poder agregador do ativismo digital, que teve a força de convocar grande número de pessoas para atuar nas ruas de forma presencial: “E mais que isso, permite congregar diversas frentes de luta ao mesmo tempo, numa transversalidade de interesses e pautas, propiciando a conectividade de uma rede de agendas” (DESLANDES, 2018, p. 3134).

Essa série de manifestações tiveram papel importante para demonstrar a crise democrática em que vivemos, e as inovações tecnológicas representaram uma ferramenta fundamental no aprimoramento desses protestos. Especialmente a histórica Primavera Árabe, acompanhada mundialmente, que encorajou as pessoas a acreditar que mudanças revolucionárias seriam possíveis após terem sido iniciadas digitalmente. Por conta disso, muitos ativistas motivaram-se a trazer essa ação para os EUA e para o Canadá, e foi assim que Micah White e Kalle Lasn idealizaram um movimento que ocuparia o sul de Manhattan, em Nova York, com a *hashtag* #OccupyWallStreet. A ideia era, em articulação por meio das redes, juntar 20 mil pessoas em protesto contra a influência do dinheiro sobre os representantes políticos em Washington. Porém, mesmo diante de uma manifestação organizada e estruturada, que conseguiu atrair um grande público, o movimento foi um fracasso, pois não conseguiu atingir seus objetivos. O aprendizado disso é que as lideranças ocidentais não se sentem pressionadas a atender as exigências de seu povo, pois essas demandas não estariam alinhadas a uma agenda

---

<sup>51</sup> O Exército Zapatista de Libertação Nacional-EZLN é uma organização armada mexicana, composta por sua maioria de indígenas e que tem um caráter político-militar. Foi um dos primeiros movimentos a se utilizar do ciberativismo. Em 1996, através de seu site (<http://www.ezln.org/>), a internet foi usada para articular movimentos sociais em torno de discussões relevantes aos indígenas chiapas, contra o neoliberalismo.

<sup>52</sup> No final de novembro de 1999, a cidade de Seattle, nos EUA, foi a sede do Encontro da Organização Mundial do Comércio. Por conta disso, um protesto antiglobalização reuniu milhares de ativistas que tinham o objetivo de impedir que a conferência acontecesse. Calcula-se que 50 mil pessoas estiveram presentes, agregadas pelas redes sociais. Esse número inédito, em um protesto “antiglobalização” desta natureza, não era esperado pelos policiais, que não estavam preparados para tanta gente, o que acabou gerando muita violência. O movimento recebeu o nome de “Batalha de Seattle”.

<sup>53</sup> A chamada “Primavera Árabe” foi uma série de manifestações revolucionárias ocorridas no Oriente Médio e no Norte da África em dezembro de 2010. As redes sociais foram essenciais para a organização de passeatas e atos de resistência por parte dos civis. O que gerou essa onda de protestos foi o um episódio na Tunísia, em que um jovem de 26 anos, comerciante de rua, cansado do tratamento policial opressivo e abusivo, resolve atear fogo em seu próprio corpo, cometendo um suicídio político, iniciando uma insurreição popular em vários países.

<sup>54</sup> As manifestações no Brasil de 2013, foram uma série de mobilizações que aconteceram em mais de 500 municípios brasileiros de forma simultânea. A princípio, os protestos tinham como objetivo reclamar contra o aumento das tarifas de transporte público, mas logo o movimento passou a se declarar apartidário e a levantar a bandeira do combate à corrupção.

geopolítica vigente. Além disso, esse movimento, assim como as manifestações brasileiras de 2013 (que aparentemente trariam promissoras mudanças) estiveram posicionadas contra o *establishment*, a desigualdade e a concentração de renda. Mas, em seguida, ambos os países tiveram políticos que foram eleitos com discursos carregados de valores conservadores e de rompimento com esse mesmo *establishment*, mas de modo artificial, já que suas lideranças fazem parte dele (são agentes econômicos e políticos que já estavam em posição de poder).

Isto é, os ativistas já precisariam inovar suas práticas, pois, ainda que as experiências de protestos bem-sucedidos no passado ensinem, isso não quer dizer que a fórmula repetida é certa. O que funcionou em algumas revoluções históricas não é receita garantida de assertividade hoje. Segundo White (2016), o ativismo evoluiria nas próximas gerações para a exploração de percepção de tempo, isto é, a hiperconectividade das redes e sua velocidade trariam vantagem diante do ritmo das velhas estruturas, já que os protestos emergiriam antes mesmo de serem notados. Fato é que a experiência “fracassada” do Occupy propiciou aprendizado e entendimento de que há espaço para movimentos mais potentes acontecerem, desde que se reformulem certas ações (YOUSSEF, 2018).

É preciso, no entanto, que nos mantenhamos conscientes para que não haja inocência e romantização nesse caminho, pois as relações de poder e assimetria estão presentes nos ambientes de redes digitais. Deslandes (2018) relembra que boa parte dos brasileiros ainda não estão incluídos digitalmente: “Falamos das relações de poder que circulam no meio digital, pois, mesmo na internet, em sua pretensa liberdade de expressão, também lá predominam as mídias oficiais e seus interlocutores, traduzindo uma comunicação não inteiramente democrática” (DESLANDES, 2018, p. 3134).

Segundo dados do IBGE<sup>55</sup> mais atuais, um em cada quatro brasileiros não tem acesso à Internet. Essa desigualdade social e digital ficou escancarada na pandemia de Covid-19, em que as crianças mais pobres ficaram excluídas do sistema digital de aulas, além de muitas escolas também não terem essa estrutura tecnológica como recurso de aprendizado<sup>56</sup>.

Outro aspecto importante para o entendimento das limitações das redes sociais é o de que as plataformas digitais, comandadas por algoritmos e inteligência artificial cada vez mais aguçada, não propiciam ambientes que estimulem o debate entre os diferentes. Toda a

---

<sup>55</sup> FREIRE, Tamara. IBGE: Um a cada quatro brasileiros não tem acesso à Internet. **Agência Rádio Nacional**, Rio de Janeiro, 29 abr. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2020-04/ibge-um-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>>. Acesso em: 12 maio 2021.

<sup>56</sup> IDOETA, Paulo Adamo. 'Sem wi-fi': pandemia cria novo símbolo de desigualdade na educação. **BBC Brasil**, São Paulo, 3 out. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54380828>>. Acesso em: 12 maio 2021.



linguagem de “curtidas” nos alinha aos nossos iguais, por exemplo: os algoritmos nos levam a ver conteúdo do qual já demonstramos gostar. Os recursos de silenciamento e bloqueio ao indesejado ou ao diferente também não promovem interação. O exercício do diálogo e da escuta respeitosa, portanto, vem sendo cada dia menos praticado, e ambos são fundamentais na política (DESLANDES, 2018).

Machado e Miskolci (2019), em sua pesquisa, observaram que os radicalismos de direita e esquerda não eram novidade na década de 2010, mas, até então, tinham se aperfeiçoado em um ambiente não tão consolidado pelo mercado da comunicação, e com conexões mais espontâneas, sem o comando dos algoritmos. Nessa década, o uso do anonimato era comum, o que dificultava a formação e a visualização de polarizações intensas; ou seja, havia menos conflitos do que hoje, em que temos o comando intenso de determinadas plataformas, privadas, nos ambientes digitais:

As redes sociais e demais plataformas comerciais online têm gerado não apenas os já estudados fenômenos das bolhas de opinião ou a disseminação de fake news, mas algo mais radical e preocupante enquanto elemento central da ação política: a privatização da política e sua inserção em uma gramática moral (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 950).

Para o mercado de dados, o anonimato dos indivíduos não é algo interessante, pois dificulta seu monitoramento, e a falta de informações sobre a vida desse anônimo não lhe agrega valor como cliente. Quanto mais a plataforma conhece e acerta sobre o comportamento de um indivíduo, mais valor ele passa a ter. E essa dinâmica atrai interesses políticos (MACHADO; MISKOLCI, 2019). Um exemplo claro é o envolvimento de Trump, eleito presidente dos EUA em 2016, com o roubo de dados do Facebook. A empresa de consultoria Cambridge Analytica teria conseguido de forma ilegal o acesso aos dados de 50 milhões de usuários do Facebook, beneficiando Trump em sua campanha, que passou a ter conhecimento sobre a intenção de votos e as tendências comportamentais desses usuários<sup>57</sup>.

Sobre o controle econômico das redes, Machado e Miskolci acrescentam que a popularidade nesse meio é objeto de desejo e disputa, pois o mercado premia os bem-sucedidos: “As relações por meio das redes sociais atraem e cativam ao inserir seus usuários em uma economia midiática do reconhecimento regida pela busca de atenção” (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 947) — o que tem clara incidência na política, como vimos acima. Para

---

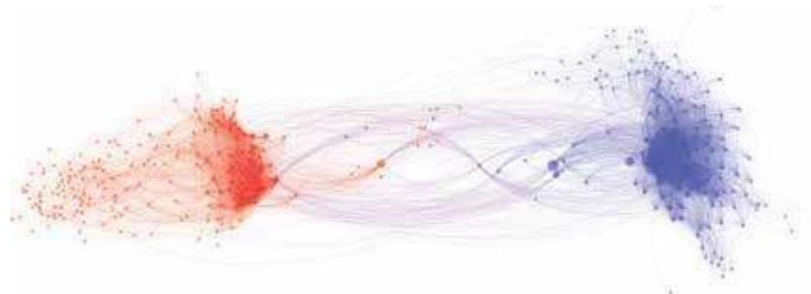
<sup>57</sup> GOGONI, Ronaldo. O maior roubo de dados da história do Facebook que ajudou a eleger Donald Trump. **Meio Bit**, 19 mar. 2018. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/meiobit/381701/facebook-cambridge-analytica-roubo-dados-ajudou-campanha-donald-trump-e-brexit/>>. Acesso em: 12 maio 2021.

os pesquisadores, a viralização de conteúdo empobrece as temáticas debatidas nas plataformas, e as explicações simplistas e moralistas têm sempre muita propagação. Os autores supracitados fazem uma análise interessante. Para eles, essa “cruzada moral” é visivelmente crescente no Brasil após as manifestações de 2013, e, nesse sentido, os autores conseguem encontrar um ponto de inflexão entre a convergência histórica de maior socialização nas redes sociais com a chegada de plataformas como Facebook e dos smartphones, e a crise econômica de 2008, em que o mundo passa a idealizar o passado, por medo da incerteza e insegurança do futuro. Esse “medo” é combustível usado pelas lideranças políticas populistas, que idealizam o passado, como podemos ver no slogan de Trump, “*Make America Great Again*”, e é articulado e potencializado nas redes digitais.

A chamada polarização política, que aqui entendemos como a divisão do cenário de agenda pública em dois grandes públicos que se combatem<sup>58</sup>, também parece “coincidir” com esse mesmo período. Para Sorj *et al.* (2018), nem sempre tivemos um cenário polarizado como vemos na atualidade, cujo agravamento se deu a partir de 2014. Os autores trazem figuras construídas a partir de dados disponibilizados pelo Facebook, em que é possível visualizar o tamanho dessa divisão.

A Figura 2 retrata as 500 páginas mais significativas sobre política na plataforma, no ano de 2016. As bolinhas são proporcionais à quantidade de curtidas recebidas em suas postagens, isto é, quanto maior a bolinha, maior popularidade que a página tem. Os pontos azuis reúnem uma aglomeração de páginas bem próximas, ou seja, os mesmos perfis curtiram *posts* desse grupo de páginas. O lado azul está muito distante do vermelho, sendo um indicador de quem curte *posts* vermelhos não curte *posts* azuis. Nessa figura está a interação de 12 milhões de perfis brasileiros com essas páginas:

Figura 1 — A estrutura do debate político brasileiro nas redes sociais em 2016



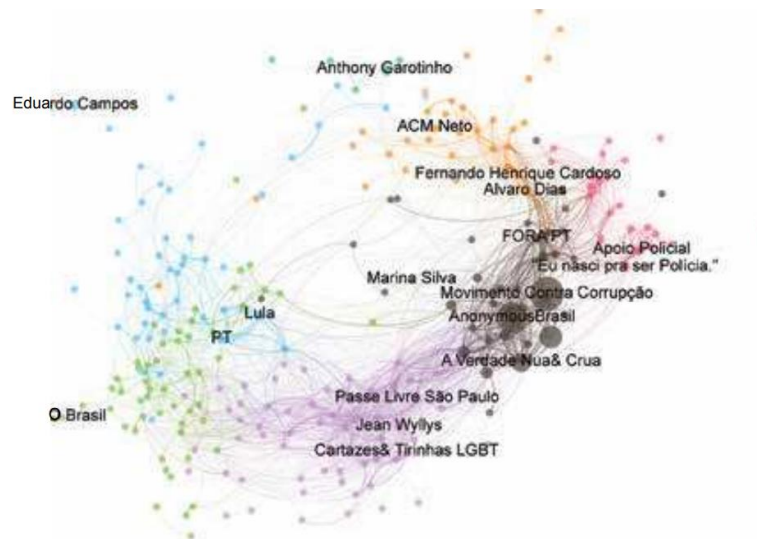
Fonte: Sorj *et al.* (2018, p. 30).

<sup>58</sup> No Brasil esse fenômeno não ocorre entre de espectros políticos extremos. Os dois grupos que polarizam são os que apoiam Bolsonaro, os chamados popularmente de “bolsonaristas”, e os que lutam contra o seu governo, sua agenda política e seus valores.

Os autores mostram, por meio da figura 3, que em 2013, três anos antes, tínhamos um cenário completamente diferente, em que havia mais interação. Como podemos ver, na parte superior à esquerda são páginas mais ligadas ao PT e no oposto, à direita, páginas mais ligadas ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro — atual MDB) e PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira):

Todo esse campo da política institucional está em contraposição ao campo inferior da sociedade civil, em que à esquerda estão os ambientalistas (em verde) e os movimentos sociais (em rosa), e à direita, os grupos que apoiam a polícia e os militares (em azul-claro) (SORJ *et al.*, 2018, p.36).

Figura 2 — A estrutura das páginas do Facebook em 2013



Fonte: Sorj *et al.* (2018, p. 30).

Essa descrição revela um cenário completamente diferente da figura 2, como vemos na figura 3. E ainda vemos que havia um conjunto grande de páginas de grupos bastante diversos que iam do combate à corrupção à páginas de grupos ambientalistas, e que ficavam entre os polos. Desse modo, percebemos que a disputa política se intensifica diante de um contexto polarizado, o que faz surgir, conseqüentemente, segundo Ribeiro e Ortellado (2018) mais seleção, distorção e invenção de fatos.

É importante entendermos que a polarização política não é um fenômeno advindo do ambiente digital, tampouco a disseminação da notícia falsa (SORJ *et al.*, 2018, p. 41), porém, como já tratamos, o meio digital facilita essas práticas. Aliás, para Ribeiro e Ortellado (2018, p. 79), a disseminação dessas *fake news* é feita principalmente pelos sujeitos mais envolvidos

nessa polarização, não de forma deliberada para enganar, mas com o intuito de convencer outros do que parece claro para o disseminador da “informação”. Apesar disso, para os autores acima, a responsabilidade dessa difusão não deve ser apenas dos produtores das notícias falsas, mas também de todos que colaboram compartilhando tais publicações, degradando cada vez mais o debate político, já pobre em reflexão, ainda que não estejam conscientes da falsidade daquele material.

Há novas técnicas ainda mais atuais, que surgem nesse ambiente polarizado e que encontram trânsito fácil diante da falta de regulamentação e transparência por parte das plataformas, que são os *bots* (robôs), *personas* e *trolls*<sup>59</sup>.

*Bots*, que vem da palavra *robot*, em inglês, como o próprio nome diz, são robôs que funcionam através de instruções dadas por seus programadores, e podem até mimetizar ações humanas nas redes digitais, como comentários e “curtidas”; *personas* são perfis ou contas falsas operadas por humanos; portanto, têm atuação mais elaborada, atuam especialmente na desconstrução de candidatos, e seu rastreamento é muito mais difícil de ser feito; por fim, *trolls* são agentes que atuam para agredir, provocar e desestabilizar os debates, e antes tinham atuação mais voltada a fóruns, mas agora estão presentes em todos os ambientes virtuais: “Como essas ferramentas vieram para ficar, é preciso pressionar os atores políticos a usá-las de maneira transparente (SORJ *et al.*, 2018, p.62)”. É possível que aquilo que Ribeiro e Ortellado (2018, p.80) apontam como a melhor solução para lidar com a difusão de notícias falsas também possa ser estendido à questão das novas ferramentas citadas acima: “Por fim, a divulgação de um conteúdo falso ou não verificado pode ser considerado em maior ou menor grau como socialmente aceito ou não aceito. Se o problema da difusão das chamadas notícias falsas é um fenômeno social, a saída também deve ser”.

Ou seja, para os autores supramencionados, é provável que a melhor abordagem regulatória seja atuar no debate público fomentando entendimento e trazendo consciência social sobre os impactos tóxicos desse processo para a esfera pública. Eles se referem ao predomínio da informação de combate (juntamente com o baixo padrão editorial nos sites de jornalismo),

---

<sup>59</sup> Outro processo que tem interferido nos ambiente digitais são as plataformas de fazendas de cliques, sistema em que influenciadores, artistas e empresas podem comprar seguidores e curtidas reais, não automatizadas. Essas operações se movem por meio da exploração econômica de um grande contingente de trabalhadores, que ganham um valor insignificante por essas tarefas. Cf. GROHMANN, Rafael; SOARES, Alison; MATOS, Évilin; AQUINO, Maria Clara; AMARAL, Adriana; GOVARI, Caroline. O que são plataformas de fazendas de cliques e por que elas importam. **Nexo Jornal**, São Paulo, 1 out. 2021. Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2021/O-que-s%C3%A3o-plataformas-de-fazendas-de-clique-e-por-que-elas-importam>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

mas, aqui, poderíamos acrescentar também os cuidados com o aumento do mal uso dos *bots*, *personas* e *trolls* em nosso cenário político, e suas consequências.

Do mesmo modo que a Internet, como vimos, não criou a polarização política e as *fake news*, podemos afirmar também que não foi nela que nasceram os discursos de ódio. O pesquisador Thiago França<sup>60</sup> (2020), em sua participação no *podcast* Alhures<sup>61</sup>, afirma que o ambiente digital nos ajudou a sistematizar estes discursos. Em um fenômeno ainda mais recente, estas falas parecem estar sendo propagadas de forma sistemática e orquestrada pelo suposto “gabinete do ódio”, que seria uma articulação entre agentes do governo do presidente Jair Bolsonaro, para a produção e divulgação de informações negativas sobre aqueles que criticam a atual gestão (tal como Marina Silva). Há um inquérito em curso, que apura ataques recebidos por ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), em que constam depoimentos da parte de ex-aliados de Bolsonaro que detalham o funcionamento de tal estrutura e confirmam a sua existência<sup>62</sup>, com colaboradores em diferentes estados, para uma ação regionalizada, com a participação de assessores do presidente e com despachos feitos diretamente do Palácio do Planalto, sede do governo, por agentes remunerados para esse trabalho. O nome do vereador do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho do presidente, sempre aparece como coordenador de estratégias dessas ações, classificadas como “milícia digital”<sup>63</sup>. Logo, parece haver a necessidade de fazermos uma distinção entre “discursos de ódio” (que sempre existiram) e o tal “gabinete do ódio” (invenção recente, fenômeno ainda pouco estudado). A este respeito França afirma que:

O ódio institucionalizado pode criar um regime necropolítico, e o “gabinete do ódio”, eu penso, é uma forma de pôr uma parte desse programa do ódio, recrutando sujeitos, criando uma massa que vai, muitas vezes com honestidade, pôr uma parte desse programa em prática. E pra encerrar com uma expressão bem familiar: o ódio como política permite que o ódio seja terceirizado (ALHURES, 2020).

<sup>60</sup> Thiago Alves França defendeu a tese “Sentidos e funcionamentos do discurso de ódio em espaços do Facebook: uma leitura discursiva”, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 2019.

<sup>61</sup> ALHURES: Discurso de ódio: seus sentidos e funcionamento. Entrevistado: Thiago França. Entrevistados: Felipe Nascimento, Deborah Pereira, Flavio Benayon, Laís Medeiros, Rômulo Osthues, Wellton da Silva. [S. l]: Spotify, out. 2020. Podcast. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/11O74KQEWkyNWnVIRfhAdl?si=x0FqbgXmSBuctdN1Kt551g&nd=1>>. Acesso em: 13 maio 2022. Ainda há poucas publicações acadêmicas disponíveis que tratem diretamente do “gabinete do ódio” relacionado ao governo Bolsonaro.

<sup>62</sup> SAID, Flávia. Ex-aliados de Bolsonaro mostram como funciona o Gabinete do Ódio. **Congresso em Foco**, Brasília, DF, 28 maio 2020. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/ex-aliados-de-bolsonaro-detalmam-modus-operandi-do-gabinete-do-odio/>>. Acesso em: 13 maio 2022.

<sup>63</sup> PF AFIRMA AO STF que estrutura do 'gabinete do ódio' é usada por milícia digital. **Carta Capital**, São Paulo, 11 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/pf-afirma-ao-stf-que-estrutura-do-gabinete-do-odio-e-usada-por-milicia-digital/>>. Acesso em: 13 maio 2022.

Na opinião de Deslandes (2018), mesmo diante dessas bolhas de iguais produzidas por algoritmos, com os obstáculos trazidos ao ativismo digital por meio do funcionamento das redes, é inegável os benefícios do acesso fácil de informações que possibilitam que alguém que não teria circulação nas mídias dominantes, agora, possa participar do debate político e elevar sua qualificação. Em sua opinião, isso quer dizer mais controle social por parte do cidadão sobre o uso de verbas públicas, bem como sobre decisões políticas e de gestão quanto à implementação de soluções para os problemas encontrados. Além de que, a opinião pública agora também passa a ser mais influenciada pelo ativismo das redes digitais, ou seja, para ela, os possíveis ganhos valem as perdas.

Fica a pergunta se, diante do crescimento de interferências das plataformas digitais na vida pública, com controle social deficitário, e de uma possível institucionalização de programas de ódio executados por agentes políticos, que sistematicamente promovem desinformação e violência e estimulam a divisão, a sociedade civil conseguirá exercer esse controle citado por Deslandes. Ainda parece cedo para que tenhamos uma resposta.

### 2.3 Twitter e a política: reprodução de paradigmas

No dia 8 de janeiro de 2021, Donald Trump, então presidente dos EUA, foi banido do Twitter<sup>64</sup>. O comunicado foi feito pela própria empresa, que anunciou que Trump nunca mais poderá ter uma conta na plataforma<sup>65</sup>. A decisão foi tomada depois de análises feitas em seu conteúdo postado na rede, em que o presidente incentivava as invasões que foram feitas ao Congresso norte-americano. Dias antes, sua conta já havia sido bloqueada por 12 horas, logo após algumas de suas postagens terem sido apagadas pela empresa. Logo depois, Facebook e Instagram tomaram a mesma medida. Trump acabou usando a conta oficial do governo americano no Twitter (@POTUS) para acusar a plataforma de querer silenciá-lo, mas um tempo depois o comentário foi apagado<sup>66</sup>. Análises feitas, ainda no mês de janeiro, pela Zignal Labs, apontaram que o impacto desse evento inédito fez com que a circulação de notícias falsas sobre as eleições americanas diminuísse 73%. De acordo com os relatórios, uma semana depois do

<sup>64</sup> TWITTER ANUNCIA 'SUSPENSÃO PERMANENTE' de Donald Trump na rede social. **UOL**, São Paulo, 8 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2021/01/08/twitter-anuncia-suspensao-permanente-de-donald-trump-na-rede-social.htm>>. Acesso em: 12 maio 2021.

<sup>65</sup> Recentemente Trump fez uma tentativa de contornar a decisão do Twitter, registrando uma outra conta. Mas não obteve sucesso. TWITTER SUSPENDE NOVA CONTA de Trump. **Época Negócios**, Editora Globo, São Paulo, 6 maio 2021. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2021/05/twitter-suspende-nova-conta-de-trump-por-tentar-driblar-banimento-de-sua-conta-antiga.html>>. Acesso em: 12 maio 2021.

<sup>66</sup> TWITTER USA CONTA OFICIAL da presidência para acusar Twitter de conspiração em 'silenciá-lo'. **Extra**, Rio de Janeiro, 8 jan. 2021. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/mundo/trump-usa-conta-oficial-da-presidencia-para-acusar-twitter-de-conspiracao-em-silencia-lo-24830981.html>>. Acesso em: 12 maio 2021.

banimento de Trump no Twitter, o número de postagens mentirosas sobre a fraude nas eleições caiu de 2,5 milhões para 688 mil<sup>67</sup>.

Esse evento demonstra não apenas o poder da influência nas redes sociais, mas também como o Twitter tem, nos dias de hoje, o status de principal ferramenta de comunicação dos atores políticos. Guerrero-Solé (2013) considera que a plataforma ganhou esse espaço a partir da segunda campanha eleitoral de Barack Obama, em 2012. Em suas pesquisas, durante as eleições catalãs de 2012, percebeu, acompanhando as *hashtags* mais usadas no processo, que o Twitter foi a segunda tela mais usada para comentar debates feitos na TV. No Brasil, o uso das redes sociais em campanhas eleitorais foi liberado somente em 2009, gerando a popularização dessa rede entre os políticos.

O formato *microblogging* (blog em miniatura) foi lançado como uma nova categoria de postagem pelo Facebook em março de 2006. Mas foi com o surgimento do Twitter, no mesmo ano, que o modelo foi consolidado. O usuário poderia postar até 140 caracteres por vez para se comunicar. Após um ano, o crescimento do Twitter fez com que surgisse a *holding* Twitter Inc., tendo entre 4 e 5 milhões de usuários, com um crescimento de até dez mil contas por dia (GOMES *et al.*, 2009).

No segundo trimestre de 2020, o Twitter bateu recorde, alcançando a marca de 186 milhões de usuários. Em relação ao mesmo período do ano anterior, o crescimento foi de 34%<sup>68</sup>. Em novembro de 2017, a plataforma comunicou uma importante mudança, expandindo cada postagem de 140 para 280 caracteres. Em sua justificativa, o Twitter declarou: “Com menos Tweets chegando ao número total de caracteres, as pessoas passam menos tempo editando seus textos, têm mais facilidade para dizer o que querem e podem enviar Tweets mais rápido do que antes”<sup>69</sup>. Havia temor, por parte de alguns usuários, de que a mudança incentivaria a postagem de enormes mensagens, o que descaracterizaria a rede. Mas isso acabou não acontecendo<sup>70</sup>.

A principal diferença do Twitter para redes sociais como Facebook etc. é que sua essência de interação social não está nos contatos pessoais, mas, sim, no conteúdo postado pelos

---

<sup>67</sup> CARVALHO, Caio. Notícias falsas sobre fraude eleitoral caíram 73% no Twitter após Donald Trump ser banido. **Gizmodo Brasil**, UOL, São Paulo, 18 jan. 2021. Disponível em: <<https://gizmodo.uol.com.br/noticias-falsas-fraude-eleitoral-twitter-trump-banido/>>. Acesso em: 12 maio 2021.

<sup>68</sup> DE BLASI, Bruno Gall. Twitter tem aumento recorde em número de usuários no 2º trimestre de 2020. **Tecnoblog**, 23 jul. 2020. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/354247/twitter-tem-aumento-recorde-em-numero-de-usuarios/>>. Acesso em: 12 maio 2021.

<sup>69</sup> TWITTER AUMENTA LIMITE para 280 caracteres. **G1**, São Paulo, 7 nov. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/twitter-aumenta-limite-para-280-caracteres.ghtml>>. Acesso em: 12 maio 2021.

<sup>70</sup> MÜLLER, Léo. 1 ano após novo limite de caracteres no Twitter, tweets ficaram mais curtos. **Tecmundo**, 30 out. 2018. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/135727-1-ano-novo-limite-caracteres-twitter-tweets-curto.htm>>. Acesso em: 12 maio 2021.

usuários. No Facebook, grande parte dos contatos on-line já existia de forma off-line, sendo uma rede predominantemente familiar, de amizade ou contatos de trabalho.

A natureza do Twitter é diferente. A pergunta usada, em seus primórdios, “o que você está fazendo?”, acabou evoluindo para outro significado, “o que você está pensando?”, o que fez com que o fluxo seja de dimensões cognitivas, e que as conexões se formem a partir do interesse gerado pelo que é publicado: “em que sinapses trafeguem em tempo real, ativando tramas complexas de redes neurais digitais que integram impulsos maquínicos a consciências” (SANTAELLA; LEMOS, 2010, p. 67).

Para Rossetto, Carreiro e Almada (2013), o Twitter parece agregar características que fazem com que temas e discussões políticas ganhem maior reverberação. Além disso, muito do que ocorre nessa rede acaba alcançando a divulgação de meios de comunicação e noticiários. Eles ainda citam e destacam os três objetivos, elencados por Parlamee e Bichard (2012), que fazem com que a plataforma seja destaque no cenário político:

(1) trata-se de uma forma de obter informação política rápida e sem filtros; (2) preenche o anseio dos usuários que desejam ser parte do processo político e não só receptores de informação; e (3) é uma ferramenta de negócio para quem trabalha com política ou faz a cobertura de notícias políticas (ROSSETTO; CARREIRO; ALMADA, 2013, p. 191).

Mas todas essas possibilidades de interação no Twitter fazem dele uma via de mão dupla, em que o ator político pode interagir e debater com seus seguidores? As descobertas sugerem que a maioria desses atores usam o *microblogging* principalmente como local de propagação de seus comunicados políticos, sendo a interação algo secundário. Isto é, a ferramenta acaba sendo subaproveitada (ROSSETTO; CARREIRO; ALMADA, 2013).

O uruguaio Matías Ponce (2019) realizou um estudo quantitativo do uso do Twitter em 2017 por parte de 17 presidentes e ex-presidentes latino-americanos. A intenção era compreender como esses políticos faziam uso dessa rede social. As teorias que indicam que as redes digitais são espaços que melhoram a interação entre políticos e cidadãos não se mostram reais na pesquisa de Ponce. Apesar de a maioria dos políticos reforçarem, em seus discursos, essa característica de integração com o cidadão comum, na prática isso não foi visto na maioria dos casos:

Na análise desta amostra fica claro que não é necessariamente isso que ocorre. Na órbita presidencial, o uso do Twitter está hierarquizado como ferramenta de comunicação unidirecional, vinculada ao marketing político do governo e à defesa de ataques de outros atores políticos (campanha negativa) (PONCE, 2019, p. 152).



Na opinião de Ponce, o uso das redes sociais reproduz os paradigmas da comunicação, em que um ator transmite a mensagem em massa, sem que haja interação entre ele e o receptor, mas o pesquisador ressalta que existe uma lacuna sobre o que os políticos compreendem por Twitter, sendo seu estudo apenas um ponto de partida. Cabe apontar aqui que o autor não estudou a interação entre os comentadores dessas páginas e sua possível influência em mudanças ocorrida nos assuntos publicados nesses perfis. Além disso, é interessante ressaltar que, no Twitter de Marina, objeto desta pesquisa, notamos que, assim como Ponce afirma, não há interações entre o perfil da política e seus comentadores.

#### **2.4 Marina Silva e as redes sociais: de um início promissor a alvo de ataques de ódio**

Em 2010, em sua primeira eleição disputando a presidência, Marina Silva conquistou 19.636.359 votos, obtendo o maior percentual (19%) de um terceiro lugar desde as eleições de 1989. A Internet teve papel fundamental nessa conquista, já que, devido a sua legenda partidária na época (PV), Marina tinha pouco tempo de propaganda eleitoral na televisão e no rádio.

Com poucos recursos financeiros, a candidata seguiu o exemplo da campanha presidenciável de Barack Obama, nos EUA, que angariou fundos a partir de estratégias no ambiente digital. Porém, o brasileiro não possui cultura de doação como o norte-americano e tampouco a população no Brasil tem o mesmo acesso à internet que os habitantes daquele país. No ano de 2010, por volta de 37,8% tinha acesso à rede, e, no caso dos Estados Unidos, o número era de 77,3%. Mesmo diante dessa realidade, era a melhor opção de campanha: “Muitas pessoas contribuindo com pouco em lugar de poucas contribuindo com muito”, era o que Marina Silva repetia durante a disputa (COSTA, 2011).

No artigo “O papel da internet na conquista dos votos de Marina Silva”, os dados trazidos por Caio Túlio Costa, que foi o coordenador de mídia digital da campanha de Marina, nos mostram as estratégias que possibilitaram que a candidata, pouco conhecida pela população, e que tinha apenas 83 segundos de propaganda eleitoral, alcançasse os votos obtidos. Lembrando que os principais candidatos, Dilma Rousseff e José Serra, tinham 12 minutos e 9 minutos, respectivamente. Outro fator “prejudicial” é que Marina Silva recusou coligações com outros partidos, pois, segundo ela, não queria se unir a eles apenas para conseguir aumento de tempo de sua propaganda eleitoral. Essas questões trouxeram à sua equipe de internet um grande desafio: era necessário compensar seu tempo mínimo na TV com mais visibilidade na internet, ainda que muitos dos usuários da rede não fossem nem votantes, como as crianças:

Como dar visibilidade total à candidata na internet? Como facilitar o acesso ao seu pensamento político e à sua equipe? Foi a partir desta confluência de necessidades e desafios que se esboçou a estratégia na internet cujos eixos seriam dois: primeiro, o site oficial como uma espécie de “hub”, centro de toda a comunicação; e segundo, a mobilização das redes sociais para a arregimentação de simpatizantes, voluntários e consequente captação de recursos (COSTA, 2011, p. 7-8).

Sua mobilização junto às redes sociais foi estratégica. Na época, o Orkut era a mídia social mais popular entre os brasileiros, e foi decidido que ali o conteúdo seria voltado ao público evangélico. Já no Facebook, o direcionamento seria a dois públicos: o primeiro seria o das mulheres, mais sensíveis ao histórico de vida de Marina, e o segundo seria o mais intelectualizado e desiludido com a política, especialmente com a história petista. Finalmente, o Twitter seria usado para falar com os formadores de opinião. O objetivo central dessa campanha nas redes sociais era tornar cada usuário que interagisse com o conteúdo um multiplicador das informações recebidas. Por isso, foi vital o uso da rede apenas como fins propositivos, com ausência de ataques aos adversários. No final da campanha, de acordo com pesquisa publicada pelo Meio & Mensagem, a marca “Marina Silva” tinha 84% de citações positivas, contra 59% de Serra e 45% de Dilma, o que apontou que, de alguma forma, as estratégias usadas surtiram resultado (COSTA, 2011).

Outro relato relevante trazido por Costa foi o tuitaço com a *hashtag* #euvotomarina, lançado por um jovem de 24 anos, morador do interior de São Paulo. Pedro Pongelupe desafiou a comunidade oficial de Marina Silva no Orkut a entrar massivamente no Twitter manifestando os seus motivos pela escolha da política como presidente. “Tuitaço” nas redes digitais correspondia ao “panelaço” da vida off-line. Um movimento que surgiu de forma espontânea, mas conseguiu ser captado pela equipe de campanha, que incorporou a ação ao site oficial bem como às outras redes de Marina. A coordenação da campanha escolheu uma *lan house* no centro de São Paulo para que a candidata estivesse presente, participando pessoalmente do “tuitaço”. Tratou-se de um exemplo estratégico de iniciativa digital e presencial, já que Marina Silva esteve presente no local às 12h, como combinado previamente, sendo o centro da ação em “carne e osso”. Nesse dia, 20 de julho de 2010, Marina alcançou o número de 100 mil seguidores no Twitter. A estratégia foi repetida outras vezes, até o final de sua campanha. Isto é, ainda que na prática, como já falado anteriormente, os atores políticos usem as redes sociais de forma unilateral (o que também acontece no Twitter de Marina hoje, conforme observamos), esse evento demonstra que é possível uma interação intensa entre o ator político e seus seguidores na rede.

Costa acrescenta que Marina Silva obteve 60% de votos em 100 cidades, e que quase todas elas fazem parte dos 100 municípios com maior audiência digital. Ou seja, para ele, através de uma série de levantamentos e dados, é possível afirmar que, se a eleição fosse na internet, Marina Silva venceria no primeiro turno.

Mas, diferentemente dessa estreia bem-sucedida e positiva, do ponto de vista de dados e números, percebemos que as campanhas seguintes de Marina Silva, em 2014 e 2018, tiveram resultados diferentes, não necessariamente em razão das estratégias utilizadas, mas também devido a contextos distintos.

Em 2014, em terceiro lugar nas eleições, foi feita uma campanha em que a política enfrentou dura oposição. Segundo Marina<sup>71</sup>, a “lógica” das *fake news* foi inaugurada estrategicamente por Dilma Rousseff (PT), através de seu coordenador de campanha, João Santana, com uma campanha de ódio direcionada estrategicamente a ela. Na terceira eleição em que concorreu à Presidência, em 2018, Marina Silva teve uma votação inexpressiva, de 1% dos votos<sup>72</sup>, numa eleição bastante polarizada.

Em estudo recente, Miranda, Santos e Recuero (2020) analisam conversações feitas no Twitter a partir de notícias dos jornais brasileiros sobre duas mulheres presentes nas eleições de 2018, Manuela D’Ávila, como vice de Fernando Haddad (PT), e Marina Silva. As pesquisadoras ressaltaram que nos tuítes coletados a maioria dos ataques às duas vieram de homens, mas mesmo as mulheres se somaram à produção dessa violência simbólica, repetindo discursos que estereotipam e desvalorizam a mulher, com termos pejorativos como “louca” e “burra”.

No artigo “Ela “passa bem”, mas continua feia”: Marina Silva, memes de internet e a questão de gênero”, Kahwage, Leal e Vasconcelos analisam memes produzidos sobre Marina, logo após sua aparição na TV, em que fica evidente a violência sexista.

Como já debatemos em capítulo anterior, a mulher negra sofre violência por ser mulher, especialmente em espaços tipicamente masculinos, mas também por sua cor. Duas opressões que, no caso de Marina, se interligam e se sobrepõem.

As pesquisas do artigo citado analisaram memes postados no Twitter que reproduzem ataques ligados à aparência de Marina Silva durante as eleições de 2018. Ficou evidente, pelos

<sup>71</sup> A LÓGICA DAS FAKE NEWS foi inaugurada a pedido do PT, diz Marina Silva. **Yahoo Notícias**, 29 abr. 2021. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/a-logica-das-fake-news-foi-inaugurada-a-pedido-do-pt-diz-marina-silva-215651567.html>>. Acesso em: 12 maio 2022.

<sup>72</sup> BOLDRINI, Angela; TAVARES, Joelmir. Após naufrágio, Marina Silva encara futuro incerto e terá de reerguer sigla. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 out. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/apos-naufragio-marina-silva-encara-futuro-incerto-e-tera-de-reerguer-sigla.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2022.

resultados, que a maior parte das imagens coletadas tratava da estética da candidata, como a observação sobre seu cabelo ser “feio”, bem como seu peso estar fora dos padrões sociais vigentes, além da comparação feita entre ela e répteis e extraterrestres: “Vale ressaltarmos que isto nos remete tanto ao sentido de padrão estético inadequado (‘feia’) quanto a possíveis associações de cunho racista” (KAHWAGE; LEAL; VASCONCELOS, 2018, s/ p.). Recentemente, no mês de maio de 2022, Marina Silva postou em seus perfis do Facebook e Instagram uma fotografia de seu rosto acompanhada de um texto em que ela diz<sup>73</sup> :

Figura 3 — Postagem de Marina Silva no Instagram



Fonte: Perfil oficial de Marina Silva no Instagram (2022).

<sup>73</sup> Texto postado por ela transcrito aqui: ““Essa foto é muito representativa para mim. Eu vim desse mundo no seringal em que a gente não era visto como belo. Os estereótipos de beleza existem e nós mulheres sabemos muito bem disso, de que existe um padrão para o belo. Nós somos seres singulares, e existe muita beleza na diferença, naquilo que de alguma forma possa parecer estranho para o outro. Eu me lembro quando cheguei no Senado, em 1995. Havia um certo estranhamento e tentativa de folclorizar meu mandato. Uma vez, uma funcionária criticou minhas roupas e indicou uma loja para o meu assessor. Na mesma semana, a jornalista Danuza Leão fez uma linda matéria elogiando meu estilo e dizendo que era a senadora mais elegante do Congresso. Eu me identifico como uma mulher preta. Meu pai era negro com ascendência indígena e minha mãe era filha de português. Tenho orgulho de onde vim e me sinto privilegiada por poder representar tantas outras mulheres e meninas que fogem do padrão.”

Assim, o perfil de Marina parece compreender o peso dos comentários sobre o seu corpo e suas vestimentas, e responde a essas críticas com discurso de valorização de seus estilos de vida e de suas origens, fazendo ainda menção à sua raça. Ela combate o padrão de beleza branco, defendendo ainda a importância da representatividade negra na esfera pública, mas o faz de modo não enfático, sem adentrar fortemente numa crítica ao racismo estrutural .

Em capítulo do livro “Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos” , Trindade (2020) fala sobre o racismo “à brasileira”, ou seja, a falsa ideia de que preconceito de cor não existe no Brasil, por conta da miscigenação da população, e menciona o papel dos discursos de beleza dos anos 1920, em que era propagada uma imagem idealizada da mulher, que contribuiu na construção do imaginário coletivo brasileiro:

É emblemático observar, por exemplo, a nota oficial divulgada pelos organizadores do concurso de 1930 no Rio de Janeiro, vencido pela jovem Yolanda Pereira, então com 19 anos. Foi dito que “ela era brasileira na sua mais alta e justa personificação. Seu morenio mate é a cor que deve ter toda patricia para ser bem brasileira. Ela é o símbolo de nossa raça” (Lever, 1930, p. 3; Souza, 1930, capa). E cabe ressaltar também que o ‘morenio’ mencionado na nota não se refere à tez da jovem já que ela era branca, mas sim “no negrume encaracolado dos seus travessos cabelos” (TRINDADE, 2020, p. 28 e 29).

Isto é, foi construída em nosso país uma ideia de modernidade ligada à beleza “morena”, mas que, na verdade, era vinculada aos modelos estéticos da mulher branca. Nos padrões de beleza vigentes ainda hoje, a mulher negra não existe. O que há é a sua associação a um símbolo e objeto sexual (GONZALEZ, 2020, p. 79 e 80). Na vida real, “as mulheres negras na sua grande maioria continuam a padecer de preconceito e discriminação no mercado de trabalho, bem como, pelos usuários de seus serviços” (ATAÍDE, 2019, p. 49).

Essas desigualdades que se perpetuam através das redes sociais, que nos colocam em risco de “perder a capacidade de se indignar perante desigualdades raciais, já que os discursos de cunho racistas se tornam amplamente difundidos, naturalizados e reforçados” (TRINDADE, 2020, p. 36).

Trindade ainda fala de uma análise de frequência de discurso de ódio, feita em 506 edições, em publicações nacionais e estrangeiras (Carta Capital, The Guardian, The Week, Time Magazine e Veja). Entre 1993 e 2018, o termo foi citado 632 vezes, mas apenas em 2012 ele passou a ser relevante nas publicações — no mesmo ano, coincidência ou não, em que o Facebook atingiu o número de 1 bilhão de usuários ativos mensais (TRINDADE, 2020, p. 26). Sobre esse apontamento, o autor sugere que essa descoberta seria um tipo de “nova ordem mundial” (que afeta fortemente os negros).

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e a Comissão Europeia contra Racismo e Intolerância tem manifestado preocupação sobre o crescimento do discurso de ódio no ambiente digital, para que esse discurso não se banalize ao ponto de ser naturalizado:

Já no contexto brasileiro, diversos dados revelam que uma das categorias de discurso de ódio que mais tem crescido ao longo dos últimos anos consiste em discursos de cunho racistas contra pessoas negras. O número de casos reportados de racismo no Facebook cresceu de 2.038 em 2011 para 11.090 em 2014 (Safernet, 2015). Entre abril e junho de 2016, Pereira et al (2016) conduziram um mapeamento no Facebook e Twitter que foi capaz de identificar 32.376 menções de cunho racistas, sendo que 97,6% delas eram direcionadas a indivíduos negros. (TRINDADE, 2020, p. 27).

Seria ainda possível relacionarmos discursos de ódio como esses, envolvendo a negritude, a algo lucrativo economicamente? Para Bruno, Bentes e Faltay (2019), “o extensivo e ininterrupto monitoramento de nossas ações online integram as engrenagens de um investimento econômico que direciona imensos volumes de dados para aplicação de estratégias de modificação do comportamento humano” (BRUNO; BENTES; FALTAY, 2019, p. 1). Isto é, o poder sobre o comportamento humano é o dinheiro. Sobre o capitalismo de vigilância e as redes sociais, os autores comentam que Zuboff avisa que a experiência humana é matéria-prima fácil e acessível no capitalismo de vigilância, que gera informação sobre nós e controla, além de querer robotizar nosso comportamento:

Não à toa, o denunciante Chris Wylie<sup>74</sup>, em sua declaração ao The Guardian (CADWALLADR, 2018), referiu-se diversas vezes ao caso da Cambridge Analytica e Facebook como um “experimento” em que se tratava de elaborar “armas psicológicas” para uma “guerra cultural cujo campo de batalha seria a internet (as mídias sociais) e o alvo, cada um de nós” (CADWALLADR, 2018, s /p. *apud* BRUNO, 2019, p. 15).

Jonathan Crary (2016) vai ainda mais a fundo, colocando o sono como o último entrave natural para a o crescimento capitalista. A privação do sono, para ele, tem a ver com o maior tempo de desempenho humano, gerando, assim, mais capital, somado ao fato de que: “Sem o espaço ou o tempo de privacidade, longe da ‘luz implacável e crua da constante presença de outros no mundo público’, não se pode alimentar a singularidade do eu, um eu capaz de fazer uma contribuição substancial para os debates a respeito do bem comum” (CRARY, 2016, p.

---

<sup>74</sup> No dia 17 de março de 2018, um escândalo veio à tona através de Chris Wyle, um ex-funcionário da Cambridge Analytica. Ele informou a imprensa de que sua ex-empresa obteve o acesso ilegal de dados de 50 milhões de perfis do Facebook. Trump teria usado esse acesso a favor de sua campanha eleitoral para presidência dos EUA. ALVES, Paulo. Facebook e Cambridge Analytica: sete fatos que você precisa saber. **Techtudo**, 24 mar. 2018. Disponível em <<https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/03/facebook-e-cambridge-analytica-sete-fatos-que-voce-precisa-saber.ghtml>>. Acesso em: 16 maio 2021.

31). Isto é, a privação do sono sendo capitalizada, levando o sujeito até o extremo de suas forças e atenção. O discurso de ódio encontra espaço numa mente e corpo já impossibilitados de reação, mas, sim, sendo usados como máquinas no controle automático dessa reprodução de ataques.

O que Crary fala, vai, de certa forma, ao encontro do texto “Sociedade do cansaço” (HAN, 2017), em que o autor revela que uma das características de nosso tempo é uma overdose de positividade que se manifesta também como overdose de estímulos, impulsos e informações:

Os desempenhos culturais da humanidade, dos quais faz parte também a filosofia, devem-se a uma atenção profunda, contemplativa. A cultura pressupõe um ambiente onde seja possível uma atenção profunda. Essa atenção profunda é cada vez mais deslocada por uma forma de atenção bem distinta, a hiperatenção (hyperattention). Essa atenção dispersa se caracteriza por uma rápida mudança de foco entre diversas atividades, fontes informativas e processos (HAN, 2017, p. 33).

Nota-se que temos um cenário já bem delineado, exposto em vários trechos deste capítulo, em que trabalham algoritmos que promovem um ambiente de falta de alteridade, uma atenção que nunca cessa, sempre juntando os iguais, bem como promovendo ambientes que facilitam os discursos de ódio. E, como também já observamos, esses ambientes virtuais, na presença de confrontos de ideias, promovem mais agressões do que diálogos.

Em 1974, a artista Marina Abramović realizou um trabalho chamado *Rythim 0*<sup>75</sup>. A obra performática teve a duração de 6 horas. Nela, Abramović ficava parada e a plateia era convidada a interagir com seu corpo do modo que quisesse, podendo utilizar-se de 72 objetos disponíveis em uma mesa, que variavam de rosa e pena a uma faca e uma arma carregada. Inicialmente, a plateia tímida interagiu suavemente, mas, depois de um tempo, ela começou a sofrer abusos — sexuais, inclusive. Com ela imóvel, as pessoas foram capazes de torturá-la das mais diversas formas. Ao final, bastante machucada e quase nua, se moveu. As pessoas ao seu redor fugiram de sua presença. Abramović concluiu que sua obra denunciou algo terrível sobre a humanidade: o quão rápido podemos machucar alguém diante de circunstâncias favoráveis. Com oportunidade, pessoas “normais” podem se tornar violentas. Trazemos essa experiência de décadas atrás como um paralelo do ambiente favorável à violência que se tornou o mundo digital, em que uma pessoa aparentemente sem tais tendências pode atacar e violentar outras de diversas maneiras.

---

<sup>75</sup> MARINA ABRAMOVIC ON RHYTHM 0 (1974). **Marina Abramovic Institute**, 5 out. 2020. Disponível em: <<https://vimeo.com/71952791>>. Acesso em: 17 maio 2022.

No pequeno texto escrito pelo rapper Emicida para o livro *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiáspóricos*, organizado por Tarcízio Silva (2020, p. 7), ele diz:

Oras, se a essência das redes sociais é a conectividade, está para nascer uma que cumpra seu papel com mais eficácia do que um tambor. Sentar-se em círculos, ouvir histórias (principalmente) dos que vieram antes e extrair os melhores sentimentos dos participantes, ressaltando como a escuta é valiosa, me parece estar anos-luz à frente do mais promissor sonho de funcionalidades facebookianas de Mark Zuckerberg. É importante admirar o admirável e para tal, é fundamental que nossas lentes estejam limpas e não sabotem essa característica tão poderosa da capacidade humana. Culturas são lentes, é por elas que percebemos o mundo (EMICIDA, 2020, p. 7).

Em nossa opinião, entender o percurso de Marina Silva nas redes sociais, e as relações que seus interlocutores travam com ela, nos ajuda a jogar luz no processo exposto neste capítulo, que revela o potencial das tecnologias digitais e das redes sociais para o aumento da participação cidadã no jogo político e, ao mesmo tempo, a instrumentalização dessas mesmas plataformas para a violência simbólica e para a disputa de poder que fere o arcabouço democrático e o diálogo social.

Desse modo, esperamos contribuir, também, na reflexão necessária que a sociedade deve fazer sobre a circulação de informação nas redes sociais, suas regulamentações e sobre o modo de como a utilizamos, de forma a combater, sobretudo, o racismo e a misoginia, que se relevam nos perfis de Marina, como a literatura já indica e como veremos em detalhes a seguir.



### CAPÍTULO 3: “DESUMANIZADA”, “SUMIDA”: ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS NAS REDES SOCIAIS DE MARINA SILVA

Como apresentado inicialmente, este estudo investigou mensagens de internautas feitas em postagens de Marina Silva no Twitter, divulgadas durante o ano de 2020, no atual período de sua atuação política, de oposição ao governo de Jair Bolsonaro. Lembramos que, para a seleção dessas postagens de Marina, usamos o recurso de busca avançada do Twitter. Em algumas das pesquisas incluímos o termo “Bolsonaro”, por observarmos que postagens direcionadas a ele geram frequentemente grande número de comentários e reações, além de compartilhamentos. No restante das buscas, usamos outra estratégia: definimos que os resultados mostrassem somente postagens que tivessem no mínimo 300 comentários. Nesse processo, selecionamos 4 mensagens publicadas no perfil de Marina no primeiro semestre de 2020 e uma no segundo semestre de 2020, buscando conteúdos que tratassem de diferentes assuntos. Em comum, todas as postagens selecionadas fazem oposição ao governo do atual presidente, mesmo que seu nome não apareça. Também conforme indicado na introdução, selecionamos 5 postagens de um mesmo ano, 2020, porque tentamos mapear um determinado recorte temporal, marcado por um contexto bem definido. Ou seja, não queríamos que algumas alterações no contexto social pudessem interferir no processo observado na pesquisa. Seria essencial que a conjuntura fosse a mesma ou muito parecida, pois compreendemos que para os fins de análise, não seria interessante que a percepção de Marina, através do olhar do público, fosse alterada ou impactada por mudanças bruscas advindas do agravamento da pandemia.

As cinco coletas de comentários<sup>76</sup> foram feitas no decorrer dos anos de 2020 a 2022, período em que esta investigação foi desenvolvida. Foram coletados o total de 964 mensagens; destas, 31 foram desconsideradas, por serem incompreensíveis. Assim, nossa amostra somou 935 comentários analisados, com conteúdo tanto textual quanto imagético (memes e *gifs*).

As duas primeiras coletas foram feitas com o objetivo de fazer análises prévias dos comentários, a fim de detectar pontos a serem mantidos ou aperfeiçoados no processo metodológico. A primeira, que reuniu os comentários da postagem de maio de 2020, feita logo após a publicação do texto no perfil de Marina, já no início dessa pesquisa, foi essencial para apontar caminhos essenciais para o estudo. A segunda coleta, que reuniu os comentários da postagem de junho de 2020, foi feita em maio de 2021 e também foi importante para confirmar

---

<sup>76</sup> Os arquivos com as coletas estão disponíveis neste link [https://www.dropbox.com/sh/ys8uhc7iplqsgng/AABwSVv13tgdudj\\_2\\_fDYWrtYa?dl=0](https://www.dropbox.com/sh/ys8uhc7iplqsgng/AABwSVv13tgdudj_2_fDYWrtYa?dl=0).

aquilo que a primeira coleta apontava. As demais foram realizadas no segundo semestre de 2022, depois do nosso período de licença-maternidade.

Uma ênfase necessária a ser feita é que esse estudo não se propõe a analisar características dos comentaristas que se manifestam no perfil de Marina. Teríamos dificuldade em conseguir os dados relevantes de cada perfil, que nem sempre é claro e completo, especialmente no Twitter — rede que tem natureza diferente do Facebook, por exemplo, que traz mais campos descritivos. Além disso, sabemos que várias das mensagens podem ter sido elaboradas por “bots” (robôs), que são softwares que executam ações automatizadas, e que podem até mimetizar o comportamento humano” (SORJ *et al.*, 2018, p. 51); ainda assim, cremos que não sejam a maioria desses interlocutores<sup>77</sup>. De todo modo, o que de fato nos interessa aqui é o resultado do debate feito através do conteúdo dos comentários.

É importante ressaltar, ainda, o contexto em que nos encontramos e que envolve o período em que as coletas foram feitas. No dia 11 de março de 2020, a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou que havia (e ainda há) uma pandemia em curso: o diretor do órgão, Tedros Ghebreyesus, comunicou que o número de casos de Covid-19 havia aumentado 13 vezes fora da China, o país de origem da doença. O vírus já estava presente em 114 nações<sup>78</sup>. A partir desse dia, governos do mundo todo começam a tomar medidas preventivas e a trabalhar em mecanismos de alertas e planos de contenção para que a contaminação pelo vírus fosse desacelerada. Diferentes normas e propostas começaram a dividir a opinião pública mundial. Como preservar vidas e preservar a economia? Medidas nacionais, através do Ministério da Saúde, começaram a ser coordenadas, juntamente com as normas vindas dos governos estaduais. No entanto, se inicia aí um caminho de divergências relacionadas ao enfrentamento do Coronavírus entre o presidente Jair Bolsonaro e a maioria dos governadores de Estado. A crise ideológica e política já existente se torna ainda mais aprofundada. Agora, no mês de maio de 2022, já contabilizamos mais de 665 mil vidas perdidas pelo Sars-CoV-2.

Mesmo com a queda drástica do número de mortos depois da chegada das vacinas, o fim da pandemia não foi declarado até este momento. Mesmo sob muita desaprovação por conta de suas políticas consideradas omissas e criminosas, além de falas que propagam desinformação e negacionismo, Bolsonaro dá sinais de recuperação de sua imagem neste ano de eleição. Diante deste cenário, Marina Silva segue com críticas contundentes direcionadas ao presidente, através

---

<sup>77</sup> Não foi constatada a presença de textos repetidos por perfis diferentes, além de haver vários erros ortográficos e de digitação. Por esse motivo, podemos afirmar que não são a maioria entre os interlocutores.

<sup>78</sup> OMS DECRETA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS. Saiba o que isso significa. **Veja Saúde**, Editora Abril, São Paulo, 11 mar. 2020. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/medicina/oms-decreta-pandemia-do-novo-coronavirus-saiba-o-que-isso-significa/>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

de entrevistas e de suas redes sociais. Esse contexto polarizado permeia todo o período das postagens coletadas, bem como a duração desse estudo.

### 3.1 Resultados alcançados

#### 3.1.1 Primeira coleta

A primeira postagem escolhida foi feita no dia 22 de maio de 2020 (Figura 4). Às 20h53, a ex-senadora Marina Silva publicou a seguinte mensagem, através de sua conta no Twitter: “Esperamos que Ministério Público federal, STF e Congresso tomem medidas imediatas para o afastamento do ministro Ricardo Salles. Ao tramar dolosamente contra a própria pasta, demonstra agir com desvio de finalidade” — acompanhada de um *link* para o site Observatório do Clima, em que foi colhida a citação postada por ela.

Nesse mesmo dia, o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, havia acabado de liberar a divulgação do vídeo da reunião ministerial feita no dia 22 de abril de 2020<sup>79</sup>. A gravação foi praticamente exibida em sua totalidade por diversos veículos de comunicação, causando grande reação pública por parte de diferentes instituições, personalidades do meio político e artístico e do cidadão comum. A fala do ministro do Meio Ambiente, a que Marina faz referência em sua postagem, defende “passar a boiada” e “mudar regras”, aproveitando o momento em que os meios de comunicação têm sua atenção voltada para o Covid-19<sup>80</sup>.

---

<sup>79</sup> A reunião foi citada como indício, pelo ex-ministro da Justiça Sérgio Moro, de que o presidente Jair Bolsonaro pretendia interferir na autonomia da Polícia Federal.

<sup>80</sup> RICARDO SALLES NA REUNIÃO: com imprensa focada na covid-19, é hora de 'ir passando a boiada'. 2020. 1 vídeo (3 min 13 seg). Publicado pelo canal BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BWDemNNMbeU>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

Figura 4 — Postagem de Marina em 22 de maio de 2020



Fonte: Marina Silva (2020).

A coleta de mensagens, referente a esse primeiro *post* analisado de Marina, foi feita manualmente no dia 26 de maio de 2020. A postagem<sup>81</sup> contabilizava nesse dia 726 compartilhamentos, 4,6 mil curtidas e 324 comentários. Conforme exposto em nossa metodologia, foram desconsiderados os comentários direcionados a terceiros, isto é, que não estavam nominados diretamente a ela, além das mensagens consideradas incompreensíveis, restando o total de 204 comentários para serem analisados.

### 3.1.2 Segunda coleta

No conteúdo da segunda postagem escolhida para o mesmo processo de análise, Marina Silva fala sobre uma ação apresentada por seu partido, Rede, junto ao TSE, em que pede a cassação da chapa de Jair Bolsonaro por envolvimento com hackers que modificaram o título do grupo “Mulheres Unidas contra Bolsonaro”, no Facebook, para “Mulheres com Bolsonaro #17”. A ação da Rede, também feita pelo PSOL, alega que o episódio deu ao presidente Bolsonaro vantagem obtida de forma ilícita na época das eleições por manipulação de dados e que o presidente teria pelo menos a ciência do ocorrido, pois postou em seu perfil no Twitter a

<sup>81</sup> SILVA, Marina. **Esperamos que Ministério Público federal, STF e Congresso tomem medidas imediatas para o afastamento do ministro Ricardo Salles** [...]. 22 maio 2020. Twitter: @MarinaSilva. Disponível em: <<https://twitter.com/MarinaSilva/status/1263981219412414464?s=20>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

mensagem, “Obrigado pela consideração, mulheres de todo o Brasil”, acompanhada da imagem da página já modificada com novo nome<sup>82</sup>.

A postagem<sup>83</sup> foi feita no dia 8 de junho de 2020 (Figura 5). Marina sequencia o *post* com mais três tuítes. Ao descartarmos comentários dirigidos a terceiros e não diretamente a ela, restou-nos uma coleta de 180 comentários, que foi feita no dia 9 de março de 2021. Desses, 7 foram anulados por serem considerados incompreensíveis, somando, então, 173 comentários. Ressaltamos ainda aqui que a diferença entre os 775 comentários postados e os 173 analisados se deu pelo fato de que, por alguma razão ainda desconhecida, o Twitter limitou a exibição de todos os comentários, conforme demonstramos na introdução deste relatório. Porém, foram capturados todos aqueles que a barra de carregamento nos apresentou.

Figura 5 — Postagem de Marina em 8 de junho de 2020



Fonte: Marina Silva (2020).

### 3.1.3 Terceira coleta

No dia 25 de fevereiro de 2020, foi divulgado um vídeo em que o presidente Bolsonaro convoca seus apoiadores para uma manifestação contra o Congresso e contra o STF, agravando ainda mais a crise política existente em seu governo<sup>84</sup>. Marina Silva, bem como outros políticos importantes, manifestou seu posicionamento no dia seguinte. Essa publicação<sup>85</sup>, divulgada em 26 de fevereiro de 2020, foi selecionada para mais uma coleta.

<sup>82</sup> PERON, Isadora. TSE julga ações que pedem cassação de presidnete. **Valor Econômico**, São Paulo, v. 21, n. 5015, p. A12, 4 jun. 2020. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573427/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 maio 2022.

<sup>83</sup> A postagem, segundo os dados disponibilizados no dia, tinha 775 comentários, 399 reproduções e 2 mil curtidas. SILVA, Marina. **A ação que apresentamos ao TSE denuncia a ocorrência de ilícito eleitoral** [...]. 8 jun. 2020. Twitter: @MarinaSilva. Disponível em: <<https://twitter.com/MarinaSilva/status/1270078306554085377>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

<sup>84</sup> BOLSONARO COMPARTILHA VÍDEO sobre ato contra Congresso e políticos reagem. **Exame**, São Paulo, 26 fev. 2020. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/oposicao-reage-a-video-em-que-bolsonaro-convoca-para-ato/>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

<sup>85</sup> SILVA, Marina. **Ao divulgar pelo seu WhatsApp uma convocação nitidamente golpista** [...]. 26 fev. 2020. Twitter: @MarinaSilva. Disponível em: <<https://twitter.com/MarinaSilva/status/1232647408913461249>>. Acesso em: 11 set. 2021.

Essa postagem conta com 4,8 mil respostas, 2,3 mil compartilhamentos e 15,5 mil curtidas. Ainda que tenha tido grande engajamento, mais uma vez coletamos apenas os 188 comentários direcionados diretamente a ela disponibilizados pela barra de carregamento da rede social. Desses, 5 foram considerados incompreensíveis, sendo analisados 183 comentários.

Figura 6 — Postagem de Marina em 26 de fevereiro de 2020



Fonte: Marina Silva (2020).

### 3.1.4 Quarta coleta

Nesse *post*<sup>86</sup> selecionado para nossa quarta coleta, Marina Silva, no dia 25 de março de 2020, publica uma mensagem escrita seguida de um vídeo de 2 minutos e 23 segundos, em que manifesta sua indignação pelo pronunciamento oficial do presidente Bolsonaro, feito em cadeia nacional<sup>87</sup>. A mensagem do vídeo, de pouco mais de 2 minutos, foi transcrita abaixo:

Amigos e amigas, irmãos e irmãs, brasileiros e brasileiras. Este talvez seja um dos piores momentos que a humanidade já atravessou. Nesse instante temos em todo mundo, cerca de 3 bilhões de seres humanos que se encontram em isolamento social, seguindo as orientações da OMS e das autoridades médicas e sanitárias de seus países, em função do novo coronavírus. Na contramão de tudo isso, ontem em cadeia nacional, o presidente Jair Bolsonaro deixou a todos os brasileiros e brasileiras estarecidos, quando desautorizou seu ministro da saúde, como médico que é, que vinha orientando adequadamente o Brasil neste momento de tamanha dificuldade. Como se não bastasse, quando disse que, como atleta que é, se pegasse essa doença seria apenas uma “gripezinha”, desrespeitou, tripudiou de todos aqueles que já perderam familiares e entes queridos, que tem pessoas que tem ligados a si que estão infectadas, e principalmente dos médicos e médicas, enfermeiros e enfermeiras, que estão arriscando suas vidas para poder cuidar da nossa saúde. O presidente não é super-herói, ele é presidente da república e tem que aprender a se comportar como tal. E se não tem autoridade técnica para falar de saúde deveria fazer aquilo que qualquer líder com alguma autoridade ética estaria fazendo: tratando e diminuir o sofrimento do povo brasileiro. Nesse momento várias lideranças políticas e sociais estão discutindo a criação de um programa de renda básica para socorrer aqueles que estão

<sup>86</sup> Disponível em: < <https://twitter.com/MarinaSilva/status/124290121010712167> >. Acesso em: 19 jul. 2021.

<sup>87</sup> GRIPEZINHA: leia a íntegra do pronunciamento de Bolsonaro sobre covid-19. **UOL**, São Paulo, 24 mar. 2020. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm> >. Acesso em: 24 mar. 2022.

perdendo seus empregos, suas ocupações. Serão cerca de 100 milhões de brasileiros em situação de completa vulnerabilidade. E o ministro da saúde terá que fazer uma escolha: continuar honrando seu diploma de médico ou ceder às chantagens do presidente Jair Bolsonaro com suas ideias irresponsáveis, autoritárias e suicidas para com a saúde de todos os brasileiros.

Ele, Jair Bolsonaro, precisa ser colocado em seu devido lugar: em isolamento político, para parar de infectar o Brasil (SILVA M., 2020).

Essa postagem obteve 4,8 mil comentários; 3,2 mil compartilhamentos e 15,6 mil curtidas. Todos os 196 comentários respondidos diretamente a ela, disponibilizados pela plataforma, foram coletados. Desses, 8 foram considerados incompreensíveis, sendo analisados 189 comentários.

Figura 7 — Postagem de Marina em 25 de maio de 2020



Fonte: Marina Silva (2020).

### 3.1.5 Quinta coleta

A quinta e última postagem separada para coleta foi postada no dia 3 de novembro de 2020<sup>88</sup>. Nesse momento, uma disputa acirrada entre John Biden e Donald Trump acontecia nos EUA. Bolsonaro sempre foi um entusiasta do então presidente norte-americano, compartilhando seus posicionamentos mais extremistas e conservadores. Nesse contexto,

<sup>88</sup> SILVA, Marina. **O mundo acompanha apreensivo as eleições presidenciais nos EUA** [...]. 3 nov. 2020. Twitter: @MarinaSilva. Disponível em: <<https://twitter.com/MarinaSilva/status/1323674090687836161>>. Acesso em: 23 jan 2022.

Marina Silva publica em suas redes sociais seu temor pela ameaça à democracia incitada por Trump.

Especificamente nessa postagem, importa ressaltar que todos os comentários que manifestam apoio ao presidente estadunidense foram considerados em nossa classificação, como apoio ao presidente Bolsonaro, por expressarem os mesmos valores nesse contexto. Essa ideia ficará mais clara logo mais, na tabela de categorização de todos os comentários analisados.

O engajamento obtido nessa postagem foi de 1,3 mil comentários, 208 compartilhamentos e 2,9 mil curtidas. A coleta de 191 comentários foi feita, como sempre considerando apenas os comentários dirigidos diretamente a ela, e disponibilizados pela plataforma. Destes, 4 foram considerados incompreensíveis, sendo analisados 187 comentários.

Figura 8 — Postagem de Marina em 3 de novembro de 2020



Fonte: Marina Silva (2020).

### 3.2 Categorizações

Como dito inicialmente, categorizamos os comentários com temas e subtemas que foram se destacando com mais frequência durante o contato com o material recolhido, seguindo uma das vertentes da análise de conteúdo, chamada de “categorial” (BARDIN, 1977). Apresentamos na Tabela 5 os principais pontos de destaque das mensagens. Na grande parte dos comentários analisados, diferentes tipos de ataques estão presentes juntos. Ou seja, numa mesma mensagem, normalmente encontramos várias categorias, sobretudo aquelas que são contrárias à Marina. Os comentários foram classificados da seguinte maneira:

Tabela 5 — Comentários nas postagens de Marina Silva

Categorias	Descrição do conteúdo	Quantidade
------------	-----------------------	------------



Desaparecimento	Comentários que insinuam um sumiço da parte de Marina Silva ou um aparecimento apenas em ocasiões desfavoráveis aos seus “inimigos” políticos (quem aparece é porque estava supostamente sumido) e, do mesmo modo, comentários em que o interlocutor sugere que ela volte a um estado de desaparecimento, ou desejo do interlocutor para que ela se recolha a um local de apagamento, esquecimento ou de insignificância.	354
Aparência	Comentários que continham substantivos e adjetivos, que sugerem, direta ou indiretamente, ligação com sua aparência, sendo as palavras “tartaruga”, “dinossauro”, as mais presentes, seguidas de “ET” (ser extraterrestre), “múmia” e outros. Há muitas menções feitas por representações gráficas ( <i>emojis e gifs</i> ). Essa categoria foi subdividida em 5 categorias e está descrita na tabela 6.	269
Defesa de Bolsonaro	Comentários de apoio ao presidente Jair Bolsonaro e/ou aos seu time de governo (e, especificamente na coleta de número 5, apoio ao presidente Trump, citado por Marina, que tem simetria política com Bolsonaro) e que implicitamente são desfavoráveis à Marina.	256
Caráter e Xingamento	Comentários contendo ofensas ou ironias relacionadas ao caráter ou à sanidade de Marina, como “patética”, “mentirosa”, ou até mesmo sugestões de que ela não é honesta com seus credos religiosos. Nessa categoria também se encontram comentários contendo xingamentos.	222
Atuação e ligações políticas	Comentários contendo palavras ligadas historicamente a questões políticas e ofensas direcionadas à sua gestão ou papel político, como “comunista”, “corrupta” e “incompetente”. Aqui também se encontram muitas <i>fake news</i> e algumas “teorias conspiratórias” surgidas dessas notícias. Há raras falas de discordância sem o uso de agressões.	128
Concordância	Comentários de apoio ao que foi postado por Marina e comentários que contêm mensagens de oposição e desaprovação à Bolsonaro.	115
Despeito político	Comentários que colocam Marina na posição de inveja ou ressentimento por ter perdido todas as eleições presidenciais, especialmente chacotas ligadas ao seu desempenho nas eleições de 2018.	59
Regionalidade	Referências pejorativas, preconceituosas relacionadas à região Norte do Brasil, além de racismo com os indígenas. O Norte é o local de origem de Marina Silva, além de abrigar a floresta Amazônica. O meio ambiente é uma das principais bandeiras defendidas por Marina.	39
Veracidade	Questionam a veracidade ou tratam como mentira o conteúdo postado por ela.	35
<b>Total</b>		<b>1.477</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Abaixo, subdividimos a categoria “aparência”, por conta da variedade de comentários presentes e para que fiquem mais claros os diferentes tipos de ataque (Tabela 6). Nessa categorização se torna evidente a desumanização de Marina por parte dos comentaristas, que fazem constantes ligações de sua imagem com a de animais e até extraterrestes. Em Outros, reunimos ataques diversos, que vão desde “velha” e “corpo seco”, e que por isso não podem ser reunidos numa mesma categoria.

Tabela 6 — Categoria "Aparência" e subdivisões

<b>Descrição do conteúdo</b>	<b>Quantidade</b>
“Tartaruga”, “Dinossauro” ou outro réptil	91
“Múmia”, “Zumbi”	66
Outros	55
“ET” (extraterrestre)	39
Místicas relacionadas ao mal como “oferenda”, “despacho”, “assombração”	17
“Criatura da floresta”, “Curupira”	7
<b>Total</b>	<b>275</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Alguns comentários serão destacados para demonstrar alguns pontos dessa análise classificatória. Começaremos com exemplos que sugerem o sumiço da parte de Marina Silva. Termos como “volte a hibernar”, “volte para a tumba” (ou algum outro lugar), “sai”, “vá dormir” e tantos outros permeiam todo o material selecionado. Essa é a ideia que mais se faz presente em todas as coletas.

É interessante notar a evidência dessa ideia do sumiço, e a invisibilidade que parece estar imposta a ela. Isto é, essa narrativa de “desaparecimento” e seu surgimento quando “lhe convém” se mantém viva nos interlocutores, nas diferentes postagens, não importando necessariamente o conteúdo do que foi publicado por Marina.

No entanto, é importante destacar que ela foi candidata nas últimas três eleições, tem concedido entrevistas constantes a diversos meios, e, o ponto mais importante, ainda que sua presença nos principais veículos de comunicação não fosse constante ou inexpressiva, em sua rede social, ela tem frequência de postagens diária. Outro ponto é que Marina Silva é fundadora

de seu atual partido, Rede Sustentabilidade, que tem ações políticas recorrentes no cenário político atual. Ou seja, quem a acusa de sumiço não aparenta ser seu seguidor nas redes sociais, bem como não confere a atividade de seu perfil. Ou, então, aponta seu desaparecimento a despeito disso, em uma estratégia que parece querer provar uma suposta desonestidade.

Temos abaixo 10 exemplos que sugerem o sumiço da parte de Marina ou uma ideia de que ela pertence, ou desejo de que pertença, por parte do interlocutor, a um local irrelevante ou insignificante; de indiferença, de distância; ou até de desprezo e sofrimento, como “fundo do mar”; ou um local de morte, como “tumba”. E, é claro, em várias expressões, o modo verbal imperativo se sobressai. Em um dos exemplos, “tá resmungando o que?”<sup>89</sup>, está claro que o interlocutor não acha que ela fala, mas, sim, “resmungo”, expressão bastante usada quando alguém não consegue se expressar perfeitamente através da fala, ou também usada no sentido de reclamação. Esse comentário foi classificado como “Desaparecimento” exatamente por reduzir um discurso articulado e claro de Marina, independente da opinião sobre ele, a um “resmungo”, “queixa” ou “palavras balbuciadas” que ela supostamente nem deveria estar fazendo. Nessa categoria, são vistas constantemente marcações que demonstram esse desejo e indicam esse apagamento pelo sujeito comentador (lembrando que essas postagens podem ter sido classificadas em mais de uma categoria).

Ainda falta 3 anos para vc dar o ar da graça. Para só aparece de 4 em 4 anos fica quieta. (Classificação “Desaparecimento”, 22 maio 2020).

Silêncio. Só pode falar em 2022, lembra? (Classificação “Desaparecimento”, 22 maio 2020).

Sai Dinossauro (Classificação “Desaparecimento” e “Aparência”, 22 maio 2020).

O dinossauro ressurgiu do Acre. (Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, “Regionalidade”, 8 de junho 2020).

Vai arrumar uma lavada de roupa ET (Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, , 8 de junho de 2020).

Volta pra tumba múmia (Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, 8 de junho de 2020).

Volta para o mar, OFERENNNNDA!!!! (Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, comentário 84, 26 de fevereiro de 2020).

---

<sup>89</sup> A grafia original de todas as publicações coletadas foram mantidas.

Figura 9 — Meme postado com mensagem



Fonte: Reprodução/Twitter (2020).

(Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, “Atuação e ligações políticas”, “Apoio política”, “Defesa de Bolsonaro”, “Caráter e Xingamento” 26 de fevereiro de 2020).

Vá se lascrar cupim da floresta. Já em campanha? (Classificação “Desaparecimento”, “Caráter e Xingamento”, “Regionalidade”, 26 de março de 2020).

Ta resmungando o que? (Classificação “Desaparecimento”, 3 de novembro de 2020).

Volta pra floresta por favor, volte só em 2022. (Classificação “Desaparecimento”, “Regionalidade” 3 de novembro de 2020).

Os próximos comentários têm em comum ataques ligados à aparência da ex-ministra. Há muitos adjetivos que atacam sua feição, seu corpo. E, por conta de muitos deles serem demasiadamente repetidos, foram também contabilizados separadamente (ver tabela), para que os números mostrem o peso que cada um deles tem. Os termos “tartaruga”, “dinossauro”, “E.T.” e “múmia”, por exemplo, percorrem toda a nossa amostragem, sendo muito usados pelos comentaristas. Há também muito conteúdo imagético nas mensagens, bem como representações gráficas (*emojis*) de tartarugas e dinossauros, que reforçam o teor do texto, além de memes e representações grotescas de Marina Silva. Alguns deles associam a política a alguns répteis, como “tartaruga” e “dinossauro”. Aqui, entendemos que é comum esses seres serem descritos como animais repugnantes (assim como anfíbios e alguns insetos) e, mesmo quando

inofensivos, causam pavor e aflição em muitas pessoas, e é nesse sentido desdenhoso que são aplicados. “Múmia”, “E.T.” e tantos outros são usados da mesma forma.

Da mesma forma, encontramos algumas menções que se referem a ela como “Curupira”, personagem do folclore brasileiro que protege as florestas e os animais, mas, nos casos vistos, a referência é pejorativa, assim como outros termos vistos nessa categoria. Há comentários carregados de violência que utilizam vários adjetivos para qualificar sua aparência, como “monstra” e “corpo seco”, e ainda a chamam de “velha” e “feia” — e que nem mencionam o assunto postado por Marina. Em um dos comentários abaixo, o interlocutor a chama de “mulherzinha sem produção”, e deixa claro que para ele uma tem de seguir os termos dos padrões vigentes; caso contrário, é uma “mulherzinha”, termo usado que desmerece seu lado feminino.

Volta pro mar oferenda. Faltam 867 dias pro ressurgimento. (Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, 22 de maio de 2020).

Essa extraterrestre, tá sonhando, deve voltar a hibernar. (Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, 8 de junho de 2020).

Volta pra selva, rã da Amazônia. (Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, “Regionalidade”, 26 de fevereiro de 2020).

Volta pro mar monstra! Só fala asneira... (Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, “Caráter e Xingamento”, 26 de fevereiro de 2020).

Figura 10 — Meme postado com mensagem



Fonte: Reprodução/Twitter (2020).

(Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, comentário 138, 26 de fevereiro de 2020).

Figura 11 — Meme postado com mensagem



Fonte: Reprodução/Twitter (2020).

(Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, “Atuação e ligações políticas”, “Defesa de Bolsonaro”, comentário 147, 26 de fevereiro de 2020).

Figura 12 — Meme postado com mensagem



Fonte: Reprodução/Twitter (2020).

(Classificação “Aparência”, comentário 173, 26 de fevereiro de 2020).

Essa desgraça voltou? Esse negócio é afinal de contas o q? Extraterrestre? Uma ameba? Um fantasma? Uma sombra? Como nós estávamos cegos... uma inominável coisa dessa já foi senadora... epa!!! Aquele lugar ainda tem umas cousas assim. Temos que continuar a limpeza! Vamos Direita (Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, “Caráter e Xingamento”, “Atuação e ligações políticas”, 25 de março de 2020).

Volta pra caverna, dragão. (Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, 25 de março de 2020).

Figura 13 — Meme postado com mensagem



Fonte: Reprodução/Twitter (2020).

(Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, “Atuação e ligações políticas, 25 de março de 2020).

Kkkk à senhora das críticas saiu da caverna mulherzinha sem produção vã imbernar senhora faz mais bem pra nação (Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, 3 de novembro de 2020).

Agora já pode voltar pra floresta, Curupira! (Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, “Regionalidade”, 3 de novembro de 2020).

Caramba, essa véia está igual um macaco velho, toda enrugada, que velha feia. (Classificação “Aparência”, 25 de março de 2020).

Volta pro túmulo. Corpo seco. (Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, 3 de novembro de 2020).

A categoria “Defesa de Bolsonaro” é a terceira em número de menções. Em todas as postagens de Marina Silva selecionadas para nossas coletas há críticas ao atual governo, como já descrito inicialmente neste trabalho. Por conta disso, essa defesa ao presidente aparece em todas as diferentes publicações. As *hashtags* mais comuns de apoio a ele aparecem muitas vezes nessas mensagens, mostrando que seus adeptos estão conectados com sua linha de comunicação

(ou que se tratam de comentários de *bots*). Há ainda muitos memes, que provavelmente são bastante compartilhados em grupos de *Whatsapp* e *Telegram*.

Algumas das imagens postadas como resposta a Marina demonstram também que não apenas estão em concordância com o presidente, mas confirmam sua presença em manifestações convocadas por ele (Figura 14). Em um dos exemplos (Figura 15), a pessoa afirma que a solução para os problemas que o presidente tem enfrentado no Congresso, com a rejeição de algumas de suas propostas, é o AI-5<sup>90</sup>, num claro desejo pela volta da ditadura, medida constantemente sinalizada por Bolsonaro. Há um outro comentário abaixo, com uma imagem postada com uma citação de Emma Goldman, que diz assim, “Em uma sociedade sustentada pela mentira, qualquer expressão de verdade é vista como loucura” (Figura 16). Esse comentário poderia ser facilmente considerado de apoio à Marina, se não fosse ainda dito nessa mensagem que Marina sempre sustentou mentiras, além de atacar sua aparência. Mas o que chama a nossa atenção é que a autora citada foi uma feminista anarquista nascida no século 19<sup>91</sup>. Ironicamente, alguém como ela não seria bem vista entre os eleitores do presidente. Esse exemplo diz muito sobre o tipo de conteúdo altamente compartilhado sem o cuidado de checagem e de trazer o contexto da informação, característica marcante de nossa época, descrita por Bauman (2001) como tempos de ansiedade perpétua.

Figura 14 — Imagem postada na resposta



Fonte: Reprodução/Twitter (2020).

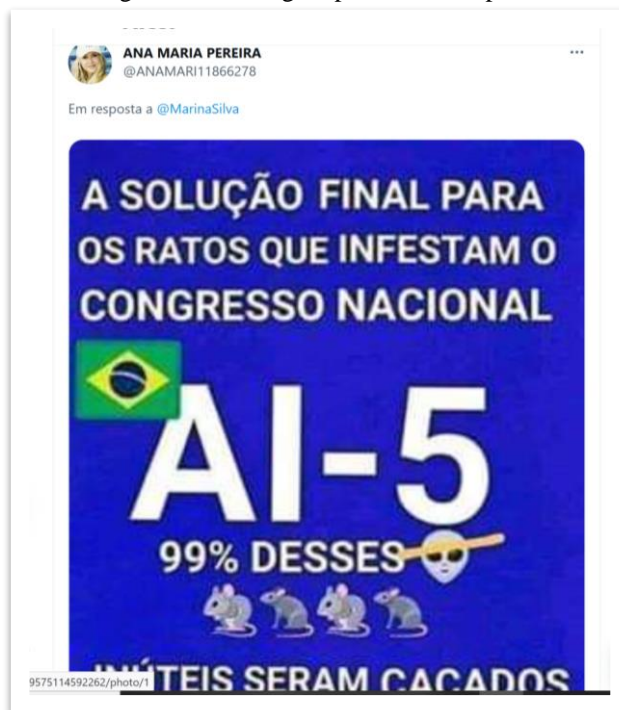
<sup>90</sup> O Ato Institucional nº 5, AI-5, foi o mais severo decreto emitido pela ditadura militar no Brasil no ano de 1968. Ele dava poder ao Presidente da República para cassar mandatos, suspender direitos políticos de qualquer cidadão, intervir em estados e municípios, além de autoridade para dar recesso ao Congresso por tempo indeterminado. Também obrigava a censura prévia de veículos de comunicação, além de peças de teatro, músicas e canções.

<sup>91</sup> SEREZA, Haroldo Ceravolo; CARVALL, Fernado. Emma Goldman: o feminismo anarquista. **Opera Mundi**, UOL, São Paulo, 4 jun. 2020. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/super-revolucionarios/65044/emma-goldman-o-feminismo-anarquista>>. Acesso em: 27 mar. 2022.



(Classificação “Defesa de Bolsonaro”, comentário 133, 26 de fevereiro de 2020).

Figura 15 — Imagem postada na resposta



Fonte: Reprodução/Twitter (2020).

(Classificação “Defesa de Bolsonaro”, comentário 182, 26 de fevereiro de 2020).

Figura 16 — Imagem postada com mensagem



Fonte: Reprodução/Twitter (2020).

(Classificação “Aparência”, “Atuação e ligações políticas”, “Defesa de Bolsonaro”, 25 de março de 2020).

Volta a dormir mumia comunista. #BolsonaroReeleito (Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, “Atuação e ligações políticas”, “Defesa de Bolsonaro”, 22 de maio de 2020).

Mentiras e mentiras. O fim é toda a mentira é a verdade. Continuo com @jairbolsonaro (Classificação “Defesa de Bolsonaro”, “Veracidade”, 8 de junho de 2020).

Outro conteúdo muito presente nas mensagens, e que aparece em quarto lugar na frequência de menções, é o ataque ao caráter de Marina Silva, além de vários tipos de xingamentos. Uma violência presente em palavras e imagens que em boa parte das vezes não se articula com as ideias apresentadas por Marina: ou seja, não há referências claras ao conteúdo por ela publicado.

Em um dos comentários, o interlocutor faz uso da expressão “relaxa que dói menos”, que parece ser uma mistura dos ditos populares “relaxa e goza” e “aceita que dói menos”, ambos utilizados em contexto de derrota, no caso de aceitar algo que seria irrevogável. Se examinarmos essas expressões, podemos ver que há um imperativo de submissão relacionado ao ato sexual, o que aparece também consolidado no senso comum. Em “relaxa que dói menos”, podemos entender a submissão como um marcador de um ato praticado com quem não deu a permissão para que ele aconteça, isto é, estupro, uma violência.

Bourdieu (2002) define a dominação masculina como violência simbólica, despercebida pela própria vítima e gerada principalmente pelas vias da comunicação e conhecimento. Vale lembrar que “relaxa e goza” foi popularizada pela então ministra Marta Suplicy, em 2007, que também é sexóloga, ao falar à imprensa sobre a crise aérea nos aeroportos naquele momento<sup>92</sup>.

VTNC sua vadia volta pro mar oferenda. (Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, “Caráter e Xingamentos”, 22 de maio de 2020)

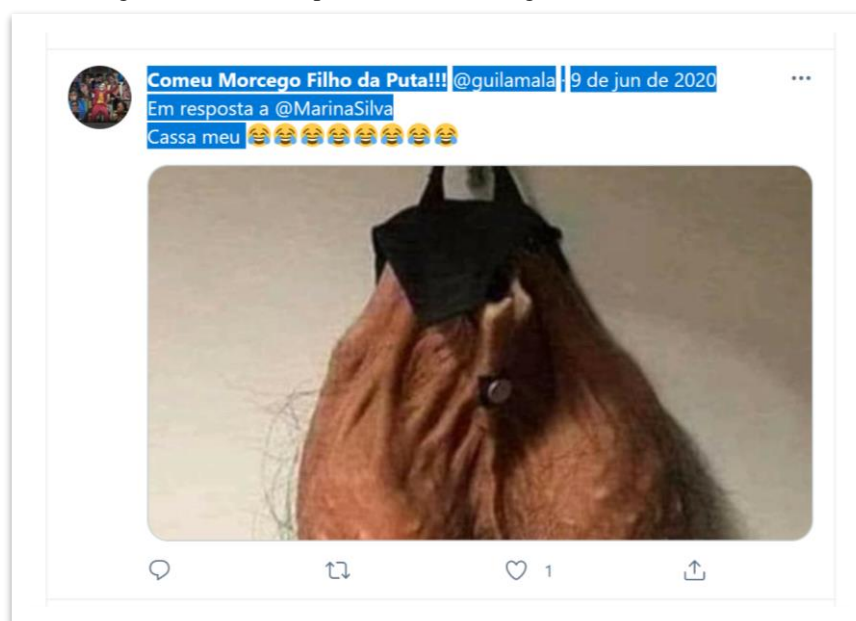
Vocês não tem força para mais nada, relaxa que dói menos! #BolsonaroReeleito (Classificação “Desaparecimento”, “Atuação e ligações políticas”, “Caráter e Xingamentos”, “Defesa de Bolsonaro”, “Despeito político”, 22 de maio de 2020)

#teucu Marina. (Classificação “Caráter e Xingamentos”, 8 de junho de 2020)

---

<sup>92</sup> RELEMBRE O EPISÓDIO QUE RESULTOU na popularização da expressão 'Relaxa e Goza'. **Aventuras na História**, UOL, São Paulo, 2 maio 2021. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/a-origem-da-expressao-relaxa-e-goza.phtml>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

Figura 17 — Meme postado com mensagem



Fonte: Reprodução/Twitter (2020).

(Classificação “Caráter e Xingamentos”, 8 de junho de 2020)

Vc infecta muito + q toda podridão existente na China. Bom q só aparece nas horas d crise p/a atrapalhar c / suas menções bruaca! Sua imagem cheira mal, enjoa, dá ânsia, estômago vira... Coronavírus dá menos horripilância sua Bruxa aproveitadora, chupim, sanguessuga, hipócrita, comunista (Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, “Caráter e Xingamentos”, “Atuação e ligações políticas”, 25 de março de 2020).

Se eu engolir uma sopa de letrinhas eu cago um argumento melhor que o seu. Hipócrita. Volta para o casco tartaruga. (Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, “Caráter e Xingamentos”, 3 de novembro de 2020).

Nos comentários seguintes, trazemos mensagens que tratam muito das relações políticas de Marina Silva, ou de suas supostas ligações. Aparecem muitas palavras e crenças, ou teorias conspiratórias que costumam ser relacionadas a uma política mais ligada ao espectro de esquerda, ou o que o comentarista define como sendo de “esquerda”. Em um dos comentários, o interlocutor a chama de “guerrilheira midiática”, e a palavra “guerrilheira” aqui usada parece fazer referência a quem está disposto a agir por uma ideologia por meio do uso de armas. O autor dessa mesma mensagem sugere uma mudança de comportamento em seu histórico, de “doce” à “guerrilheira”. Em sua trajetória, porém, se manteve a luta pelos ideais socioambientais. O que pode sugerir que talvez a mudança tenha acontecido na compreensão do interlocutor.

Há outro exemplo que deixa evidente que ainda hoje Marina tem sua imagem fortemente ligada ao ex-presidente Lula, mesmo tendo rompido politicamente com ele e com o Partido dos

Trabalhadores (PT) em 2009<sup>93</sup>. Foi ainda forte concorrente de Dilma Rousseff nas eleições de 2014, e atuou como opositora política ao PT. Mas o partido parece ainda ser, para alguns missivistas, a única legenda que pode ser relacionada às esquerdas no país. Aliás, ataques ao presidente Lula, ainda que não façam menção direta à Marina, também aparecem.

Em outro comentário, o interlocutor sugere que o interesse de Marina pelas questões ambientais está ligado à corrupção, além de afirmar que seu marido é condenado por desmatamento. De fato, seu esposo, Fabio Vaz de Lima, foi acusado de ter cometido esse crime, mas nunca foi condenado. Alguns veículos noticiaram que há inúmeras *fake news* ligadas ao nome de Fabio e não existem provas que comprovem essas acusações<sup>94</sup>. São eles:

Marina, deu! Chega! Acabou! Todo mundo sabe. O BRASIL apoia o que eles disseram naquela reunião! Lamentável uma pessoa tão doce ter se tornado uma GUERRILHEIRA MIDIÁTICA. É muito triste! Depois de velha cair numa valha dessa. Reaja! (Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, “Atuação e ligações políticas” e “Defesa de Bolsonaro” 22 maio 2020).

Não cuidou nem do Acre quando teve oportunidade, tudo capacho do Lula (Classificação “Atuação política”, 23 maio 2020).

Marina e seu desejo perturbado do meio ambiente. Mesmo seu marido ou ex ser condenado por desmatamento ela insiste nessa pasta. Algo de muito bom lá deve ter. Ela não quer largar o osso. (Classificação “Atuação política”, 23 maio 2020).

No caso, acho q a Sra. q tem de ficar em isolamento político para ficar em seu devido lugar. Em 2014, que precisava ser sincera e dizer não, ao Lula, quando ele exigiu q a Sra. recuasse para deixar a Dilma ganhar a eleição. Perdeu a chance de ser PR, a qual nunca mais terá. (Classificação “Desaparecimento”, “Atuação e ligações políticas”, “Despeito político”, 25 de março de 2020).

<sup>93</sup> BONIN, Robson. Marina Silva anuncia saída do PT e deve se filiar ao PV. **G1**, Brasília, 19 ago. 2009.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1272525-5601,00-MARINA+SILVA+ANUNCIA+SAIDA+DO+PT+E+DEVE+SE+FILIAR+AO+PV.html>>. Acesso em 20 dez. 2020.

<sup>94</sup> AFONSO, Nathália. Não há provas de que marido de Marina esteve envolvido com desmatamento na Amazônia. **Agência Lupa**, Rio de Janeiro, 9 nov. 2018. Disponível em:

<<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/11/09/verificamos-marina-desmatamento/>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

Figura 18 — Meme postado com imagem



Fonte: Reprodução/Twitter (2020).

(Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, “Atuação e ligações políticas”, 25 de março de 2020).

Figura 19 — Meme postado com mensagem



Fonte: Reprodução/Twitter (2020).

(Classificação “Atuação e ligações políticas”, 25 de março de 2020).

Novamente venho dizer que o momento é de união. Mas a senhora tem sua parcela de culpa no golpe de 2016 e eleições de 2018. Temos memória! (Classificação “Atuação e ligações políticas”, 26 de fevereiro de 2020).

E aonde está o teu partido Marina Silva que não faz nada... Talvez esteja na hora de pedir impeachment desse louco (Classificação “Atuação e ligações políticas”, “Concordância”, 25 de março de 2020).

Chata, vai lá e senta na cadeira do Presidente nunca gostou de trabalhar aparece uma vez por ano! (Classificação “Desaparecimento”, “Caráter e Xingamento”, “Atuação e ligações políticas”, “Defesa de Bolsonaro”, 8 de junho de 2020).

A categoria que nominamos “Concordância” aparece em sexto lugar em número de menções. São comentários de aprovação, indicando apoio ao que Marina disse, ou contendo críticas ao governo Bolsonaro e descontentamento com eles. O número de menções dessa categoria é mais significativo nas primeiras duas coletas feitas nas postagens dos dias 22 de maio de 2020 e 8 de junho de 2020, respectivamente. No restante do material essa concordância cai drasticamente, sendo pouco relevante em números. Não há indícios suficientes que revelem a razão de termos mais apoiadores nessas coletas. Uma hipótese seria a de que, no mês de maio de 2020, os noticiários e sites de notícias foram tomados pelas denúncias de interferência na Polícia Federal, feitas pelo então ministro da Segurança Pública e Justiça, o ex-juíz Sérgio Moro, no dia 24 de abril de 2020<sup>95</sup> coincidindo também com o período que marca o início da pandemia da Covid-19. No mês de abril desse ano, o ministro da Saúde Henrique Mandetta tinha sido recém demitido de seu cargo<sup>96</sup>, isto é, vários episódios recentes estavam levantando dúvidas sobre a gestão do Governo Federal.

Meu Deus! Eles estão acabando com a Amazônia (Classificação “Concordância”, 22 de maio de 2020).

E o gado continua firme, é só olhar os comentários, apoiam um genocida que em nenhum momento pensou nas pessoas que estão morrendo. (Classificação “Concordância”, 22 de maio de 2020).

Se eu fosse presidente, convidaria Marina Silva para ser ministra do meio ambiente e a ativista Luisa Mell para ser secretária. Ainda, convidaria a Greta Thunberg para vir ao Brasil. Sou fã das três. Gosto muito do ativismo ambiental e animal! (Classificação “Concordância”, 22 de maio de 2020).

Era tudo o que eu mais queria! #TSECassaAChapa (Classificação “Concordância”, 8 de junho de 2020).

Chocada!!! É isso até agora ficou impune. O Bolsonaro tem que fazer mais o q pra o TSE cassar a chapa??? (Classificação “Concordância”, 8 de junho de 2020).

<sup>95</sup> SERGIO MORO PEDE DEMISSÃO e acusa Bolsonaro de interferência na PF. **CNN Brasil**, São Paulo, 24 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/sergio-moro-pede-demissao-do-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 16 maio 2022.

<sup>96</sup> MAZUI, Guilherme. Mandetta anuncia em rede social que foi demitido por Bolsonaro do Ministério da Saúde. **G1**, Brasília, DF, 16 abr. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/16/mandetta-anuncia-em-rede-social-que-foi-demitido-do-ministerio-da-saude.ghtml>>. Acesso em: 16 maio 2022.

Figura 20 — Meme postado com mensagem



Fonte: Reprodução/Twitter (2020).

(Classificação “Concordância”, 8 de junho de 2020).

Figura 21 — Meme postado com mensagem



Fonte: Reprodução/Twitter (2020).

(Classificação “Concordância”, 8 de junho de 2020).

“Despeito político” é a categoria que está em sétimo lugar em número de menções. Inicialmente, na primeira coleta feita para o teste de análise, essa questão passou despercebida. Foi na repetição das coletas que notamos essa narrativa, que aparenta ter ganhado força após as eleições de 2018, em que Marina Silva teve pouco mais de 1 milhão de votos. Uma grande derrota, principalmente se compararmos ao seu desempenho nas eleições anteriores.

Os comentários dessa categoria têm teor de chacota, mas a maioria deles acompanham menções de ataques ao seu caráter e à sua aparência, bem como a toda a questão de apagamento sofrida por ela.

Quando tu fores eleita, isto é, se um dia alguém votar numa criatura medíocre assim, tua opinião a partir daí será relevante... Por favor, curupira, volta para o mato. (Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, “Caráter e Xingamento”, “Despeito político”, “Regionalidade”, comentário 156, 8 de junho de 2020).

Figura 22 — Imagem postada com mensagem



Fonte: Reprodução/Twitter (2020).

(Classificação “Desaparecimento”, “Despeito político”, 8 de junho de 2020).

marina tenta se candidatar a vereadora (Classificação “Despeito político”, 8 de junho de 2020).

Coitada!! Vc sempre será candidata (Classificação “Despeito político”, 8 de junho de 2020).

Nunca fez nada pelo Brasil. Mas insiste em dar palpite! Acredita que um dia subira a rampa. Tire o cavalo da chuva #DeixemDeSeguirMarina (Classificação “Caráter e Xingamento”, “Atuação e ligações políticas”, “Despeito político”, 8 de junho de 2020).

Você Marina Silva é o próprio Covid19... infecta as pessoas só de abrir a boca!! Uma pessoa que se acha política e que nunca fez nada pelo Brasil mas quer ser presidente de QQ jeito!! saiba que nunca será!! (Classificação “Caráter e Xingamento”, “Atuação e ligações políticas”, “Despeito político”, 25 de março de 2020).



A categoria “Regionalidade”, apesar de não estar entre os maiores números em menções, foi a última a ser criada, quando observamos que todas as referências ao Norte do país, região de origem de Marina, são feitas de forma depreciativa. A imagem de Marina Silva, bem como sua agenda, está muito ligada ao Norte, mas as citações publicadas sempre estão acompanhadas de outras menções hostis. Nota-se que, muitas vezes, a classificação “Desaparecimento” vem acompanhada da categoria “Regionalidade”; “Volta para floresta” é uma expressão frequente encontrada entre os comentaristas. A temática do Meio Ambiente, tão fortemente presente na vida pessoal e política de Marina, está, de fato, muito ligada a ela, mas é usada pelo comentarista como um local longínquo, desimportante, lendário, além de ser usada como um insulto ou algo depreciativo.

Em um dos comentários, aparece o “nadar”, o “pescar”, que são atividades muito presentes no imaginário sobre os povos originários e sua suposta “ociosidade”. O indígena parece ser aquele que aproveita para recrear enquanto o homem branco é quem trabalha e constrói.

E o seu lugar é no meio da floresta do Acre cuidando das pobres girafas amazônicas... (Classificação “Desaparecimento”, “Regionalidade”, 25 de março de 2020).

Há Marina volta pra Floresta, vai nadar, pescar, cuidar da família. (Classificação “Desaparecimento”, “Regionalidade”, 25 de março de 2020).

Aparecei a fantasma. Vao catar, Babaçu (Classificação “Desaparecimento”, “Regionalidade”, 22 de maio de 2020).

Figura 23 — Meme postado com mensagem



Fonte: Reprodução/Twitter (2020).

(Classificação “Aparência”, “Regionalidade”, 26 de fevereiro de 2020).

“Veracidade” é a última categoria em número de menções, mas reflete bem o tempo que vivemos, em que o acesso à informação é bastante facilitado, mas ao mesmo tempo, a falsa informação tem muita facilidade em ser disseminada (RIBEIRO; ORTELLADO, 2018). E, mais uma vez, a acusação de que Marina está mentindo nunca é combatida no campo dos fatos, mas sempre vem recheada de vários ataques e hostilidade.

Cade as provas despeitada de voz de taquara rachada, volta pra toca. @jairbolsonaro é o povo, povo é @Jairbolsonaro deu pra entender???????? (Classificação “Desaparecimento”, “Aparência”, “Defesa de Bolsonaro”, “Despeito político”, “Veracidade”, comentário 87, 26 de fevereiro de 2020).

Gravíssima é a sua existência, volta para a floresta, prove e depois avise. (Classificação “Desaparecimento”, “Veracidade”, “Regionalidade”, 26 de fevereiro de 2020).

Mentirosa!!! Eu fazia parte desse grupo, e a história foi exatamente o oposto!!! Nosso grupo tinha mais de 1 milhão de mulheres e continua até hoje!!! Podem me chamar para depor, e acredito que venham muitas outras também!!! Todas mulheres, mães de família, com CPF. (Classificação “Caráter e xingamento”, “Veracidade”, 8 de junho de 2020).

Diante de todas as categorizações analisadas fica evidente que as críticas recebidas por Marina Silva, da parte de seus interlocutores, constituem a maior parte do material coletado e analisado. No entanto, essas diferenças não aparecem como discussão de ideias através de crítica e argumentação. Ao contrário, a divergência é expressada em forma de discursos de ódio e xingamentos que remetem em grande parte ao machismo, racismo e outros tipos de preconceito, como veremos adiante.

### 3.3 Discussões

Como dito anteriormente, com o intuito de entender como Marina Silva é percebida pela sociedade enquanto figura pública e política, através dos comentários coletados em seu perfil no Twitter, reunimos mensagens feitas em 5 postagens selecionadas em que Marina faz críticas ao atual governo de Jair Bolsonaro. Essas postagens mais contundentes, em que ataca o presidente, são aquelas que geram o maior número de comentários e maior agressividade da parte dos comentadores.

Como a proposta desse trabalho era analisar comentários pós-eleição de 2018, ficou evidente que o fracasso de Marina Silva nessa disputa eleitoral acendeu o discurso de que ela é

“ressentida” e “despeitada” por tantas derrotas, em especial esta última, em que obteve uma votação irrisória, diante de seu histórico.

Como mostramos nesta pesquisa, alguns estudos apontam que ataques a ela sempre existiram (KAHWAGE; LEAL; VASCONCELOS, 2018; RAIOL *et al.*, 2018; MIRANDA; SANTOS; RECUERO, 2020), porém, a acusação de ressentimento por parte da ex-ministra parece legitimar ainda mais agressões, recheadas de termos pejorativos e cheios de violência.

Comprovou-se um grau de hostilidade bastante alto entre os comentaristas. Mesmo quando os conteúdos postados por ela tratam dos mais diversos assuntos, os ataques permanecem muito semelhantes, com a mesma força, em todas as nossas coletas. Parece que não importa o que ela diga, só pelo fato de fazer oposição democrática ao governo de Jair Bolsonaro, as agressões se mantêm. Em resumo, constatamos que, em toda nossa amostragem, pudemos identificar alguns padrões. De forma especial, as menções que sugerem o desaparecimento de Marina e a desumanização de sua aparência são as que mais aparecem.

Já no início, quando observado o grande número de mensagens que categorizamos como “Desaparecimento”, em que muitos comentaristas a chamam de “sumida”, por exemplo, pensamos na hipótese de que talvez houvesse falta de entendimento e dúvida em relação ao papel político do opositor que não ocupa cargos públicos; uma incompreensão de como essa figura política de oposição pode trabalhar e atuar. Porém, na medida em que uma nova coleta era realizada, percebíamos que, apesar de haver esse desconhecimento de alguns comentaristas, esse “sumiço” trazia sempre marcadores de apagamento e o desejo de que Marina desaparecesse.

A cor de sua pele seria um fator provocador dessa visão? Isso nos remeteu ao estudo feito pela pesquisadora Marlene Almeida de Ataíde (2019), que ouviu cinco mulheres negras analisando suas narrativas sobre o mercado de trabalho. Em um dos relatos, uma das mulheres menciona que a mídia sempre mostrou as negras em papéis de faxineira, doméstica ou em funções que passam despercebidas (ATAÍDE, 2019, p. 41); portanto, este “desaparecimento” ou “sumiço” pode ter relação com o que foi construído, por décadas, na representação social da mulher negra, em um processo que as invisibiliza. Contudo, a invisibilidade também vem acompanhada em grande parte por menções que trazem esse anseio pelo desaparecimento; por isso, comentários que contêm frases como “fica quieta”, “cala a boca”, “sai daí”, “volta pra lugar x” se conectam com o silenciamento, que aparece com outros ataques, de diferentes formas, repletos de ofensas. Mais do que uma constatação de um suposto sumiço, que, por sinal, não condiz com a realidade de sua atuação política por meio de seu partido, a grande quantidade de comentários nesse sentido parece expressar o desejo para que ela, como mulher negra, não

ocupe lugar de destaque e de relevância no cenário político brasileiro. Ainda que nas declarações não haja injúria racial explícita, pois não vemos expressões como “sua preta”, ou “sua macaca” (inclusive, parte do público hoje parece entender que esse tipo de declaração pode gerar uma consequência penal), o racismo se faz visível nesses mecanismos de apagamento e silenciamento que permeiam a construção da mulher negra desde de sempre no Brasil — e que foram amplamente comentados e mencionados por esse trabalho. Silvio Almeida (2019) afirma que: “Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção” (ALMEIDA, 2019, p. 50).

A presença considerável de agressões ligadas à aparência física de Marina Silva também chamou muito a atenção. É a segunda categoria que mais se destaca, em relação à frequência dos comentários. Sua figura é constantemente atacada por meio de substantivos como “ET” (extraterrestre), “tartaruga”, “dinossauro” e “múmia”, entre outros. Muitas dessas mensagens têm representações gráficas (*emojis* e *gifs*) de reptéis, extraterrestres e múmias. Esses discursos constantes ligados à sua aparência, por vezes imagéticos, trazem outro tensionamento: Marina é vista como mulher? E novamente: Sua cor acrescentaria diferenciação sobre como é vista ou não vista? Além de sua cor, haveria outro fator?

Em nossa pesquisa, ao resgatarmos o histórico de exploração das mulheres negras escravizadas, vimos que seus corpos foram marcados pelo abuso. Serviam ao trabalho braçal forçado e desumano e também à reprodução, com o cuidado das crianças, além de sofrerem violação através do estupro (MACHADO, 2018). O que sobressai nos comentários coletados que contêm falas sobre a aparência de Marina, em que repetidamente é comparada a figuras que nem humanas são — ou, se humanas, são múmias e cadáveres —, é que seu corpo parece não servir a nenhum propósito, fugindo até mesmo à lógica de exploração. Marina aqui, talvez por sua fragilidade física, se afasta da imagem da mulher negra, tradicionalmente sexualizada e fisicamente explorada, e passa a ser considerada alguém sem qualidades, sem vida ativa, que, por conta dessa inutilidade, deve sumir. O apagamento em decorrência do racismo estrutural já é, por si, uma violência, mas esse desprezo apenas não parece ser suficiente. Na maioria dos comentários, a agressão vai além, e envolve sua desumanização. Ela nem pode ser considerada ser humano; ao contrário: é vista como um ser estranho, que provoca asco, e, também por isso, deve sair de cena. Ou seja comentarista não se dá por satisfeito: precisa ofender de duas ou mais maneiras e é nessa prática que parece haver requintes de crueldade.

Como já mencionado, Marina Silva reúne muitas peculiaridades: mulher, negra, nortista, seringueira, evangélica com histórico de lutas por minorias, sobretudo por povos originários; isto é, tem características que quebram lógicas hegemônicas e lugares-comuns.

“Como é possível ser de esquerda e ser evangélica?”, “Como é possível ser evangélica e ser a favor do plebiscito sobre a descriminalização do aborto?”. Desafiar estereótipos pode ter sido um ponto positivo no passado de Marina — no sentido de aumentar sua capacidade de dialogar com frentes políticas distintas e até tentar uni-los — mas no mundo dividido e extremado da atualidade (RIBEIRO; ORTELLADO, 2018), isso parece estar sendo percebido de outra maneira ou de forma negativa. Para Han (2015), nosso sistema valoriza o indivíduo por ser multitarefado, resultando numa sociedade caracterizada por uma atenção rasa e difusa: “Também os novos meios de comunicação e as técnicas de comunicação estão destruindo cada vez mais a relação com o outro. O mundo virtual é pobre em alteridade (HAN, 2017, p. 91)”.

Outro ponto que surgiu na etapa final deste estudo, mas não menos importante, foi que se viu necessária uma categoria que englobasse, em nossa coleta, questões relacionadas à regionalidade. A imagem da ex-ministra está muito ligada ao seu ativismo ambiental e à sua relação com a Amazônia, com a região Norte. E, nesse ponto, já destacado em outras pesquisas (RAIOL *et al.*, 2018), é percebido como Marina sofre também do preconceito regional. Os termos encontrados em nossas coletas relacionados à região Norte sempre são colocados de forma depreciativa. Esses dizeres repetidamente vêm acompanhados de ataques à aparência da ex-ministra, ou xingamentos e ofensas ao seu caráter. O comentário seguinte é uma boa amostra disso: “Há Marina volta pra Floresta, vai nadar, pescar, cuidar da família”. (Classificação “Desaparecimento”, “Regionalidade”, 25 de março de 2020).

Além disso, identificamos também marcadores de racismo contra os povos indígenas. A defesa dessas comunidades e seus direitos estão presentes já nos primórdios da biografia de Marina. Nesse sentido, percebe-se que “voltar para a floresta” está ligado ao longínquo, ao desimportante, e aquilo que é lendário e folclórico parece ser usado como insulto. Os indígenas sofrem esse mesmo tipo de tratamento<sup>97</sup>. Marina, ao ser associada à floresta que tanto defende, acumula também o preconceito e racismo sofrido por esses grupos: “Índio é preguiçoso”, “É inútil, não serve pra nada”, frases comuns ao senso comum, com ideia semelhante a “Vai nadar, vai pescar”, mencionado no comentário destacado acima. Nessa visão, os indígenas são tidos como inúteis por não se encaixarem nos valores europeus colonizadores e na lógica capitalista contemporânea: não produzem “riqueza” e sequer são consumidores (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020). Mas até mesmo isso é contraditório, porque hoje são criticados quando usam celular e carro, ou vão à universidade, pois isso é considerado algo distante dos seus costumes

---

<sup>97</sup> É importante ressaltar que quem usa referências a povos originários de forma pejorativa o faz citando a região Norte do país, citando a floresta Amazônica; desse modo, acaba também por invisibilizar toda a presença desses povos no restante do território nacional.

e tradições (como se suas vivências tivessem de se perpetuar, sem mudanças, para serem consideradas legítimas).

Krenak (2020) critica a ideia de humanidade homogênea criada pela lógica instalada pelo consumo que transforma todos em consumidores, em clientes, conceito bastante elaborado por Bauman (2001). Krenak (2020, p. 26) vai dizer que não há tolerância com aqueles que ainda são capazes de “experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar”, e mesmo na atualidade, o mundo se faz repleto de pessoas que rejeitam os fundamentos estabelecidos pelo consumo, que celebram a vida de outra maneira. Ainda de acordo com seu livro, “Ideias para adiar o fim do mundo” (2020), a própria natureza tem uma perspectiva diferente sobre a existência:

Suspender o céu é ampliar nosso horizonte; não o horizonte prospectivo, mas um existencial. É enriquecer as nossas subjetividades, que é a matéria que este tempo que nós vivemos quer consumir. Se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe também uma por consumir subjetividades –as nossas subjetividades (KRENAK, 2020, p. 32).

Sobre sua vivência com a floresta, em entrevista concedida à revista TPM<sup>98</sup>, em outubro de 2020, Marina Silva diz:

Ela era o nosso abrigo, era daonde a gente tirava sustento. Uma mistura de mistério com dura realidade. Eu diria que, mesmo em meio a tanta crueza e tanta dureza, tenho muito mais beleza para recordar. Meu primeiro encontro com a dor da natureza – ou com alguma coisa nesse sentido – se deu quando eu era criança. Minha mãe queria fazer uma cama, uns bancos e uma mesa e pediu para o meu pai tirar um pé de cedro. O cedro é uma árvore que tem muita seiva e é uma seiva cor de sangue. Para poder tirar o cedro de machado você precisa primeiro sangrar a árvore. Um dia fui buscar água no igarapé e, quando passei pelo cedro, a árvore estava toda ensanguentada. Fiquei apavorada e peguei umas casas de cigarra feitas de argila branca, mole ainda, e fui botando nos cortes. Enquanto fazia isso eu ia dizendo para a árvore: "Você vai ficar curada, eu estou passando penicilina em você" (SILVA, 2020).

Ao “jogar” Marina na floresta, o comentarista parece entender que o lugar, a região, é um local de descarte, de inutilidade. Ao ofendê-la usando um personagem folclórico tão brasileiro, como a Curupira, além da desumanização — pois a citação sempre é carregada de depreciação —, o sujeito distorce o que essa figura representa: um ser protetor das matas. Isso é mais um indício de que a defesa do Meio Ambiente não é compreendida, tampouco valorizada.

---

<sup>98</sup> LACOMBE, Milly. Marina Silva: O que vem depois do fim do mundo? **TPM**, São Paulo, 28 out. 2020. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/tpm/marina-silva-o-que-vem-depois-do-fim-do-mundo>> Acesso em: 12 nov. 2020.

Além disso, ao associá-la à vivência nas matas, o comentarista implicitamente acusa Marina de ser alienada. Como Krenak diz: “O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida” (KRENAK, 2020, p. 26-27). Isso desafia os fundamentos da civilização ocidental, e vai ao encontro do que Han (2017) afirma. Para ele, vivemos uma época pobre em celebração e festividade, o trabalho ocupa um lugar totalitário em nossas vidas, “parar” serve apenas como recuperação para continuar trabalhado: “Na celebração o que se dá primeiramente é que não precisamos nos encaminhar para algum ponto para chegar lá. Na festa, o tempo como sequencial de momentos passageiros e fugidios é suspenso. Adentramos na celebração da festa como adentramos num espaço onde nos *demoramos*” (HAN, 2017, p. 109).

O que Han parece estar dizendo e que se relaciona ao pensamento de Krenak é que, não é possível, a partir de uma lógica neoliberal, compreender povos que celebram, que não vivem em função do trabalho, lucro e consumo. Han ainda menciona que festa e celebração têm origem religiosa e que esses rituais aproximam o homem ao divino. Ainda que pareça inusitado, encontramos um conceito semelhante também em Abraham J. Heschel (2004), no livro “O Schabat”. Nesta obra ele afirma que a civilização técnica, que, segundo ele, é a conquista do espaço pelo homem, muitas vezes é realizada em detrimento de aspirações ao “reino do tempo”; as conquistas no “reino do espaço” dizem respeito ao que temos, enquanto o que somos é determinado com aquilo que ocupa nosso tempo. Para Heschel, no entanto, “ser” é superior a “ter”: “Há um reino do tempo em que a meta não é ter, mas ser; não possuir, mas dar, não controlar, mas partilhar; não submeter, mas estar de acordo. A vida vai mal quando o controle do espaço, a aquisição de coisas do espaço torna-se nossa única preocupação” (HESCHEL, 2004, p. 11 e 12). Trabalhar para viver não parece fazer sentido para quem vive para trabalhar. Talvez essa incompreensão é o que contribui para que haja respostas tão violentas nos comentários coletados: ela se torna uma mulher que se ocupa da preservação de algo que tem de ser destruído para que se possa aumentar a lucratividade e o acúmulo. O Curupira aqui, portanto, é alguém que impede o desenvolvimento, discurso esse também bastante alinhado às políticas do governo Bolsonaro<sup>99</sup>, com quem vários dos comentaristas parecem concordar, como já dissemos.

---

<sup>99</sup> TEÓFILO, Sarah. MPF alerta para retrocessos na política indigenista no governo Bolsonaro. **Correio Brasileiro**, Brasília, DF, 19 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/04/4919105-mpf-alerta-para-retrocessos-na-politica-indigenista-no-governo-bolsonaro.html>> Acesso em: 18 maio 2022.

Ao olharmos para os números de nossa amostragem, fica mais claro entender a dimensão da grande violência presente entre os comentaristas. Das nove categorias criadas, apenas uma é positiva e dialoga com Marina Silva, que é a categoria “concordância”, que não traz nenhum comentário hostil e representa 8% das menções categorizadas. E aqui o “positivo” não é porque o comentarista necessariamente faz elogios a ela ou à sua fala, mas especialmente porque vem desprovida de agressões. Há um número quase insignificante de comentários que discordam do conteúdo por ela postado na categoria “discordância”, sem agredi-la. A divergência de opinião não vem em forma de argumento, debate ou diálogo, mas majoritariamente em forma de violência.

Como já dito anteriormente, o número de pessoas que mencionam questões ligadas ao “desaparecimento” de Marina não parece vir de seguidores frequentes. Essa informação não foi averiguada por este estudo, mas, tendo em vista a divulgação diária de suas postagens, seria estranho ser acusada de sumiço por quem a segue nas redes sociais. Ou, então, isso é feito apesar desse acompanhamento, como uma forma de reforçar seu papel supostamente insignificante na política nacional. Assim, surge uma pergunta que não foi explorada nesse trabalho: De que modo o Twitter distribuiu seu conteúdo, fazendo com que “bolhas” sejam furadas? Aliás, a primeira coleta feita no primeiro semestre de 2020 foi a única em que a totalidade de comentários estava disponível<sup>100</sup>. Nas outras, mesmo com número superior de mensagens que os da primeira postagem analisada, a plataforma não disponibilizou todos os comentários gerados, como já descrevemos anteriormente nesse estudo. Coincidência ou não, é interessante destacar que a coleta em que Marina recebeu mais menções de apoio foi a primeira. Não sabemos qual a razão, mas nos caberia especular se haveria a possibilidade de o algoritmo usado pela plataforma priorizar a visualização de certos comentários. É possível que mensagens ocultas tenham menções mais brandas? De que forma atua o algoritmo do Twitter? Essas perguntas não puderam ser respondidas por este estudo. Mas podemos especular algo já debatido no capítulo 2 desta dissertação: quem ganha com a violência digital, e o consequente aumento do tráfego de visitas por ela gerado?

Em tempo, Elon Musk, considerado o homem mais rico do mundo, no dia 4 de abril de 2022, tornou-se o maior acionista individual do Twitter<sup>101</sup>. Em seguida, no dia 25 de abril, o

---

<sup>100</sup> É possível que haja um limite de visualização de comentários imposta pela plataforma; porém, não há transparência por parte do Twitter em relação a isso.

<sup>101</sup> ELON MUSK SE TORNA MAIOR ACIONISTA individual do Twitter. **Jornal Nacional**, TV Globo, Rio de Janeiro, 4 abr. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/04/04/elon-musk-se-torna-maior-acionista-individual-do-twitter.ghml>> Acesso em: 12 abr. 2022.



Twitter anunciou que aceitaria a proposta de compra de 44 bilhões de dólares feita por Musk<sup>102</sup>, que é bem presente na rede social e já acusou a rede de falta de liberdade de expressão<sup>103</sup>. Mais adiante, no dia 13 de maio de 2022, Musk pausa as negociações — mesmo se dizendo comprometido com o negócio —, fazendo com que o valor das ações do Twitter caísse 20% depois do anúncio. Segundo a publicação feita em seu perfil na plataforma, Musk afirma que não há clareza sobre a quantidade de contas falsas na plataforma. O Twitter afirma que esse número representa menos de 5% de suas contas, contrariando o que Musk acredita<sup>104</sup>. Esse impasse até este momento, maio de 2022, não se desenrolou, e dependendo do que o

correr possivelmente desvalorizará ainda mais a empresa.

Vale ressaltar ainda, que, mesmo diante da possibilidade da política algorítmica do Twitter privilegiar comentários violentos, em um estudo realizado como desdobramento desta pesquisa (CUNHA, DORETTO, 2021), em 2020, foi feito um levantamento comparativo entre Marina Silva e Ciro Gomes que nos ajudou a entender a relevância das questões interseccionais nas reações às postagens da ex-ministra. O objetivo era entender como Marina, nortista, mulher negra, e Ciro Gomes, nordestino e homem branco, eram percebidos através de seus perfis no Twitter. A escolha por Ciro se deu por ele, dos presidenciáveis de 2018, ser o que mais se assemelhava à Marina Silva: ambos ex-ministros do presidente Lula e pertencentes a espectros políticos semelhantes, com relevância equivalente em redes sociais. Até mesmo as postagens escolhidas para a análise eram críticas feitas ao governo Bolsonaro na mesma data, com número de comentários semelhantes. Nossa análise revelou que 51% das menções a Marina eram ataques; dessas, 15% eram comentários sobre sua aparência. Em contrapartida, apenas 16% das respostas à postagem de Ciro eram ataques. Não houve nenhum comentário ligado a seus aspectos físicos. Ou seja, esse estudo aferiu a forte presença de estereótipos de gênero e raça. A mulher recebeu ataques desproporcionais, majoritariamente violentos, se comparada ao homem, além de ter seu corpo exposto ao escrutínio. Nesse sentido, ainda que a seleção de postagens escolhidas por este estudo pareça direcioná-lo para comentários em que haja um maior número de ataques, por envolverem conteúdo direcionado direta ou indiretamente a Bolsonaro, da mesma forma o fizemos nessa pesquisa comparativa, de amostragem menor,

---

<sup>102</sup> TWITTER ACEITA PROPOSTA DE COMPRA de Elon Musk por US\$ 44 bilhões. **Exame**, São Paulo, 25 abr. 2022. Disponível em: <<https://exame.com/invest/mercados/twitter-aceita-proposta-de-compra-de-elon-musk-diz-wsj/>> Acesso em: 18 maio 2022.

<sup>103</sup> Vale lembrar que há muitos que defendem que a liberdade de expressão precisa estar submetida ao paradoxo da tolerância elaborado pelo filósofo Karl Popper em “A sociedade aberta e seus inimigos” (2012).

<sup>104</sup> MUSK DIZ AINDA ESTAR COMPROMETIDO com compra do Twitter após anunciar suspensão do acordo. **G1**, São Paulo, 13 maio 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/05/13/elon-musk-diz-que-acordo-com-twitter-esta-pausado.ghtml>> Acesso em: 18 maio 2022.

entre Marina e Ciro, e, ainda assim, os resultados de ataques recebidos pelos dois são bastante diferentes. Isto é, mesmo que o conteúdo de crítica a Bolsonaro seja um chamariz para violência, Marina, como mulher, atraiu muito mais hostilidade e agressão do que Ciro.

Nas análises desta dissertação, mais uma vez essa agressividade contra a mulher, que coloca em dúvida seu caráter e ataque suas características físicas, a ponto de retirar dela sua humanidade, se faz presente. O que indicamos aqui, ao buscar compreender como Marina é vista pelos que leem suas postagens no Twitter, mostra não apenas traços de um cenário político em disputa, e os modos como apoiadores de um certo grupo adversário atacam uma figura pública, mas o racismo estrutural, a misoginia e o preconceito regional, que continuam a marcar esta nação. Nosso dever, como mulher e pesquisadora, é desvelar essa brutalidade, mais uma vez, e reivindicar o fortalecimento da luta social que busca transformar esse cenário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo compreender de que modo a percepção social sobre a figura pública de Marina Silva se deixa revelar nos comentários realizados em suas postagens na rede social Twitter, plataforma já tradicionalmente identificada como um espaço de ação político-partidária. Para isso, iniciamos esta dissertação fazendo uma recapitulação sobre a trajetória da mulher na política brasileira, discorrendo a respeito de suas lutas, dos principais obstáculos e desafios enfrentados por elas nesse percurso e da persistente falta de representatividade do gênero feminino no cenário nacional. Embora a desproporcionalidade entre gêneros na atividade política seja um fenômeno mundial, nosso enfoque foi o histórico e a realidade do nosso país. Compreendemos que, desde o Brasil colonial, havia ações políticas que buscavam a educação e a emancipação intelectual das mulheres, resultando no sufrágio e no voto secreto em 1932. E foi apenas com a redemocratização, após a ditadura militar, que houve um aumento relevante na participação feminina no Congresso Nacional. Um novo marco surge com a chegada do novo milênio, já no primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), quando duas importantes secretarias são criadas — a Secretaria de Política para as Mulheres e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial — e há aumento significativo de participação de mulheres em pastas ministeriais (SCHUMAHER; CEVA, 2015). Ainda assim, a sub-representação de mulheres na política permanece uma realidade.

Nesse sentido, propusemos a reflexão sobre a construção social do gênero, com base em Beauvoir (1970), De Lauretis (1994) e Butler (2003), para, a partir disso, trazer pesquisas que apontam que muitos estereótipos sobre a mulher insistem em atrapalhar o ingresso, a participação e a atuação de mulheres na política brasileira — mesmo com a chegada ao poder máximo do executivo da Presidenta Dilma Rousseff, em 2010, exatamente 83 anos depois de Celina Guimarães ter sido a primeira mulher no Brasil a exercer seu direito a voto. Ou seja, concluímos que os mesmos motivos que inibiam o ingresso de mulheres no ambiente de trabalho no Brasil Colônia, ligados aos papéis de gênero que identificam a mulher como a responsável pela vida doméstica e pelos filhos, persistem ainda hoje, limitando a participação das mulheres na vida pública. Tratamos também de que maneira as ações afirmativas, embora necessárias, não têm sido eficazes no combate tanto à sub-representação quanto aos preconceitos de gênero sofrido pelas candidatas (eleitas ou não).

Em seguida, compreendendo Marina Silva como mulher negra, tal como ela se anuncia, voltamos nosso olhar para a realidade desse grupo social, traçando seu histórico também desde os tempos coloniais para, desse modo, compreender, com base nos estudos de autoras do

feminismo negro, em que medida os desafios enfrentados pelas mulheres brancas não se podiam fazer comparar com as violências sofridas pelas negras.

A mulher negra escravizada produzia riqueza duplamente: através de sua força de trabalho e através da reprodução; ambas violências sofridas em seus corpos. Enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito de trabalhar fora de casa, a mulher negra nunca deixou de fazê-lo. Isto é, o ponto de partida das lutas nunca foi o mesmo (CARNEIRO, 2003). Enquanto as mulheres negras sofriam os efeitos nefastos do patriarcado até mesmo nos movimentos negros, por conta dos preconceitos de seus companheiros de luta, ao buscarem refúgio nos movimentos feministas, eram tidas por “agressivas” e “não feministas” por insistirem que o racismo e suas práticas deveriam ser contempladas pela agenda feminista (GONZALEZ, 2020). Cenário que começou a se alterar a partir da década de 70, com o fortalecimento desse grupo e de suas pautas nas ações feministas. Apesar desse histórico de resistência, percebemos que ainda há muito a fazer diante de um cenário de exclusão e desigualdade que insiste em permanecer, em que as mulheres negras ainda ocupam as posições mais desqualificadas no mercado de trabalho e têm menor acesso à educação, por exemplo.

Sentimos a necessidade, diante disso, de realizarmos um levantamento dos estudos efetuados na última década a respeito da presença da mulher negra na política partidária brasileira. Desse levantamento queremos destacar aqui dois pontos: que há um ciclo vicioso, em que a baixa representatividade gera exclusão, e a exclusão gera baixa representatividade (GOMES, 2019, p. 96). E que Raiol *et al.* (2018), que estudaram os cinco memes de maior circulação na rede social Twitter no dia da entrevista de Marina Silva ao Jornal Nacional, em 2018, encontraram os mesmos elementos de desumanização de sua figura que detectamos já nas pré-análises deste estudo, reforçando aspectos já trazidos pela literatura interseccional, que liga questões de gênero e raça a esse processo de animalização da mulher negra.

A partir disso, nos debruçamos sobre pesquisas que procurassem entender a relação entre mídia e política. Hjarvard (2014) fala em midiatização deste campo, ao afirmar que, a partir do histórico caso de Bill Clinton e Monica Lewinsky na década de 90, em que o ex-presidente americano teve publicizadas gravações de seu relacionamento com a então estagiária da Casa Branca, as ações políticas tinham passado a seguir as logicas midiáticas. Assim, os políticos, para serem conhecidos e terem sua representatividade e voz ampliadas, precisam conquistar e, em alguns casos, lutar por espaços na mídia, quer seja a hegemônica, quer seja aquela construída por eles mesmos, por meio das plataformas digitais. Entretanto, vimos que os espaços oferecidos a mulheres de atuação política na mídia hegemônica são os que tratam, de forma estereotipada, de sua aparência, sua vida amorosa, ou ainda das dificuldades de

conciliar a vida profissional com a familiar. Isso as coloca diante de um dilema impossível de resolver: tentar fugir dos estereótipos pode significar a perda de espaço na mídia (MOTA; BIROLI, 2014). Ou seja, se a mulher na política já é sub-representada, o que vimos é que ela é ainda mais excluída nos meios de comunicação (MIGUEL; BIROLI, 2009). Além disso, sua estereotipia acaba também por limitar sua atuação política às *soft politics* (políticas sociais, família, meio ambiente, educação), abaixo das *hard politics* (economia, finanças e Justiça), reservada aos homens (RITA, 2018).

A respeito das representações sociais de figuras políticas negras, a mídia novamente parece ser cúmplice na formação de estereótipos. Enquanto a imagem do político padrão, homem branco, é construída a partir de sua atuação pública, a imagem de homens e mulheres negros na política é comumente representada a partir de suas histórias de superação, advindas de contextos de pobreza. Porém, as mulheres negras são as que mais sofrem as injustiças sociais, e a cobertura midiática daquelas com envolvimento político lamentavelmente repete esse mesmo padrão: isto é, elas são ainda menos convocadas a aparições midiáticas do que os homens negros, lembrando ainda que os estereótipos estão atados a relações de poder (MAIA, 2012).

No segundo capítulo, olhamos para os recentes modos de comunicação trazidos pelas novas tecnologias, a maneira com que ofereceram um novo percurso ao sujeito no processo comunicacional e de que modo isso acabou interferindo no agir político. Essas mudanças revolucionaram a maneira como o sujeito, receptor e autor, passa a ser percebido, pois sua atividade tornou-se mais rastreável e sua interferência, mais ativa, possibilitando e instigando mais estudos na área, como o nosso.

Nesse trajeto, também percebemos que essa nova conjuntura trouxe novos recursos para o enfrentamento de lutas cotidianas (THOMPSON, 2018), e vimos muitas possibilidades de ativismo nascendo a partir do cenário digital, especialmente com o surgimento das redes sociais. No entanto, o que parecia promissor tem também gerado muitas complicações e complexidades. Se de um lado a internet ampliou as vozes e o poder de influência de milhares de pessoas, também impulsionou, de outra forma, uma descontextualização de falas (SORJ *et al.*, 2018, p. 39), gerando discussões inflamadas. Os sentimentos mais passionais passam a ter papel determinante em vários grupos de defesa político-partidárias, que parecem estar mais focados na destruição da reputação de certos agentes (MALINI; CIARELLI; MEDEIROS, 2017) do que no diálogo ou no debate de ideias propriamente dito. E essa possibilidade de instrumentalização dessas plataformas, fomentando violência e ódio e ferindo as regras jogo político, pode inclusive abalar os fundamentos da nossa democracia, como temos visto nas

estratégias políticas do governo Bolsonaro que fomentam a agressividade contra seus críticos, como Marina.

Em outras palavras, percebe-se que esse novo jeito de fazer política também vem sendo adotado pelos diferentes atores do campo, e isso se torna bastante evidente através de suas redes sociais. Aqui, vimos como Marina teve um início promissor nessas plataformas e, especialmente em sua primeira campanha, soube tirar proveito da internet, através do uso estratégico das mídias sociais, já que tinha apenas 83 segundos de propaganda eleitoral gratuita na televisão, contra 12 minutos de Dilma Rousseff e 9 minutos de Serra, seus principais oponentes. Isso lhe rendeu o terceiro lugar na disputa, com uma votação bastante expressiva. Ela ainda manteve terceira colocação em 2014, em um cenário muito diferente, em que teve, pela primeira vez, chances de vitória. Porém, em 2018, seus resultados estiveram bem abaixo das eleições anteriores.

Nesse processo, o Twitter, plataforma escolhida para a coleta de nosso material analisado, adquiriu status de arena política privilegiada. Mencionamos alguns eventos importantes que parecem comprovar o protagonismo dessa rede nessa área, que vem se firmando como principal veículo de comunicação entre o ator político e o público. No Brasil, em 2009, com a liberação do uso de redes sociais em campanhas eleitorais, o Twitter acabou sendo popularizado entre os políticos. Isso porque, diferentemente de outras redes sociais, seu funcionamento facilita a interação com conteúdos postados por contas com as quais não se tem nenhum contato pessoal.

Embora o perfil dos comentaristas não fosse o objeto de estudo desta pesquisa, devido, inclusive, à escassez de informações oferecidos pela plataforma (“bio” significativamente menor do que em outras redes), pelas nossas análises é seguro concluir que a maioria dos interlocutores nas postagens estudadas parecem não ser seguidores de Marina Silva. Porque o que comprovamos em nosso estudo sobre os comentários direcionados a ela, como veremos em detalhes a seguir, é que o diálogo e o debate ou confronto de ideias majoritariamente dão lugar a ataques e ofensas pessoais *ad hominem*, com a particularidade de alto índice de agressões direcionadas a sua aparência física. Aqui, não conseguimos identificar a presença dos chamados “bots”, que são perfis automatizados, muitas vezes programados para fazer críticas a alguém nas redes sociais, com mostramos no Capítulo 4, mas eles, com certeza, devem existir, ainda que não sejam a maioria entre esses interlocutores. Falamos aqui de sujeitos criticando um outro.

Seria interessante observar se esse mesmo fenômeno se repetiria em outras redes sociais, como o Facebook, que parece operar de forma distinta. Esse alcance de públicos diferentes de

seus próprios seguidores deveria ser uma vantagem para agentes políticos no debate público, mas não foi o que vimos no decorrer deste estudo, justamente por não enxergarmos espaço para debate de ideias, mas quase exclusivamente ataques pessoais. A audiência e interação movidas pelo ódio e as violências verbais e simbólicas parecem mais intensas e, dessa maneira, mais lucrativas para a plataforma. E, uma vez lucrativas, poderão ser incentivadas direta ou indiretamente pelo algoritmo da rede social, de modo a acelerar exponencialmente a banalização e normalização desses comportamentos.

Ainda a respeito da plataforma Twitter: tem se tornado cada vez mais comum que afirmações, opiniões e acontecimentos registrados em seu espaço digital repercutam nas manchetes dos principais veículos de comunicação, algo que também parece comprovar sua relevância na atualidade. Nesse sentido, como vimos, a plataforma apresenta inúmeras possibilidades de interação. Mas, apesar disso (ou talvez justamente por isso), estudos sugerem que o *microblogging* é uma ferramenta subaproveitada pelos políticos, sendo usada majoritariamente como veículo de divulgação dos comunicados (ROSSETTO; CARREIRO; ALMADA, 2013). Em nosso estudo, destacamos que no Twitter de Marina Silva também não constatamos interações entre seu perfil com seus comentaristas, mesmo com aqueles que declaram apoio a ela.

O terceiro capítulo é constituído pelas análises dos 935 comentários coletados nas cinco postagens escolhidas. Todas as postagens são de 2020 — ano em que foi decretada uma pandemia pela OMS (Organização Mundial de Saúde), devido ao novo coronavírus — e têm como ponto em comum serem manifestações de oposição a diferentes aspectos do governo de Jair Bolsonaro por parte de Marina Silva. Damos preferência a postagens com alto número de comentários e interações. Não coletamos comentários que tivessem sido feitos a terceiros, ou seja: sem ser em resposta direta à postagem de Marina. Descartamos comentários tidos como incompreensíveis.

Em cada coleta, fizemos uma contextualização do que originou a postagem de Marina, indicando data e horário do *post*, além de detalhes a respeito dos procedimentos metodológicos adotados em cada caso. Na medida em que esse processo se dava, cujos temas e subtemas foram se destacando com maior frequência, resultando nas categorias finais deste estudo. Compreendendo essa investigação como pertencente aos estudos de recepção, tendo em vista que busca compreender os sentidos construídos pelos sujeitos no processo de apropriação das mensagens midiáticas, classificamos as diferentes reações seguindo uma das vertentes de análise de conteúdo denominada “categorial” (BARDIN, 1977). Importante ressaltar que um

mesmo comentário pode abordar simultaneamente diferentes temáticas e, por isso, precisa ser categorizado em mais de uma classificação, algo que ocorreu na maioria das mensagens.

Essa pesquisa definiu, a partir dos comentários coletados, nove categorias que expressam os modos como o público do Twitter que se manifesta no perfil de Marina a compreende ou reage a ela: “Desaparecimento” (354 menções); “Aparência” (269); “Defesa de Bolsonaro” (256); “Caráter e Xingamento” (222); “Atuação e ligações políticas” (128); “Concordância” (115); “Despeito político” (59); “Regionalidade” (39); e “Veracidade” (35). Sentimos a necessidade de realizarmos uma divisão em subcategorias da segunda categoria mais numerosa, “Aparência”; para explicitar de que múltiplas maneiras sua figura é desumanizada: “Tartaruga”, “Dinossauro”, ou “Outro réptil” (91); “Múmia” e “Zumbi” (66); “ET” (extraterrestre) (39); Místicas relacionadas ao mal, como “oferenda”, “despacho” e “assombração” (17); “Criatura da floresta” e “Curupira” (7) e “Outros” (55), categoria em que se encontram os demais termos (como, “velha”, “feia”, por exemplo).

Na análise dos comentários, nos pareceu que o contraste de seu baixo rendimento nas eleições de 2018 (apenas 1 milhão dos votos válidos), comparado ao dos pleitos de 2010 e 2014 (19 milhão e 22 milhão de votos, respectivamente), encorajou e tornou mais ousadas as agressões e violências a ela. É como se seus críticos quisessem desautorizá-la a fazer oposição ao atual governo, de Jair Bolsonaro, devido ao que se percebeu como uma votação irrelevante. Como se seu fracasso não legitimasse suas críticas, que supostamente aconteceriam pelo ressentimento dela, como diz o seguinte comentário: “Cade as provas despeitada de voz de taquara rachada, volta pra toca. @jairbolsonaro é o povo, povo é @Jairbolsonaro deu pra entender?????????”. Embora sempre tivesse sofrido xingamentos e violências verbais, como mostra o estudo de Kahwage, Leal e Vasconcelos (2018), a falta de apoio popular parece ter tornado sua posição mais vulnerável.

Desde a primeira coleta, notamos que a posição que sempre se sobressaiu em grande número de comentaristas era a indicação de um suposto sumiço de Marina Silva, o que gerou estranhamento, por não corresponder à realidade de sua atuação pública, através de seu partido, de sua atuação na grande mídia ou até mesmo de sua atividade nas suas redes sociais. Isso nos conduziu ainda a questionamentos que desaguaram no que havíamos visto nos estudos de gênero e raça. Exemplo disso é um estudo feito por Marlene Almeida de Ataíde (2019), que ouviu cinco mulheres negras em suas narrativas a respeito do mercado de trabalho. Constatou-se que a invisibilização de mulheres negras é atravessada pela construção e representação social do gênero associado à raça, e não se limita a isso, mas inclui forte conotação de silenciamento. Parece ser mais confortável aos comentaristas mandarem uma mulher negra calar a boca. É



sintomático que comentários desse tipo tenham aparecido em todas as nossas coletas. Mas o “cala a boca” quase nunca vem desacompanhado de outras formas de agressão, especialmente ligadas ao seu corpo, e também a seu caráter. Em outras palavras: embora não haja injúria racial explícita, o racismo se faz presente, sendo resultante da própria estrutura social, não estando apenas no xingamento em si, como em “sua preta”. Entendemos, assim, que o racismo mais nefasto é o que está presente nos mecanismos de apagamento e silenciamento que permeiam a construção da mulher negra desde de sempre no Brasil e que foram amplamente comentados e debatidos por esse trabalho.

Essa grande quantidade de ofensas ligadas à aparência de Marina é igualmente estarrecedora. Como já mencionado, desde os tempos da escravidão as mulheres negras eram relegadas a dois papéis que, até os dias atuais, são reverberados em dois estereótipos: a mulher forte, que não sente dor e que serve ao trabalho braçal; e a mulher hipersexualizada, que serve para o prazer e para a reprodução. Marina Silva não se encaixa em nenhum desses dois estereótipos e, por isso, parece não ter serventia para nossa sociedade racista e patriarcal. Talvez por isso as ofensas ligadas à sua aparência – como “tartaruga”, “dinossauro”, “ET”, “múmia”, “zumbi” etc. — a desumanizem tanto. E esse, sem dúvida, foi o resultado a que chegamos que mais chamou a nossa atenção, pela carga de violência e pelo caráter racista e misógino que revelam.

Uma dificuldade encontrada por este trabalho foi a falta de informações e transparência ao lidar com a plataforma Twitter. Não sabemos por que razão o acesso a todos os comentários foi restrito após a primeira coleta. Não sabemos quais os critérios que privilegiaram alguns comentários em detrimento de outros. Talvez com acesso a todos os comentários o quadro fosse um pouco diferente. Isso mereceria uma investigação mais profunda, mas não foi possível dentro deste estudo. Outra investigação em que gostaríamos de ter avançado diz respeito ao suposto “gabinete do ódio” arquitetado pelo atual governo e de como isso pode ou não ter tido uma relação com o tipo de ataques que Marina recebeu, tendo em vista que a terceira categoria mais numerosa de comentários era “Defesa de Bolsonaro”. Em nosso estudo, sentimos que há necessidade de mais publicações acadêmicas que contemplem as estratégias de ódio de modo geral e essa questão em particular.

Além disso, como já dito, comparar os comentários feitos nas mesmas postagens deste estudo na rede social Facebook poderia trazer *insights* valiosos sobre como as pessoas se relacionam em mídias sociais diferentes e até mesmo trazer à luz algumas questões que dizem respeito a diferenças de funcionamento de distribuição de conteúdo em plataformas distintas. Nessa mesma linha, o estudo comparativo, contrapondo os comentaristas de Ciro Gomes aos

de Marina Silva em postagens semelhantes no Twitter, mencionado no capítulo 3 e realizado como um desdobramento desta pesquisa (CUNHA; DORETTO, 2021), ajudou-nos a entender de que maneira os comentários feitos a Marina Silva são atravessados pelos recortes de gênero e raça. Nesse sentido, mesmo que as postagens selecionadas por esse estudo pareçam alimentar um maior número de ataques à ex-ministra, por seu conteúdo crítico direcionado a Bolsonaro, observamos que, nessa outra pesquisa comparativa, de amostragem menor, as agressões recebidos pelos dois são desproporcionais. Ou seja, mesmo que o conteúdo de crítica a Bolsonaro represente um certo ponto de atração para a violência vinda de bolsonaristas, Marina, como mulher, recebeu muito mais hostilidade do que Ciro, além de diferentes tipos de agressão. Portanto, mais estudos comparativos entre Marina e uma mulher branca ou Marina e um homem negro poderiam trazer ainda mais aprofundamento para os estudos que se voltam à mulher negra.

Assim sendo, esperamos que o presente trabalho possa trazer contribuições tanto aos estudos interseccionais na política brasileira como também às já existentes reflexões a respeito de necessárias regulamentações sobre a influência das redes sociais sobre o processo democrático, de forma a combater o racismo e a misoginia tão presentes nos ataques expostos em nossas análises.

Marina Silva insiste em não se encaixar nos rótulos que a sociedade parece tentar lhe impor. Ao olharmos sua trajetória política, isso, no passado, pode lhe ter rendido a tão necessária capacidade de dialogar com múltiplos grupos. Enquanto militante ambiental e trabalhista, conseguia debater com os povos originários e com os trabalhadores. Como negra, entendia em seu corpo as demandas dos movimentos negros. Como evangélica, tinha trânsito com o povo e as lideranças religiosas. E, como mulher, entendia os desafios de apenas existir em uma sociedade patriarcal.

Por fim, o corpo de Marina é sua casa. É ele quem carrega todas as marcas de sua história. Sua cor, sua origem, seus traços, as marcas do seringal, da fome, as doenças sofridas; tudo nele se faz presente. Marina carrega em si um Brasil múltiplo de maiorias minorizadas. Este estudo aponta para uma rejeição por parte da maioria de seus interlocutores nas postagens selecionadas, e essas críticas não estão necessariamente ligadas ao seu projeto político ou ao seus posicionamentos, debate que é salutar e desejável no movimento democrático. Não rejeitam uma ideia. Ao rejeitarem Marina, rejeitam um Brasil muito específico, com recorte de gênero, raça, classe e região.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Nathália. Não há provas de que marido de Marina esteve envolvido com desmatamento na Amazônia. **Agência Lupa**, Rio de Janeiro, 9 nov. 2018. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2018/11/09/verificamos-marina-desmatamento/>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

A LÓGICA DAS FAKE NEWS foi inaugurada a pedido do PT, diz Marina Silva. **Yahoo Notícias**, 29 abr. 2021. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/a-logica-das-fake-news-foi-inaugurada-a-pedido-do-pt-diz-marina-silva-215651567.html?guccounter=1>>. Acesso em: 12 maio 2022.

ALHURES: Discurso de ódio: seus sentidos e funcionamento. Entrevistado: Thiago França. Entrevistados: Felipe Nascimento, Deborah Pereira, Flavio Benayon, Laís Medeiros, Rômulo Osthues, Wellton da Silva. [S. l]: Spotify, out. 2020. Podcast. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/11O74KQEWkyNWnVIRfhAdl?si=x0FqbgXmSBuctIN1Kt551g&nd=1>>. Acesso em: 13 maio 2022.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Mulheres são mais de 30% das candidaturas das eleições 2020. **EcoDebate**, 11 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2020/11/11/mulheres-sao-mais-de-30-das-candidaturas-das-eleicoes-2020/>>. Acesso em: 4 maio 2022.

ALVES, Paulo. Facebook e Cambridge Analytica: sete fatos que você precisa saber. **Techtudo**, 24 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/03/facebook-e-cambridge-analytica-sete-fatos-que-voce-precisa-saber.ghtml>>. Acesso em: 16 maio 2022.

ATAÍDE, M. A. de. A mulher negra no mercado de trabalho: narrativas que falam. *In*: FREITAS, Viviane Gonçalves. **Feminismos e Interseccionalidade**: mulheres negras, protagonistas de suas histórias. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

BARBERO, Jesús-Martín. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Leila. Por mais mulheres na política. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 8 mar. 2020. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2020/03/08/internas\\_opiniao,832829/artigo-por-mais-mulheres-na-politica.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2020/03/08/internas_opiniao,832829/artigo-por-mais-mulheres-na-politica.shtml)>. Acesso em: 1 abr. 2021.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BEAUVOIR, Simone. De. **O segundo sexo**: Fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BIROLI, F. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, 2010; n.34, p. 269-299, 2010. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-83332010000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-83332010000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) Acesso em: 1 abr. 2021.

BLACK LIVES MATTER: ENTENDA O MOVIMENTO por trás da hashtag que mobiliza atos. **UOL**, 3 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/03/black-lives-matter-conheca-o-movimento-fundado-por-tres-mulheres.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

BOLDRINI, Angela; TAVARES, Joelmir. Após naufrágio, Marina Silva encara futuro incerto e terá de reerguer sigla. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 out. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/apos-naufragio-marina-silva-encara-futuro-incerto-e-tera-de-reerguer-sigla.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2022.

BOLSONARO COMPARTILHA VÍDEO sobre ato contra Congresso e políticos reagem. **Exame**, São Paulo, 26 fev. 2020. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/oposicao-reage-a-video-em-que-bolsonaro-convoca-para-ato/>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

BONIN, Robson. Marina Silva anuncia saída do PT e deve se filiar ao PV. **G1**, Brasília, 19 ago. 2009. Disponível em: <<https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1272525-5601,00-MARINA+SILVA+ANUNCIA+SAIDA+DO+PT+E+DEVE+SE+FILIAR+AO+PV.html>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1 out. 1997, p. 21801. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm)>. Acesso em: 19 maio 2022.

BRUNO, F. G.; BENTES, A. C. F.; FALTAY, P. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. **Revista Famecos- mídia, cultura e tecnologia**, v. 26, n. 3, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/33095> Acesso em: 6 dez. 2020.

BUARQUE, Daniel. Simbiose e conflito marcam relação entre paparazzi e realeza britânica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 maio 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/05/simbiose-e-conflito-marcam-relacao-entre-paparazzi-e-realeza-britanica.shtml>>. Acesso em: 14 maio 2021.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

CANTO, Andressa de Bem e. **Mídia e desigualdade de gênero na política: a invisibilidade feminina na cobertura política do telejornalismo**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: ASHOKA Empreendimentos Sociais; TAKANO Cidadania (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CARVALHO, Caio. Notícias falsas sobre fraude eleitoral caíram 73% no Twitter após Donald Trump ser banido. **Gizmodo Brasil**, UOL, São Paulo, 18 jan. 2021. Disponível em: <<https://gizmodo.uol.com.br/noticias-falsas-fraude-eleitoral-twitter-trump-banido/>>. Acesso em: 12 maio 2022.

CASO GEORGE FLOYD: morte de homem negro filmado com policial branco com joelhos em seu pescoço causa indignação nos EUA. **G1 Mundo**, 27 maio 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>>. Acesso em: 12 maio 2021.

CASO LEWINSKY: há 15 anos, escândalo quase derrubou Clinton. **Terra**, São Paulo, 17 jan. 2013. Disponível: <<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/estados-unidos/caso-lewinsky-ha-15-anos-escandalo-quase-derrubou-clinton,019897e31a04c310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 18 maio 2020.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CÉSAR, Marília de C. **Marina- a vida por uma causa**. São Paulo: Mundo Cristão, 2010.

COGO, Denise; BRIGNOL, Liliane D. Redes sociais e os estudos de recepção na internet. **MATRIZES** (On-line), v. 4, n. 2, p. 75-92, 2011. <http://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v4i2p75-92>.

CONHEÇA A TRAJETÓRIA DE MARINA Silva, candidata à Presidência pelo PV. **UOL**, São Paulo, 26 maio 2010. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/eleicoes/2010/pre-candidatos/conheca-a-trajetoria-de-marina-silva-pre-candidata-a-presidencia-pelo-pv.jhtm>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

COSTA, Caio Túlio. O papel da internet na conquista de votos. **Observatório da Imprensa**, 15 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/o-papel-da-internet-na-conquista-de-votos>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

CRARY, J. **24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Editora Ubu, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de especialistas da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 30 jun. 2022.

CUNHA, Glauce; DORETTO, Juliana. A “múmia” e o “coronel”: recepção nas redes sociais de Marina Silva e Ciro Gomes. **Novos Olhares**, v.10, n. 1, p. 64-77, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/181210>. Acesso em: 11 maio 2022.

CUNHA, Washington Dener dos Santos; SILVA, Rosemaria J. Vieira. A educação feminina do século XIX: entre a escola e a literatura. **Revista Gênero**, v. 11, n. 1, p.97-106, 2010. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30936> >. Acesso em: 19 maio 2022.

DE BLASI, Bruno Gall. Twitter tem aumento recorde em número de usuários no 2º trimestre de 2020. **Tecnoblog**, 23 jul. 2020. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/noticias/2020/07/23/twitter-tem-aumento-recorde-em-numero-de-usuarios/>>. Acesso em: 12 maio 2022.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.) **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DESLANDES, Suely Ferreira. O ativismo digital e sua contribuição para a descentralização política. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n.10, p. 3133-3136, 2018. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141381232018001003133&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232018001003133&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 13 abr. 2021.

DOMINGUES, Sana Gimenes Alvarenga. **Gênero, poder e política: a participação feminina no partido dos trabalhadores do estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) — Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2010.

DUTRA, Juliana C. de O.; MAYORGA, Claudia. Mulheres indígenas em movimentos: possíveis articulações entre gênero e política. **Psicologia: Ciência e Profissão (Impr)**, v. 39, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221693> Acesso em: 20 maio 2022.

EDUARDO BOLSONARO ATACA JOICE: "Não sabia que coronavírus dava em porco". **Último Segundo — IG**, São Paulo, 18 jun. 2020. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2020-06-18/eduardo-bolsonaro-ataca-joice-nao-sabia-que-coronavirus-dava-em-porco.html>>. Acesso em: 20 maio 2022.

ELON MUSK SE TORNA MAIOR AÇIONISTA individual do Twitter. **Jornal Nacional**, TV Globo, Rio de Janeiro, 4 abr. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/04/04/elon-musk-se-torna-maior-acionista-individual-do-twitter.ghtml>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

EMICIDA; Prefácio. *In*: SILVA, T. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos**. **LiteraRUA**: São Paulo, 2020.

ESCOSTEGUY, Ana C. D. Os estudos de recepção e as relações de gênero: algumas anotações provisórias. **Ciberlegenda**, Niterói, v. 1, n. 7, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36797>>. Acesso em: 9 out. 2020.

FERNANDES, Sofia Figuermann e. **Mulheres, discursos jornalísticos e política: um estudo sociodiscursivo**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2019. p. 107.

FINAMORE, Cláudia M.; CARVALHO, João E. C. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 347-362, maio/ago. 2006, Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a02v14n2.pdf>. Acesso em: 9 out. 2020.

FREIRE, Tamara. IBGE: Um a cada quatro brasileiros não tem acesso à Internet. **Agência Rádio Nacional**, Rio de Janeiro, 29 abr. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2020-04/ibge-um-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>>. Acesso em: 12 maio 2021.

FREITAS, V. G. (org). **Feminismos e Interseccionalidade**: mulheres negras, protagonistas de suas histórias. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

FUNDO ELEITORAL E TEMPO DE RÁDIO E TV devem reservar o mínimo de 30% para candidaturas femininas, afirma TSE. **Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**, Brasília, DF, 23 maio 2018. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Maio/fundo-eleitoral-e-tempo-de-radio-e-tv-devem-reservar-o-minimo-de-30-para-candidaturas-femininas-afirma-tse>>. Acesso em: 20 maio 2022.

FURTADO, Thais; DORETTO, Juliana. The Young Black Man in the Photo: The Production of Meaning in Reader Comments from the El País Newspaper. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 148-175, abr. 2019. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1149>>. Acesso em: 3 maio 2021.

GOGONI, Ronaldo. O maior roubo de dados da história do Facebook que ajudou a eleger Donald Trump. **Meio Bit**, 19 mar. 2018. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/meiobit/381701/facebook-cambridge-analytica-roubo-dados-ajudou-campanha-donald-trump-e-brexite/>>. Acesso em: 12 maio 2021.

GOMES, Rayane Cristina de Andrade. **Democracia, Mulheres e Raça: sub-representação negra feminina no congresso e a efetivação dos direitos políticos no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, p. 106. 2019.

GOMES, W.; FERNANDES, B.; REIS, L.; SILVA, T. “Politics 2.0”: A campanha on-line de Barack Obama em 2008. **Revista de Sociologia Política**, n. 34, v. 17, p. 29-43, 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782009000300004&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782009000300004&lng=pt&tlng=pt) Acesso em: 3 maio 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: RIOS, Flavio; LIMA, Marcia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRIPEZINHA: leia a íntegra do pronunciamento de Bolsonaro sobre covid-19. **UOL**, São Paulo, 24 mar. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>>. Acesso em: 24 mar. 2022. S

GROHMANN, Rafael; SOARES, Alison; MATOS, Évilin; AQUINO, Maria Clara; AMARAL, Adriana; GOVARI, Caroline. O que são plataformas de fazendas de cliques e por que elas importam. **Nexo Jornal**, São Paulo, 1 out. 2021. Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2021/O-que-s%C3%A3o-plataformas-de-fazendas-de-clique-e-por-que-elas-importam>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

GUERRERO-SOLÉ, F. O debate político no Twitter. **Revista A3**, n. 5, p. 28-29, 2013. Disponível em: <[https://www.ufjf.br/revistaa3/files/2013/10/Pages-from-REVISTA5CS6\\_FINAL\\_X1\\_web-28-29.pdf](https://www.ufjf.br/revistaa3/files/2013/10/Pages-from-REVISTA5CS6_FINAL_X1_web-28-29.pdf)>. Acesso em: 3 maio 2021.

HAN, B. C. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HESCHEL, A. J. **O Schabat - seu significado para o homem moderno**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

HJARVARD, S. **A midiatização da cultura e da sociedade**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2014.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?** Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2019.

IDOETA, Paula Adamo. 'Sem wi-fi': pandemia cria novo símbolo de desigualdade na educação. **BBC Brasil**, São Paulo, 3 out. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54380828>>. Acesso em: 12 maio 2021.

KAHWAGE, N.; LEAL, M.; VASCONCELOS, N. Ela “passa bem”, mas continua feia”: Marina Silva, memes de internet e a questão de gênero. **ENCONTRO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO NA AMAZÔNIA**, 2., nov. 2018. Disponível em: <https://epcamazonia.com.br/> Acesso em: 4 set. 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LACOMBE, Milly. Marina Silva: O que vem depois do fim do mundo? **TPM**, São Paulo, 28 out. 2020. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/tpm/marina-silva-o-que-vem-depois-do-fim-do-mundo>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

LAZZARATO, M. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: Sesc, 2014.

LIMA, Maria. Marina diz que maior preconceito que enfrenta é por ser evangélica. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 jul. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/marina-diz-que-maior-preconceito-que-enfrenta-por-ser-evangelica-22856709>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

LIMA, Milena Guesso Leão de. **A inserção das mulheres negras no mundo político eleitoral: uma análise sobre a sua representatividade nas Assembleias Legislativas dos estados da Bahia e São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. p. 115.



LOPES, E; DOMINGOS, J. Marina: ‘Quero ser a 1ª mulher negra a governar o país’. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 jun. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/34h9YT6>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

MACHADO, J.; MISKOLCI, R. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia & Antropologia**, n. 3, v. 9, p. 945-970, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752019v9310>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Mulher, corpo e maternidade. *In*: SCHWARCZ, Lília M.; GOMES, Flávio. **Dicionário da escravidão e liberdade**. Companhia das Letras: São Paulo, 2018. p. 334.

MAIA, Juliana Lima. **A representação das ministras e dos ministros negros na mídia (2003-2010)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Brasília, 2012. p. 96.

MALINI, F.; CIARELLI, P.; MEDEIROS, J. O sentimento político em redes sociais: big data, algoritmos e as emoções nos tweets sobre o impeachment de Dilma Rousseff. **Liinc em Revista**, 2017; v.13, n. 2, p. 323-342, 2017. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4089> Acesso em: 9 maio 2022.

MARINA ABRAMOVIC ON RHYTHM 0 (1974). **Marina Abramovic Institute**, 5 out. 2020. Disponível em: <<https://vimeo.com/71952791>>. Acesso em: 17 maio 2022.

MARINA CREDITA DESEMPENHO RUIM à estratégia do voto útil. **Exame**, São Paulo, 7 out. 2018. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/marina-credita-desempenho-ruim-a-estrategia-do-voto-util/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MARINA PERDE O APOIO que teve de evangélicos em 2014. **Veja**, São Paulo, 27 ago. 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/marina-perde-o-apoio-que-teve-de-evangelicos-em-2014/>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

MARINA SILVA É VÍTIMA DE ATAQUES racistas nas redes sociais. **Destak**, São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/2N30jtu>>. Acesso em: 1 abr. 2021.

MARINA SILVA SOBRE DISCRIMINAÇÃO e oportunidades para pessoas pobres — 1994. São Paulo: Roda Viva, TV Cultura/Fundação Padre Anchieta, 19 mar. 2021. 1 vídeo (3 min 05 seg). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pPr9zBa2JNI>>. Acesso em: 4 maio 2022.

MARIUCCI, Elza Marques da Silva. **Interfaces entre gênero feminino, divisão sexual do trabalho e participação política na percepção de mulheres nas eleições de 2010**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2012. p. 134.

MARIZ, Ketheryne. Twitter se torna o novo porta-voz utilizado pelos políticos. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 12 nov. 2018. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/11/12/interna\\_politica,7189](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/11/12/interna_politica,7189)>

31/twitter-se-torna-o-novo-porta-voz-utilizado-pelos-politicos.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2010.

MAZUI, Guilherme. Mandetta anuncia em rede social que foi demitido por Bolsonaro do Ministério da Saúde. **G1**, Brasília, DF, 16 abr. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/16/mandetta-anuncia-em-rede-social-que-foi-demitido-do-ministerio-da-saude.ghtml>>. Acesso em: 16 maio 2022.

MEGHAN MARKLE TEVE AULAS DE MÍDIAS SOCIAIS para não "dar gafe" no Instagram. **Donna Gente, Zero Hora**, Porto Alegre, 3 abr. 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/gente/noticia/2019/04/meghan-markle-teve-aulas-de-midias-sociais-para-nao-dar-gafe-no-instagram-cju1h3h3w00wj01o4kk5jh09i.html>>. Acesso em: 16 maio 2021.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. **Opinião Pública**, v. 15, n. 1, p. 55-81, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000100003> Acesso em: 1 abr. 2021.

MIRANDA, L.; SANTOS, C.; RECUERO, R. Análise das conversações no Twitter a partir de notícias dos jornais brasileiros sobre Marina Silva e Manuela D'ávila. **Revista Iniciacom**, n. 1, v. 9, 2020. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/iniciacom/article/view/3306/0>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, n. 37, v. 22, p. 7-32, 1999. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod\\_resource/content/1/Roque-Moraes\\_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf) Acesso em: 13 maio 2021.

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX**. v. 1: neurose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1962.

MOTA, Fernanda Ferreira; BIROLI, Flavia. Mídia, gênero e eleições: peças na produção da política como ela é. ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 23., 2014, Belém, Universidade Federal do Pará. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2014. p. 1-17. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/6704> Acesso em: 2 abr. 2021.

MÜLLER, Léo. 1 ano após novo limite de caracteres no Twitter, tweets ficaram mais curtos. **Tecmundo**, 30 out. 2018. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/135727-1-ano-novo-limite-caracteres-twitter-tweets-curtos.htm>>. Acesso em: 12 maio 2022.

MUSK DIZ AINDA ESTAR COMPROMETIDO com compra do Twitter após anunciar suspensão do acordo. **G1**, São Paulo, 13 maio 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/05/13/elon-musk-diz-que-acordo-com-twitter-esta-pausado.ghtml>>. Acesso em: 18 maio 2022.

NOGUEIRA, L; PEREIRA, M; TOITIO, R. **O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais**. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes V. **Gênero, Raça/Etnia e Religião no Congresso Nacional. Trajetória e atuação das três deputadas federais negras evangélicas da 55a Legislatura: Benedita da Silva, Tia Eron e Rosângela Gomes.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) — Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2018. p. 128.

OMS DECRETA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS. Saiba o que isso significa. **Veja Saúde**, Editora Abril, São Paulo, 11 mar. 2020. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/medicina/oms-decreta-pandemia-do-novo-coronavirus-saiba-o-que-isso-significa/>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

PAINS, Clarissa. Brasil tem menos parlamentares mulheres do que 151 países. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 mar. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-tem-menos-parlamentares-mulheres-do-que-151-paises-22462336>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

PAZ, João da. O que aconteceu com o primeiro reality show da TV, censurado pela rainha da Inglaterra? **Notícias da TV**, UOL, São Paulo, 7 dez. 2019. Disponível em: <<https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/o-que-aconteceu-com-o-primeiro-reality-show-da-tv-censurado-pela-rainha-da-inglaterra-31512>>. Acesso em: 12 maio 2021.

PERES, Renilda. Lançamento do concurso: Vozes pela Igualdade de Gênero. São Paulo: Centro de Mídias São Paulo, 5 maio 2022. 1 vídeo (1 h 32 min 04 s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DtoH6954tgQ>>. Acesso em: 21 maio 2022.

PERON, Isadora. TSE julga ações que pedem cassação de presidnete. **Valor Econômico**, São Paulo, v. 21, n. 5015, p. A12, 4 jun. 2020. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573427/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 maio 2020.

PF AFIRMA AO STF que estrutura do 'gabinete do ódio' é usada por milícia digital. **Carta Capital**, São Paulo, 11 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/pf-afirma-ao-stf-que-estrutura-do-gabinete-do-odio-e-usada-por-milicia-digital/>>. Acesso em: 13 maio 2022.

PIRES, Carol. PV lança Marina Silva como candidata à Presidência nesta quinta-feira. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 9 jun. 2010. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pv-lanca-marina-silva-como-candidata-a-presidencia-nesta-quinta-feira,564037>>. Acesso em: 3 dez. 2020.

POMBO, Olga. Práticas de convergência. **Sociologias**, n. 15, ano 8, p. 208-249, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5570> Acesso em: 23 mar. 2020.

PONCE, M. Twitter como espaço de comunicação governamental? As falsas promessas dos Presidentes e ex-presidentes na América Latina. **Lumina**, n. 2, v. 13, p. 126-156, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/27764>>. Acesso em: 4 maio 2021.

PROGRAMA CONJUNTO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE HIV/AIDS — UNAIDS. **AVALIAÇÃO QUALITATIVA SOBRE VIOLÊNCIA e HIV entre mulheres e meninas indígenas** — Alto Solimões – Amazonas. Brasília: UNAIDS, 2017. Disponível em:

<<https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2018/01/UNAIDS-PORTUGUES-WEB.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

PROTESTOS RECENTES DO BLACK LIVES MATTER foram os maiores da História dos EUA, mostra levantamento. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 jul. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/protestos-recentes-do-black-lives-matter-foram-os-maiores-da-historia-dos-eua-mostra-levantamento-24513754>>. Acesso em: 18 maio 2021.

QUANTIDADE DE HOMENS E MULHERES. **IBGE Educa**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-emulheres.html#:~:text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20Cont%C3%ADnu,51%2C8%25%20de%20mulheres.&text=Totalizaram%2C%20em%202019%2C%2017%2C,feminina%20da%20mesma%20faixa%20et%C3%A1ria>>. Acesso em: 1 abr. 2021.

RABELO, Josiane Oliveira; COSTA, Marta Oliveira; MARTINS, Barbara Tavora de Sousa A Educação Feminina No Brasil em meados do Século XIX e início do Século XX. ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E FÓRUM PERMANENTE DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL, 8., 2015, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2015. Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/enfope/article/view/1195>>. Acesso em: 20 maio 2022.

RAIOL, A.; SALDANHA, C.; SANTOS, E.; MENEZES, J.; MENEZES, M. A mulher e os memes na política: Análise de conteúdo produzido sobre Marina Silva nas eleições de 2018. ENCONTRO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO NA AMAZÔNIA, 2., nov. 2018. Disponível em: <https://epcamazonia.com.br/wp-content/uploads/2019/02/GT-3-A-mulher-e-os-memes-na-pol%C3%ADtica.pdf> Acesso em: 10 nov. 2020.

RAMALHO, Yara; FERNANDES, Vanessa; OLIVEIRA, Valéria. Menina ianomâmi de 12 anos morre após ser estuprada por graimpeiros, afirma liderança. **G1 Roraima**, Boa Vista, 26 abr. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/04/26/menina-ianomami-de-12-anos-morre-apos-ser-estuprada-por-garimpeiros-afirma-lideranca.ghtml>>. Acesso em: 20 maio 2022.

RECUERO, R. Redes sociais na Internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão. In: SOSTER, D. de A.; FIRMINO, F. **Metamorfoses jornalísticas 2: a reconfiguração da forma**. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2009, p. 1-269. Disponível em: <<http://www.raquelrecuero.com/artigos.html>> Acesso em: 4 maio 2021.

RECUERO, R. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulinas, 2009.

RELEMBRE O EPISÓDIO QUE RESULTOU na popularização da expressão 'Relaxa e Goza'. **Aventuras na História**, UOL, São Paulo, 2 maio 2021. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/a-origem-da-expressao-relaxa-e-goza.phtml>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

RIBEIRO, Márcio Moretto; ORTELLADO, Pablo. O que são e como lidar com as notícias falsas. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, n. 27, v. 15, p. 71-83, 2018. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2018/07/sur-27-portugues-marcio-moretto-ribeiro-pablo-ortellado.pdf>> Acesso em: 9 maio 2022.

RICARDO SALLES NA REUNIÃO: com imprensa focada na covid-19, é hora de 'ir passando a boiada'. 2020. 1 vídeo (3 min 13 seg). Publicado pelo canal BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BWDemNNMbeU>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

RITA, Mayara Bacelar. **Representação na mídia das candidaturas à presidência nas eleições brasileiras em 2010 e em 2014: um recorte de gênero**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. p. 115.

ROSSETTO, G.; CARREIRO, R.; ALMADA, M. P. Twitter e comunicação política: limites e possibilidades. **Revista Compolítica**, n. 3, v. 2, p. 189-216, jul.-dez. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.21878/compolitica.2013.3.2.49>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria (org). **Gênero e povos indígenas**: coletânea de textos produzidos para o "Fazendo Gênero 9" e para a "27ª Reunião Brasileira de Antropologia". - Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/ GIZ / FUNAI, 2012.

SAID, Flávia. Ex-aliados de Bolsonaro mostram como funciona o Gabinete do Ódio. **Congresso em Foco**, Brasília, DF, 28 maio 2020. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/ex-aliados-de-bolsonaro-detalham-modus-operandi-do-gabinete-do-odio/>>. Acesso em: 13 maio 2022.

SALLET, Oliver. Como protestos antirracismo impactam as eleições nos EUA. **Deutsche Welle Brasil**, 1 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/como-protestos-antirracismo-impactam-as-elei%C3%A7%C3%B5es-nos-eua/a-55452281>>. Acesso em: 18 maio 2021.

SALOMON, M. Marina deixa PT e diz não ter mais ilusão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 ago. 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/34aOPtM>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SANTAELLA, L.; LEMOS, R. **Redes sociais digitais- a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010.

SCHUMAHER, Schuma; CEVA, Antonia. **Mulheres no poder**: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SEM LICENÇA-MATERNIDADE: Marina Silva relembra constrangimento em Câmara de Vereadores após dar à luz. **Fantástico**, TV Globo, 11 abr. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/04/11/sem-licenca-maternidade-marina-silva-relembra-constrangimento-em-camara-de-veredores-apos-dar-a-luz.ghtml>>. Acesso em: 4 maio 2022.

SENRA, Ricardo. Única presidenciável negra, Marina sofre resistência entre afrodescendentes. **BBC Brasil**, São Paulo, 11 set. 2014. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140910\\_salasocial\\_eleicoes2014\\_marina\\_movimentonegro\\_rs](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140910_salasocial_eleicoes2014_marina_movimentonegro_rs)>. Acesso em: 4 maio 2022.

SEREZA, Haroldo Ceravolo; CARVALL, Fernado. Emma Goldman: o feminismo anarquista. **Opera Mundi**, UOL, São Paulo, 4 jun. 2020. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/super-revolucionarios/65044/emma-goldman-o-feminismo-anarquista>>. Acesso em: 27 mar. 2022.

SERGIO MORO PEDE DEMISSÃO e acusa Bolsonaro de interferência na PF. **CNN Brasil**, São Paulo, 24 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/sergio-moro-pede-demissao-do-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 16 maio 2022.

SILVA, Marina. **A ação que apresentamos ao TSE denuncia a ocorrência de ilícito eleitoral** [...]. 8 jun. 2020. Twitter: @MarinaSilva. Disponível em: <<https://twitter.com/MarinaSilva/status/1270078306554085377>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SILVA, Marina. **Ao divulgar pelo seu WhatsApp uma convocação nitidamente golpista** [...]. 26 fev. 2020. Twitter: @MarinaSilva. Disponível em: <<https://twitter.com/MarinaSilva/status/1232647408913461249>>. Acesso em: 11 set. 2021.

SILVA, Marina. **Esperamos que Ministério Público federal, STF e Congresso tomem medidas imediatas para o afastamento do ministro Ricardo Salles** [...]. 22 maio 2020. Twitter: @MarinaSilva. Disponível em: <<https://twitter.com/MarinaSilva/status/1263981219412414464?s=20>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

SILVA, Marina. **O mundo acompanha apreensivo as eleições presidenciais nos EUA** [...]. 3 nov. 2020. Twitter: @MarinaSilva. Disponível em: <<https://twitter.com/MarinaSilva/status/1323674090687836161>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

SILVA, Salete Maria da. Eleições de 2018: o lugar das mulheres nas chapas majoritárias. **Revista Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 4, p. 287, 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/29349> Acesso em: 10 nov. 2020.

SILVA, Shirlei Santos de Jesus. Representatividade parlamentar das mulheres negras nas eleições de 2014 e os possíveis fatores influenciadores na não equidade da disputa eleitoral. **Revista Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 1, n. 1, p. 287, 2015. Disponível em: <https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/16331> . Acesso em: 10 nov. 2020.

SORJ, B.; CRUZ, F.B.; SANTOS, M.W.; RIBEIRO, M. M.; ORTELLADO, P. **Sobrevivendo nas redes: guia do cidadão**. São Paulo: Moderna, 2018.

SOUSA, M. W. (org). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

TAVARES, Camilla Q; MASSUCHIN, Michele G.; SOUSA, Leila L. A quem recorremos quando falamos de gênero na comunicação? Aspectos de colonialidade e decolonialidade a partir da bibliografia utilizada nas pesquisas da área. **Comunicação, Mídia Consumo**, v. 18, n. 51, p. 36-59, 2021. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/36> . Acesso em: 25 mar. 2021.

TEÓFILO, Sarah. MPF alerta para retrocessos na política indigenista no governo Bolsonaro. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 19 abr. 2021. Disponível em:

<<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/04/4919105-mpf-alerta-para-retrocessos-na-politica-indigenista-no-governo-bolsonaro.html>>. Acesso em: 18 maio 2022.

THOMPSON, J. B. A nova visibilidade. **Matrizes**, n. 2, p. 15-38, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v1i2p15-38>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

TRINDADE, L. V. P.; Mídias sociais e a naturalização de discursos racistas no Brasil. In: SILVA, T. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos**. LiteraRUA: São Paulo, 2020. p. 25.

TWITTER ACEITA PROPOSTA DE COMPRA de Elon Musk por US\$ 44 bilhões. **Exame**, São Paulo, 25 abr. 2022. Disponível em: <<https://exame.com/invest/mercados/twitter-aceita-proposta-de-compra-de-elon-musk-diz-wsj/>>. Acesso em: 18 maio 2022.

TWITTER ANUNCIA 'SUSPENSÃO PERMANENTE' de Donald Trump na rede social. **UOL**, São Paulo, 8 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2021/01/08/twitter-anuncia-suspensao-permanente-de-donald-trump-na-rede-social.htm>>. Acesso em: 12 maio 2022.

TWITTER AUMENTA LIMITE para 280 caracteres. **G1**, São Paulo, 7 nov. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/twitter-aumenta-limite-para-280-caracteres.ghtml>>. Acesso em: 12 maio 2022.

TWITTER SUSPENDE NOVA CONTA de Trump. **Época Negócios**, Editora Globo, São Paulo, 6 maio 2021. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2021/05/twitter-suspende-nova-conta-de-trump-por-tentar-driblar-banimento-de-sua-conta-antiga.html>>. Acesso em: 12 maio 2022.

TWITTER USA CONTA OFICIAL da presidência para acusar Twitter de conspiração em 'silenciá-lo'. **Extra**, Rio de Janeiro, 8 jan. 2021. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/mundo/trump-usa-conta-oficial-da-presidencia-para-acusar-twitter-de-conspiracao-em-silencia-lo-24830981.html>>. Acesso em: 12 maio 2022.

UNIÃO DAS MULHERES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA — UMAB. **Fundo Brasil**, 2022. Disponível em: <<https://www.fundobrasil.org.br/projeto/uniao-das-mulheres-indigenas-da-amazonia-brasileira-umiab-amazonas/>>. Acesso em: 20 maio 2022.

VERDADE, Kelly Kotlinski. **As mulheres e a democracia representativa no Brasil. Uma análise do Sistema Eleitoral Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013. p.157.

VIEIRA, Sergio. Maioria do eleitorado feminino ainda enfrenta desafios na política. **Agência Senado**, Brasília, DF, 26 out. 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/10/maioria-do-eleitorado-feminino-ainda-enfrenta-desafios-na-politica>>. Acesso em: 3 maio 2022.

YOUSSEF, A. **Novo poder: democracia e tecnologia**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.